



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

Ata n.º 6/2024

Sessão Ordinária de 24 de JUNHO de 2024

Aos vinte e quatro dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e quatro, pelas vinte e uma horas, deu-se início à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Loulé, convocada ao abrigo do artigo trigésimo sétimo do Regimento, presidida pelo Presidente da Assembleia, Carlos Jorge dos Santos Silva Gomes, com a seguinte Lista de Presenças e Ordem de Trabalhos: -----

----- **Lista de Presenças:** -----

22 Deputados Municipais do PS - Carlos Jorge dos Santos Silva Gomes (Presidente da Assembleia), Fernando Pereira Marques (1º Secretário), Elisabeta Ecaterina Necker (2ª Secretária), Maria Esteves Ferreira Lourenço, Carlos Manuel Pontes Costa, Vítor Cristiano da Piedade Ferreira, Pedro de Moraes Lobo Martins Julião, Abel Filipe dos Santos Matinhos, Fábio Miguel Cortes Nobre (em substituição de José Miguel Almeida Monteiro), António José da Palma Clarezza (em substituição de Maria João Carapeto Tavares), Márcio Alexandre Bandeira Fernandes, João Pedro Medeira Cabrita, Adriano Costa Cabrita (em substituição de Marco Jorge de Freitas Matos Ferreira), José João Magalhães David, Ricardo Filipe Martins Gonçalves (em substituição de Ana Paula Neto Coelho dos Santos), José Guerreiro Romão (em substituição do Presidente da Junta de Freguesia de Almancil), António Francisco Ferreira Martins (Presidente da Junta de Freguesia de Alte), José Fernando Florinda Carrusca (Presidente da Junta de Freguesia do Ameixial), Nelson Joaquim Caetano Brazão (Presidente da Junta de Freguesia de Boliqueime), Telmo Manuel Machado Pinto (Presidente da Junta de Freguesia de Quarteira), Ana Margarida Guerreiro Mendes (em substituição do Presidente da Junta de Freguesia de S.Clemente), Analídio Correia da Ponte (Presidente da Junta de Freguesia de S. Sebastião); -----

7 Deputados Municipais do PSD - João Carlos Dias dos Santos, Bárbara Maria do Amaral Correia, Márcio Alberto Morgado Pires Rodrigues, André Manuel Rodrigues Dias (em substituição de João José Paixão Carvalho Ferreira); Hélder Faísca Guerreiro, Francisco André Pereira Rodrigues (Presidente da Junta de Freguesia de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

Salir), Maria Margarida Renda Correia (Presidente da União das Freguesias de Querença/Tôr/Benafim); -----

2 Deputadas Municipais do Partido CHEGA - Sandra Marisa Godinho de Oliveira e Castro, Sandra Margarida de Melo Pereira Ribeiro;-----

1 Deputado Municipal do BE - Carlos José da Silva Martins; -----

1 Deputada Municipal do CDS - Isilda Maria Mendes Guerreiro (em substituição de António José Mendes Pinto Farrajota); -----

1 Deputado Municipal da CDU - António José Vairinhos Martins (em substituição de Carla Sofia Osório Gomes);-----

1 Deputada Municipal do PAN - Ana Luísa Poeta Simões; -----

Também estiveram presentes o **Presidente da Câmara**, Vítor Aleixo, o Vice-Presidente, David Pimentel e os Vereadores, Carlos Carmo, Marilyn Zacarias, Cláudio Lima (em substituição de Rui Cristina); João Paulo Sousa e Fernando Santos. -----

Não estiveram presentes os Vereadores, Ana Machado, Abílio Sousa e Rui Cristina. -

A **Deputada do PSD**, Cláudia Isabel Martins Mendes, apresentou justificação de falta.

Tendo sido verificada pela Mesa da Assembleia a existência de quórum deliberativo, o **Presidente da Assembleia Municipal**, deu início à Sessão, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

----- **Ordem de Trabalhos:** -----

1- Período de Intervenção do Público;

2- Período de Antes da Ordem do Dia;

3 - Período da Ordem do Dia:



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

a) - Proposta da Assembleia nº 10-2024 [AML] - **Apreciação da Informação escrita do Presidente da Câmara Municipal de Loulé, acerca da Atividade Municipal e da Situação Financeira do Município**, ao abrigo da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro;

b) - Proposta da Câmara Municipal nº 1006-2024 [GAP] - **Aprovação, em Assembleia Geral da Inframoura a realizar no primeiro semestre de 2024 nos termos do 54º do Código das Sociedades Comerciais, da alteração do número 4 do artigo terceiro dos Estatutos da Inframoura, bem como dar poderes ao senhor Presidente, Vítor Aleixo para proceder à outorga do contrato de compra e venda de ações detidas pela Vilamoura World, S.A, no capital social da Inframoura - Empresa de Infraestruturas de Vilamoura, E.M., pelo valor de € 159.250,00 (cento e cinquenta e nove mil, duzentos e cinquenta euros); para deliberação;**

c) - Proposta da Câmara Municipal nº 1062-2024 [DAF] - **Demonstrações Financeiras Consolidadas do ano 2023**, nos termos do n.º 2 do artigo 76.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, conjugado com a alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro; **para deliberação;**

d) - Proposta da Câmara Municipal nº 1064-2024 [DAF] - **3ª. Alteração Orçamental Modificativa da Despesa, 2ª. Alteração Modificativa ao Plano de Atividades Municipais e 3ª. Alteração Modificativa ao Plano Plurianual de Investimentos**, nos termos previstos na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual; **para deliberação;**

e) - Proposta da Câmara Municipal nº 1079-2024 [DAF] - **Assunção dos Compromissos Plurianuais - Abertura de Procedimentos Contratuais** conforme estabelecido na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21/02, na redação atual; **para deliberação;**

f) - Proposta da Câmara Municipal n.º 1089-2024 [DELCT] - **Pedido de Aprovação Projeto Final do Regulamento e Tabela de Taxas e Licenças para incorporação da Taxa Municipal Turística do concelho de Loulé**; foi introduzido o conceito de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

Taxa Municipal Turística, tendo em conta a atividade turística no concelho de Loulé;
para deliberação;

g) - Proposta da Câmara Municipal n.º 1036-2024 [DA] - Aprovar a Classificação da Reserva Natural Local da Foz do Almargem e do Trafal, que visa a proteção dos valores naturais existentes, assegurando que as gerações futuras terão oportunidade de disfrutar e compreender o valor das zonas que permaneceram pouco alteradas pela atividade humana durante um prolongado período de tempo, e a adoção de medidas compatíveis com os objetivos específicos devidamente definidos na alínea a) ao Artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 142/2008, de 24 de julho, na sua atual redação; **para deliberação;**

h) - Proposta da Câmara Municipal n.º 1037-2024 [DA] - Aprovar o Regulamento da Reserva Natural Local da Foz do Almargem e do Trafal, que visa estabelecer os objetivos específicos da criação da Reserva, a competência e a composição dos órgãos de gestão, os meios financeiros, materiais e humanos para a sua gestão, os atos e atividades interditos e condicionados, as normas de fiscalização e o regime contraordenacional; **para deliberação;**

O **Presidente da AML** tomou a palavra e disse: Caros e caras Deputados e Deputadas, senhor Presidente, Vítor Aleixo e Executivo, cidadãos aqui presentes e que nos acompanham pelas redes sociais, equipas de apoio à reeleição desta Assembleia, Língua Gestual Audiovisuais, Gabinete de Apoio, minhas senhoras e meus senhores, a todos, muito boa noite. -----

Vamos dar início à nossa Assembleia Ordinária de 24 de junho de 2024, obrigatório por lei, até ao final do corrente mês, deste mês. Vamos iniciar o Período de Intervenção do Público e recorda-se que nos termos do Regimento, o tempo para cada intervenção é de 5 minutos e recorda-se também que esta intervenção do público se destina a apresentação de assuntos de interesse municipal, bem como a apresentação de esclarecimentos dirigidos à Mesa. Tivemos 2 inscrições prévias e 3 feitas agora antes do início da sessão, pelo que o tempo de cada um será de 5 minutos, conforme disse. Começo por dar a palavra a Gilberto Sousa em representação de António Fernandes Costa Rodrigues, tem a palavra. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

Entrou-se no Ponto 1 da Ordem de Trabalhos:-----

1- Período de Intervenção do Publico; -----

O cidadão **Gilberto de Sousa** tomou a palavra e disse: Boa noite, senhor Presidente da Assembleia Municipal, na sua pessoa cumprimento todos os senhores Deputados, boa noite, senhor Presidente da Câmara Municipal, na sua pessoa, cumprimento toda a vereação, há muitos anos que não venho cá como algumas pessoas sabem, porem, perante as vicissitudes da vida que nos obrigam a intervir, ainda que não queiramos. O meu constituinte, o António Fernando da Costa Rodrigues, é proprietário de um imóvel na Quinta do Romão, e tem lá um senhor proprietário ao lado, que resolveu há uns anos afixar na sua parede, no seu muro da sua casa, uma vedação em ferro e arame que afetam a entrada da sua casa. Perante isto, enviei a denúncia para a Câmara Municipal, para os serviços de fiscalização, que responderam a dizer, que já não era com eles, porque já estava lá, isto já tinha anos e, portanto, já tinha prescrito a contraordenação e enviaram aquilo para os serviços de urbanismo da Câmara. Insisti, por 2 vezes por escrito junto do senhor Presidente da Câmara Municipal. Acredito que não lhe tenha chegado à mão, porque fazem uma triagem da correspondência, mas a resposta foi um nim. Nim, isto é, isso foi enviado para os serviços de urbanismo e pronto e, apesar das insistências, não passamos daqui, e já lá vão vários meses. Ora, isto é completamente inaceitável, inaceitável! Como é que uns serviços municipais que são tão lesto em importunar e acusar e sancionar os cidadãos que, enfim, de alguma forma, prevaricam na área do urbanismo e depois aparecem uns príncipes, como este senhor lá vizinho do meu constituinte, aparecem estes príncipes protegidos, não se sabe por quem, que se gabam, inclusive junto da vizinhança de que estão protegidos por alguém nesta sala. Não vou mencionar nomes, porque, como sabe, nós podemos enunciar o milagre, mas nunca dizer o nome do Santo. E o Santo está cá sentado a olhar para mim e a pensar, mas a que propósito é que este senhor me vem importunar, não é? Bom, eu o que gostaria de saber é se a Câmara Municipal respondeu à Assembleia Municipal e, por isso é que enviei toda a correspondência para o Senhor Presidente da Assembleia, para saber se vai atuar ou se não vai atuar. Além disso, o vizinho está lá fazendo obras, mas isso, as obras legais ou ilegais, o meu constituído não tem nada a ver com isso, é um problema que o ultrapassa que, não molesta. Agora, o que não pode é aceitar este abuso. Este abuso por parte de um confinante que resolveu utilizar o seu muro para fixar uma



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

vedação. Bom, perante isto, gostaria de ter uma resposta tão breve quanto possível. Gostaria que fosse esta noite, mas não parece pela cara do senhor Presidente da Câmara, que vá daqui com alguma resposta, não me parece. Mas gostaria de ser surpreendido, muito obrigado. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado, Gilberto de Sousa, pela sua intervenção. Tem a palavra Eurico Antunes, que me parece não estar presente, pelo que passarei a dar a palavra ao Rogério Ferreira, tem a palavra. -----

O **cidadão Rogério Ferreira** tomou a palavra e disse: Boa noite, senhor Presidente, quero cumprimentar na sua pessoa todos os que estão aqui nesta sala, e os que estão a ver em casa. 4 questões breves. Primeira que eu gostaria de saber é mais uma vez, gostaria de saber qual é a situação da Creche em Quarteira e saber se, por acaso ainda será inaugurada neste mandato. -----

A segunda tem a ver com a obra que se vai realizar do Mac Donalds, junto a ao Alsol Gostaria de perguntar à câmara se com a ocupação de passeio a passeio, que foi feito pelo construtor, pelo dono da obra, não estará a empresa obrigada a criar corredores de segurança para as pessoas não passarem, como tem andado a passar, já há 15 dias pelo meio da rua, porque não tem passeio sequer para passar.-----

Outra questão era saber de facto se a Câmara sabe quais são os impactos que vai haver nas praias de Quarteira com as obras que estão a fazer na Marina de Vilamoura? Quais são os impactos? Se eles existem e se existem, o que é que está previsto fazer, como é que se vai atuar em relação a isso? -----

Última questão, eu gostava de saber qual era a posição da Câmara Municipal de Loulé, não em relação à dessalinização, mas em relação à dessalinizadora que vai ser implantada naquele sítio que, embora esteja dentro do concelho de Albufeira, vai afetar o concelho de Loulé, vai afetar de várias maneiras, o impacto que mais tarde vai ter no bolso dos munícipes, vai afetar, porque aquela zona vai ser completamente destruída e muitas pessoas que vem para o concelho de Loulé, principalmente em Vilamoura, utilizam aquelas praias e aquela descaracterização que vai haver daquela zona será irreversível. Não há outra situação a não ser dizer, isto é completamente irreversível. Se um dia já não for para utilizar, não há nada a fazer, não é reversível voltar a termos aquilo que lá temos e efetivamente, com a questão dos pescadores de Quarteira, a Quarpesca já se pronunciou contra a dessalinizadora a questão da salmoura vai ser despachada a cerca de 1 milha marítima da costa, o que é já ali. Já



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ
Mandato 2021-2025

ouvi uma vez alguém dizer que, para que eu não me preocupasse, porque aquilo que está na salmoura já existe no mar. É não ter consciência do que é uma coisa dispersa e o que é uma coisa altamente concentrada depois de fazer a dessalinização de água. É não ter noção absolutamente nenhuma, disso. As espécies piscícolas ali na zona vão ser afetadas, a Pedra do Valado vai ser afetada, toda aquela zona vai ser afetada e eu por isso, gostaria de saber qual era a posição da Câmara Municipal em relação a isto? Até porque estamos a implantar um sistema que já está ultrapassado, o sistema previsto para ali é um sistema que já está ultrapassado, faz-me lembrar quando nós comprámos FIAT's, aviões para a Força Aérea Portuguesa, quando fomos comprar quando os alemães já os queriam mandar fora. Nós não aprendemos com os erros e parece-me que vamos ter sérios problemas ali. É pena, é pena que se tenha chegado à conclusão que vai haver uma dessalinizadora para cobrir as percas de água no Algarve, quando há 20 anos há pessoas de todos os quadrantes políticos que tem vindo a falar na questão das percas de água de se combater as perdas de água, se utilizar mais e mais as águas residuais, que é coisa que não está a fazer. Nós hoje não sabemos no agronegócio, não sabemos nos furos, artesianos, uns que são legais, outros que não são legais, qual é a água que se gasta. Não se tem feito na realidade, gestão de água e todos são responsáveis por isso. Todos ao longo dos anos têm sido responsáveis, por isso, esta é que é verdade e a gestão da água não é, quando há falta de água cortar-se a água, isto não é gestão da água, isto é continuarmos a ser aquilo que nós somos, somos reativos e não somos preventivos. Era por isso, não sei qual era a posição da Câmara em relação a esta matéria e se não haveria até necessidades ser a própria Câmara a promover uma coisa em Quarteira, por exemplo, porque é freguesia de Quarteira que será mais afetada, para se explicar às pessoas o que é que vão ter ali, porque acho que as pessoas ainda não perceberam bem. Nós temos feito a nossa parte. No passado sábado, fizemos um fórum em Quarteira acerca disso, eu vou terminar, senhor Presidente, vou terminar, era preciso que todos fizéssemos alguma coisa em relação àquilo. É irreversível, aquilo que eu acho que vai acontecer ali. Obrigado Presidente. -----

O Presidente da AML disse: Muito obrigado. Tem a palavra Jorge Gonçalves. -----

O cidadão Jorge Gonçalves tomou a palavra e disse: Boa noite a todos, aproveito para cumprimentar o Presidente da Assembleia e na sua pessoa os restantes com todo o carinho e apreço. Venho aqui colocar três questões, sendo que uma delas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ
Mandato 2021-2025

amavelmente já me foi respondida e imediatamente foi colocar uma questão à oposição que a primeira vez que eu acho que isto acontece, pelo menos que eu saiba, se me permitem, com todo o respeito. Primeira questão, falei na outra vez na situação da Ribeira de Algibre, queria saber se eventualmente já fizeram alguma coisa ou se estão a acompanhar alguma entidade para, possivelmente, no futuro, se fazer os tais diques ou se quiserem para que se consiga se reter a água, nós podemos ver isso nos sítios exatamente onde e onde não é? Esta é primeira questão que gostava de colocar. A outra questão que eu disse que já foi respondida, foi a questão dos semáforos que vinha falar pela quarta vez, mas pelo que me disseram, vai ser agora colocados os novos em funcionamento, que não sendo muito perigoso, algumas vezes outras poderá incorrer em acidentes. -----

Depois queria fazer uma outra questão também que é em relação àquilo que coloquei na última Assembleia em que estive presente, o que é que tencionam fazer naquela entrada, que tem sido mais esquecida que a entrada que vai de Loulé para o Parragil? Queria saber, porque tenho vindo a pedir ultimamente, que façam uma, pelo menos uma vereda, isto é calão, mas a maioria sabe o que é uma vereda, uma vereda é aquilo que os coelhos utilizam passar, ou seja, um caminho dos coelhos, de animais o que pedia era, que dentro da propriedade da câmara partissem um bocadinho do muro, cerca de 1 metro junto à estrada para que as pessoas possam passar livremente com o sol que pode eventualmente encandear e assim poderá evitar incidentes que irão, com certeza, ser evitados se fizerem isso. É partirem 1 metro do muro, só, as pessoas encarregam-se de fazer o resto, passando, fazem naturalmente, a vereda, percebem o que estou a dizer? É só isto, agora queria saber eventualmente mesmo esse terreno adjacente, o que é que tencionam fazer aquele terreno? Podia ser para construção e eu gostava de saber realmente essa questão que respondessem. O que é que eventualmente poderiam fazer? Um terreno que poderia dar para construção muitos fogos porque há grandes necessidades, e que é relativamente próximo de Loulé, dá para ir a pé. -----

Última questão que é uma pequena dissertação, o Parragil, é uma terra que tem um poço há muitos anos, infelizmente, houve algumas pessoas tiveram amabilidade de o tirar ao Parragil, tem uma sociedade desde 1938 que é das mais antigas aqui da zona de Loulé do concelho. O Parragil também uma igreja de 1783 foi também oferecido ao Parragil e em 1970 foram oferecidas algumas pedreiras, prejudicou realmente as populações que foram afetadas claramente com isso. Ultimamente, já no outro dia vim agradecer à câmara, e agradeço novamente reitero esse agradecimento tiveram a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

amabilidade e muito bem compraram ou adquiriram um terreno para ajudar a sociedade. Eu queria agora questionar a oposição que não sei quais são os trâmites que há, mas se eventualmente, o que vinha perguntar é para ponderarem. Há um terreno adjacente ao que compraram que aí, sim, faziam o tal Jardim que dava então inclusivamente, para o lar que queriam fazer, se haveria algum inconveniente, se a oposição veria algum inconveniente, para quê? Isto é uma pergunta não muito correta, mas eu gostava de fazê-la, porque eu achava que poderiam fazer alguma coisa no Parragil, de facto. O terreno que compraram e muito bem, aplaudo é para a sociedade e acho bem, seja para aquilo que vier a ser. Mas, há um terreno ao lado com cerca de 700 metros quadrados junto que não custa muito caro, os donos estão interessados em vender e era importante e aí, sim, o Parragil tornava-se digno mais um bocadinho. Porque o Parragil não se esqueçam, é muito próximo de Loulé, é muito próximo das praias, próximo também da Via do Infante e acaba por ter muitas vantagens e se nós puxarmos um bocadinho pelo Parragil, não se esqueçam do que vou dizer, parece que está encadeado, mas é verdade, a questão da desertificação das pessoas mais velhas que estão a morrer, das pessoas que vão para lá viver, muitas delas já são de outros lados, vamos olhar um bocadinho pelo interior, apesar de relativamente próximo daqui da sede, acaba por ser um bocado mais interior. Se fizermos alguma coisa para que isso não aconteça, todos ganhamos, eu estava a falar na oposição no género para não incorrer...-----

O **Presidente da AML** interveio: fez sinal de controlo de tempo. -----

O **cidadão Jorge Gonçalves** retomou a palavra e disse: Não ainda não passou, faltam 34 segundos! -----

O **Presidente da AML** disse: O sinal que eu lhe fiz é que faltam 30 segundos. -----

O **cidadão Jorge Gonçalves** disse: Pois, mas agora já me calou, já fez aquilo que queria. -----

O **Presidente da AML** disse: Olhe, desculpe esse género de comentários, não! -----

O **cidadão Jorge Gonçalves** disse: Não, mas porque é que me interrompeu? -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ
Mandato 2021-2025

O **Presidente da AML** disse: Não, desculpe lá, eu para não o interromper, limitei-me a fazer-lhe sinal, já porque sei que, às vezes, a advertência de que falta x tempo pode fazer com que a pessoa se baralhe. Limitei-me a fazer o sinal para que o senhor efetivamente continue a sua intervenção. -----

O **cidadão Jorge Gonçalves** tomou a palavra e disse: Mas infelizmente não, baralhou. Pronto encadeado na conversa gostava realmente de perguntar à oposição, se podem responder uma questão destas, se veriam algum inconveniente, se a Câmara tentasse realmente adquirir aquele terreno e aí, sim, faziam aquilo que está prometida há muitos e muitos anos no Parragil, que é fazer um jardim com muita dignidade e tudo ali emblemático, obrigado a todos. -----

O **Presidente da AML** disse: Obrigado, nós. Tem a palavra Paulo de Almeida. -----

O **cidadão Paulo Almeida** tomou a palavra e disse: Eu trago aqui 2 assuntos muito rapidamente. O tempo é muito curto, boa noite a todos. O primeiro assunto é o seguinte. Eu não consigo precisar exatamente o timing, mas penso que há 2 semanas, mais ou menos, houve um grupo de jovens aqui de Loulé que foi contactado por uma empresa ligada ao ramo financeiro para, à semelhança do que já fez com este mesmo grupo de Louletanos em Lisboa, levaram a cabo um evento para divulgação da sua atividade da empresa, OK. Para tal, decidiu esta empresa promover um evento desportivo com atribuição de um prémio monetário de valor muito interessante, evento esse que seria uma prova de skate a decorrer nas instalações desportivas que foram construídas por esta câmara há uns anos. Depois de várias reuniões e tentativas de reuniões destes jovens com elementos da Câmara e depois de longa espera por uma resposta no sentido de ser autorizado evento, hoje, a 4 dias do evento e na ausência prometida pela Câmara da resposta para hoje de manhã, um dos jovens deslocou-se à Câmara pela tarde e foi informado que o evento tinha sido recusado. Portanto, não tinha sido autorizado pela Câmara, a justificação que a Câmara deu para a negação deste pedido foi que o evento não provinha de uma associação desportiva e, portanto, não podia autorizar a realização do evento. Só a título de curiosidade, aqui no meio disto tudo, não queria deixar de vos relatar um episódio no mínimo estranho que ocorreu aqui nesta Câmara. Quando um dos elementos veio aqui à Câmara pedir para falar com os responsáveis, nas diversas vezes que tentou fazê-lo. Houve uma funcionária administrativa que eu não consigo e não quero identificar sequer, chegou



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

a perguntar quanto é que a Câmara iria receber para este evento. Isto raia, vocês desculpem lá, mas isto já toca, quer dizer, eu não tenho palavras para isto, enfim. Bom, o que é que aconteceu, a empresa que é uma empresa estrangeira e que tinha escolhido a cidade de Loulé para fazer a promoção da sua atividade, não é? Neste momento, investiu numa série de equipamentos, uma série de materiais de promoção, divulgação do evento, deslocações, etc. E agora tem duas hipóteses, ou continua a fazer o evento à revelia da autorização da Câmara, a título de um evento particular, ou outra coisa qualquer que lhe queiram chamar ou vai-se embora para Inglaterra e fica certamente que uma ideia excelente de Loulé, posso-vos dizer. A minha pergunta é a seguinte, é realmente assim que a Câmara quer promover a iniciativa dos jovens e promover a confiança nas instituições, por parte dos jovens? É que me parece que há aqui qualquer coisa que não bate certo. Eu peço desculpa se eventualmente há aqui alguma falta de pormenor nesta informação, porque eu estou a transmitir, estou a falar em nome de outras pessoas, como vocês já perceberam, esta é uma situação e outra se ainda tiver tempo é a seguinte. -----

Relativamente ao caso de Salir, à atribuição das casas de Salir foi perguntado ao senhor Presidente da Câmara por uma Deputada do CHEGA, ali a Deputada Sandra, acerca de uma desistência que houve de uma casa lá em cima, daquelas que foram feitas agora no ano passado ou já quase há 2 anos, e o Senhor Presidente da Câmara respondeu e está gravado e eu sei de cor, que a família que estava a seguir na lista já tinha sido contactada e queria entrar brevemente, inclusivamente, chegou a dizer que porque é para isso que aquelas casas servem e muito bem. Acontece, senhor Presidente, provavelmente está mal-informado, alguém o informou mal, não quero interpretar de outra forma, mas não é assim, porque ninguém contactou a família, até hoje. Foi a família que telefonou para a Câmara e obteve a informação de que a casa seria atribuída à pessoa que está a seguir na lista, mas não há nenhum contacto formal da Câmara, ao contrário do que o senhor Presidente tinha dito e a família continua a não estar na casa, por uma razão muito simples, é que aquelas casas, esta em particular, que nunca foi habitada, tem problemas de construção e tem que voltar a entrar em obras novamente, nomeadamente na casa de banho, as torneiras têm fugas, o poliban, a água escorre para dentro da casa, enfim, uma série de exemplos de bela construção que se faz neste concelho, ao preço a que se quer fazer. O que eu pergunto é o seguinte, além disso, há outros exemplos, há casos de casas que já tendo luz, têm divisões da casa onde não há eletricidade, a luz não chega lá, portanto, há de tudo ali um pouco, não é? O que eu pergunto é o seguinte, a Câmara das duas,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

uma, e agora aqui vocês desculpem, mas... -----

O **Presidente da AML** disse: Tem 30 segundos! -----

O **cidadão Paulo Almeida** continuou: É evidência. A Câmara ou tem fiscais que não vêm por alguma razão, não querem ver para uma razão, é lícito pensar assim. Ou não tem fiscais, se não tem fiscais, faz obras com base num pressuposto, muito arriscado. Quer dizer, fazer obras sem fiscalizar a questão é esta. A senhora Ministra veio ao Algarve à frente da televisão inaugurar aquelas casas. Isto constitui, na minha opinião, uma receção da obra. A senhora Ministra, vem agora com a família dela, com picaretas e pás arranjar a obra que rececionou? -----

O **Presidente da AML** disse: Peço que conclua. -----

O **cidadão Paulo Almeida** continuou: Está concluído. Muito obrigado. -----

O **Presidente da AML** tomou a palavra e disse: Muito obrigado. O senhor Eurico Antunes não chegou. Se ainda chegar durante o período de esclarecimentos da Câmara Municipal, ainda lhe daremos a palavra, caso contrário, isso não acontecerá. Antes de passar a palavra ao senhor Presidente da Câmara, gostaria apenas de fazer três comentários. -----

Relativamente à situação relatada pelo Dr.º Gilberto Sousa aqui na qualidade de advogado e daí tratá-lo por Doutor. Efetivamente, o pedido de informação foi recebido, foi encaminhado para a Câmara Municipal, conforme foi solicitado. Ele ainda está dentro dos prazos de resposta do Código de Procedimento Administrativo, de qualquer maneira, o facto de a Câmara dispor do seu pedido de informação, penso que poderá permitir se isso aconteceu, que hoje possa ser dada uma resposta. Caso contrário, vamos aguardar que se conclua o prazo que o Código do Procedimento Administrativo prevê. -----

Rogério Ferreira, no que diz respeito às questões da Marina, a Conferência de Representantes desta Assembleia já reuniu com a Marina, já reuniu com Quarpesca e estamos a fazer o ponto de situação para ponderar se se realiza ou não uma Assembleia Temática sobre os eventuais impactos das obras da Marina no desassoreamento. No que diz respeito, a dessalinização fica para o Executivo. -----
Jorge Gonçalves, o Jorge Gonçalves já veio a esta Assembleia várias vezes, esta



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ
Mandato 2021-2025

Assembleia, destina-se a dar a palavra às pessoas e não a calá-las, de forma que penso que a sua saída foi uma saída infeliz, porque o senhor sempre foi aqui bem recebido, sempre lhe foi concedida a palavra, nunca ninguém o tentou calar, mas nós temos regras a cumprir, como o senhor também sabe que vem cá com frequência, portanto, o dizer que "já me consegui calar conforme queria..." é um chapéu que a mim não me serve, e eu não posso deixar de o dizer. Já sabe que não pode responder, virá na próxima vez e responderá. muito obrigado e senhor, (Inaudível).... Pronto, ok. tem razão. Senhor Presidente, tem a palavra. -----

O **Presidente da CML** tomou a palavra e disse: Senhor Presidente, boa noite na sua pessoa, cumprimento todos os senhores Deputados e Deputadas, senhores Vereadores, o público aqui presente e o que está lá fora a assistir. -----
Sobre a questão do Dr. Gilberto Sousa, queria dizer-lhe que, de facto, tal como supôs e supôs bem, eu não acompanhei esse processo, desconheço, ouvi pela primeira vez, mas posso-lhe dizer que amanhã terei toda a informação e que o contactarei a fazer o ponto de situação. Aquilo que esperava que fizesse hoje aqui à noite não o farei, porque, objetivamente, não o posso fazer, mas amanhã de manhã até ao final da manhã terá um telefonema meu a dizer-lhe o que é que se passa. Sobre obras que lá estão a fazer, tanto quanto sei essas obras não estão licenciadas, que é outra questão que não é a questão, é outra questão, tanto quanto sei essas obras não estão licenciadas e, portanto, após o conhecimento da Câmara de que obras em curso, seja onde for, que não estejam licenciadas, pois, desencadeia-se o processo que muito bem conhece, todos nós aqui sabemos qual ele é e, portanto, é um processo que depois terá as suas consequências no final, como todos sabemos. Não gostei de ouvir dizer que, portanto, "há aqui nesta sala alguém que olha para si e que protege o prevaricador". Portanto, acho que em público, afirmações dessa gravidade devem ser mais objetivas, porque eu próprio faço muita questão de saber, sempre, em qualquer circunstância, tenho dito noutros momentos, volto a dizer aqui, quando souberem de alguma situação que configure qualquer irregularidade cometida, praticada por qualquer funcionário da Câmara Municipal de Loulé, só têm que fazer uma coisa, comunicar-me que eu depois encarregar-me-ei de dar continuidade àquela que for a conversa ou aquela que for a denúncia ou aqueles que foram os factos apresentados, portanto, ... (Inaudível), então muito bem, vou aguardar com muito interesse. -----
O senhor Rogério Rochinha, vou-lhe responder a algumas questões, a outras, não, aqui os colegas meus do Executivo fá-lo-ão. Mas queria-lhe dizer que sobre o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

McDonald's se tapumaram o local da obra e se tapumaram de acordo ou em desacordo com o projeto aprovado, pois, naturalmente que se sujeitaram às consequências, porque, como diz "... ocupar de passeio a passeio não deixar um lugar seguro para as pessoas poderem ali circular" pura e simplesmente não se pode admitir. Vamos ver se se confirma isso que diz. -----

Sobre a Marina de Vilamoura, portanto, há, de facto, uma obra de ampliação do porto, da Marina de Vilamoura, para poder acolher embarcações de outro porte. Essas obras, o processo de licenciamento não decorreu aqui pela Câmara, conheço naturalmente, estive até numa apresentação pública das obras de ampliação da Marina de Vilamoura, mas, tanto quanto sei, essas obras estão a ser feitas de tal modo que possam prejudicar o menos possível, minimizar os impactos e os incómodos que possam causar aos turistas que por ali circulam nesta altura do ano e que são muitos. Não tenho a certeza, mas creio até que uma parte das obras ficariam concluídas até antes do verão, mas não estou muito seguro, disto que lhe estou a dizer. De qualquer maneira, como deve calcular é a própria Marina, promotora e dona da empreitada que está em primeira linha interessada em fazer as obras que têm a fazer no menor lapso de tempo possível para não prejudicar a si própria, porque a marina tem interesse em ter ali os seus clientes com os seus iates, a sua atividade normal e mais que qualquer outra entidade qualquer, eles, se as coisas correrem mal, serão os primeiros prejudicados. -----

Sobre a dessalinizadora, quero-lhe dizer que nós, na altura, produzimos aquando de uma pronúncia pública aberta a todas as entidades, a Câmara Municipal pronunciou-se, tive eu e o senhor Vereador Carlos Carmo, do Ambiente a escrever praticamente nos últimos dias a nossa tomada de posição, que podemos disponibilizar, se quiser, não temos problema nenhum nisso e que muitas das questões que levantou são exatamente questões que nós também levantámos, portanto, reconhecemos que aquela não seria a primeira opção para fazer face à carência futura e a falta de água futura que vai vir de certeza absoluta, pelo menos, é isso que todos os indicadores de todos os estudos científicos, todas as projeções futuras nos indicam é que a água vai faltar no Algarve e é por isso que esta obra está para arrancar dentro de pouco tempo, não sei exatamente quanto porque também não corre por aqui, mas sei que vai arrancar, é a melhor opção, não! Era uma opção que viria depois de outras, outras quais? Bem, isso nós dizemos na nossa pronúncia, mas nós teríamos gostado que o Algarve primeiro tratasse de reaproveitar as águas de todas as Etares, das grandes Etares que existem no Algarve. Enfim, no concelho de Loulé, devo-lhe dizer que essa



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

preocupação se materializou em projetos e candidaturas e que muito em breve, as obras arrancarão e vão arrancar primeiro na ETAR da Quinta do Lago e depois na própria Vilamoura. Portanto, é também um processo que está maduro e que, dentro de pouco tempo, essas obras arrancarão, arrancarão antes ainda de certeza absoluta da própria Central dessalinizadora. -----

Sobre os impactos, pois, naturalmente que há de ter impactos e que não serão positivos, estou de acordo consigo. Outra questão é a Central de Produção de Energia, porque uma central dessalinizadora vai consumir uma enorme quantidade de energia e nós pronunciamos também que a central produção de energia fotovoltaica não deveria está localizada numa área do ponto de vista da paisagem tão sensível e tão valiosa para a atividade turística da nossa região. Portanto, nós sobre os pescadores também nos pronunciamos também dissemos que os pescadores, de alguma maneira, tinham que ser indemnizados, porque de certeza absoluta que a descarga da salmoura naquela quantidade e concentração na proximidade que, como diz e muito perto da Costa, tudo acordo consigo, nós próprios também escrevemos isso. Bom efeito não há de ter, nos stocks de pesca da nossa comunidade piscatória. Portanto, como vê, temos aqui muitos pontos, digamos, de convergência, de entendimento, de concordância relativamente aos impactos negativos, mas a verdade é que não temos outra opção. A verdade é que não temos outra opção, não era prioritária, mas ela é necessária, ela vai ser necessária e vamos ver como é que este projeto se irá desenvolver. Uma coisa pode ficar absolutamente seguro, vamos estar atentos para defender o interesse público e o interesse da própria natureza. Vamos estar muito vigilantes, porque não é fazer investimentos, depois vender água e não se importar com as consequências que às vezes é isso, muitas vezes que acontece por parte de algumas empresas. -----

Sobre a Creche, já lhe respondem. Não tenho informação sobre isso, já lhe dirão. ---
Sobre a desistência de uma casa? Sim, houve uma desistência e é verdade confirmar agora aqui mesmo a casa. Infelizmente, isto acontece, a empresa que ganhou o concurso é uma empresa que teve dificuldades, as obras não foram executadas com a qualidade que nós todos gostaríamos e é verdade que houve uma família que ocupou aquela casa indevidamente, saiu e não foi outra família ainda até hoje ocupar, por quê? Porque, de facto, a casa aguarda algumas pequenas obras. Tem razão naquilo que disse e, portanto, quando e se as obras forem feitas e temos insistido muito, devo dizer, já também temos insistido muito com o empreiteiro que tem que lá ir e deixar aquela habitação em condições para poder ser ocupada por uma nova



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

família. (Inaudível), A casa não chegou a ser ocupada diz-me aqui o senhor Vereador, eu pensei que tivesse sido ocupada, foi atribuída, mas depois detetámos irregularidades no processo de atribuição que não têm a ver com a Câmara. (Inaudível)... Pronto, a família desistiu. Mas a casa não foi atribuída e aguarda que algumas questões técnicas sejam reparadas. Como disse, é verdade, confirmo. Agora dou a palavra aos meus colegas, faz favor. -----

O **Presidente da AML** disse: Senhor Vereador Abílio de Sousa tem a palavra. -----

O **Vereador Abílio Sousa** tomou a palavra e disse: Boa noite, cumprimento o senhor Presidente da Mesa, Deputados, excelentíssimo público aqui presente e em casa. Em relação aqui à questão colocada pelo munícipe, Rogério Rochinha, em relação à Creche de Quarteira, não sei bem a qual das duas é que se referia, mas existem 2 situações, uma delas que era no antigo posto da GNR, está praticamente concluído e a outra foi lançado um novo concurso público que está neste momento a decorrer. --- Em relação ao Jorge Gonçalves, já tinha falado com ele e dado a informação de que os semáforos, a empresa que dá assistência, já veio ao local e estamos a aguardar a resolução. -----

Em relação a via pedonal, temos um técnico da casa que está a elaborar o projeto o dito projeto, é um projeto simples que é junta à EN 270 e esperamos muito em breve ter concluído e penso que é tudo. -----

O **Presidente da AML** disse: Senhor Vereador Carlos Carmo, tem a palavra. -----

O **Vereador Carlos Carmo** tomou a palavra e disse: Muito obrigado, senhor Presidente, antes de mais cumprimentá-lo a si, aos restantes elementos da Mesa. Senhores Deputados, aos colegas Vereadores, ao público aqui presente e quem está a assistir lá em casa. Responder ao senhor Paulo de Almeida, relativamente ao evento que refere, eu não tenho aqui dados que permitam fazer uma resposta com toda a informação, mas fica o compromisso, como é óbvio, de que eu própria amanhã irei recolher toda a informação e através da Mesa irei pedir o seu contacto para dar-lhe toda a informação que aqui solicitou, portanto, fica aqui o compromisso. Muito obrigado. -----

O **Presidente da AML** tomou a palavra e disse: Penso que algumas das questões do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

senhor Jorge Gonçalves ficaram por responder, ou por comentar.-----
Ribeira do Algibre o que foi feito para reter a água? O semáforo já está respondido, o terreno adjacente ao Parragil, o poço do Parragil e o terreno comprado para a sociedade, para o Parque. Tem a palavra senhor Vereador Carlos Carmo. -----

O **Vereador Carlos Carmo** tomou a palavra e disse: Muito obrigado, senhor Presidente. Eu vou-me repetir porque o senhor Jorge Gonçalves na última, julgo eu posso estar enganado aqui no "timing", mas na última Assembleia referiu, a questão dos açudes na Ribeira de Algibre, e eu próprio respondi-lhe na altura, que nós estamos a trabalhar através do Serviço Municipal de Proteção Civil, com os senhores Presidentes de Junta que já fizeram um levantamento de locais onde entendem que devem ser feitas intervenções para requalificar alguns desses açudes, estamos a trabalhar nesse sentido. Portanto, a minha resposta é exatamente igual àquela que dei na última Assembleia, porque é um trabalho que está a ser feito e que está a ser continuado. Muito obrigado, senhor Presidente. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado, senhor Vereador. Senhor Presidente, tem a palavra. -----

O **Presidente da CML** disse: Eu peço desculpa, porque eu não devo ter ouvido o senhor Jorge Gonçalves, mas eu tanto quanto sei... -----

O **Presidente da AML** disse: Senhor Jorge Gonçalves, dou-lhe a palavra para explicar melhor a questão do poço. -----

O **cidadão Jorge Gonçalves** tomou a palavra e disse: Peço desculpa, eu há bocado, porque também aquela atitude minha também não foi a mais correta, porque não tenho problema nenhum nisso, percebi que o senhor Doutor ficou um bocado melindrado, mas reconheço que também não tive bem, mas também foi a sua reação que me levou aquela espontaneidade. De qualquer forma, em relação ao Parragil a questão é a seguinte, a Câmara e muito bem, adquiriu um terreno que eu fico eternamente grato e a maior parte das pessoas do Parragil e maior parte das pessoas estão eternamente gratas pelo terreno que a Câmara adquiriu. Ao lado de terreno, havia um poço, poço esse que alguém deitou abaixo e que nós gostávamos de erguer novamente, ou naquele sítio, ou num sítio próximo. Agora, apareceu uma



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ
Mandato 2021-2025

Handwritten signature and initials

oportunidade, há uns vizinhos do terreno que compraram, que tem um terreno ao lado de mesmo para o lado de Loulé, pegado mesmo a cerca de 700 metros que poderão vendê-lo. Já falei com os donos, são 3 pessoas, porque o senhor já faleceu há alguns anos e poderão e estão interessados em vendê-lo. A minha questão é, e dai a minha questão para a oposição. Se haveria alguma questão se a Câmara pudesse fazê-lo, se havia algum inconveniente? Porque sei que em situações destas, os procedimentos não são chegar aqui e comprar ou adquirir. Há uma série de vicissitudes que eventualmente poderão ocorrer, é só isso. -----

O Presidente da AML disse: Obrigado, senhor Presidente, tem a palavra. -----

O Presidente da CML tomou a palavra e disse: Senhor Presidente, portanto, nós compramos, não só o terreno como umas casas, para reabilitar aquela que foi sempre o Centro Social e de Animação Cívica do Parragil, portanto, coloca uma nova questão de forma até um pouco insólita ao dirigir-se à oposição, se veriam algum inconveniente. A oposição, portanto, claro a todo o tempo está aí e pode ser consultada. A questão não reside tanto aí como na possibilidade de que a Câmara possa ter de adquirir ou ver interesse na aquisição desse outro terreno. Portanto, temos que ver isso, eu não sei exatamente onde é que o terreno se localiza, diz que é mesmo ao lado e era para refazer o poço, diz-me. (Inaudível), Pronto Jorge, vamos ver, é uma questão que se pode, estudar como até aqui fizemos, levámos muito tempo até conseguir comprar aquela casa e aquele terreno já lá está, é bom, tem uma boa área e gostaria que aquilo fosse ainda maior. Vamos ver, vamos estudar e depois diremos alguma coisa. Está bem? -----

Passou-se ao ponto seguinte; -----

2- Período de Antes da Ordem do Dia; -----

O Presidente da AML tomou a palavra e disse: Muito obrigado, senhor Presidente. E assim concluímos o Período de Intervenção do Público e respetivos esclarecimentos, passando a entrar no Período Antes da Ordem do Dia com atas e informações sobre o expediente recebido. -----

No que respeita a atas, temos para aprovar a Ata 15/2023 de 24 de novembro, referente a Sessão Extraordinária Temática de Salir, sobre habitação que vos foi



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

enviada para análise, e eventuais alterações, sugestões. Também já foram enviadas as Atas 16 e 17/2023 de 15 e 18 de dezembro. Não tendo sido recebidas propostas de alteração da Ata 15/2023, considera-se que a mesma está em condições de ser posta à votação. -----

Passou-se à votação; ----- -----

A Ata 15/2023 (Sessão Extraordinária Temática de 24 de novembro 2023), foi colocada à votação e foi aprovada por unanimidade. -----

No que respeita ao expediente recebido, não foi recebido qualquer expediente de relevo e no que diz respeito aos requerimentos dos Grupos Municipais foi dada solução, à questão levantada pelo Deputado Carlos Martins do Bloco de Esquerda relativamente ao recinto desportivo da Expansão do Nordeste. No que diz respeito à queda de materiais na obra de Loteamento Clona, posta simultaneamente pelo Deputado Carlos Martins e por um cidadão, também já foi dada resposta pela Câmara Municipal em 17 de junho. -----

Relativamente a indícios de crime ambiental, também posto pelo Deputado Carlos Martins, foi respondido a 22 de junho. -----

Da parte de munícipes, portanto, Paulo Janota relativamente à queda de materiais no Loteamento Clona, o tal cidadão que eu referi, já foi respondido e está pendente para resposta, a questão levantada através de Gilberto Sousa Advogados, relativamente a obras ilegais na Quinta do Romão que, conforme já foi dito pelo senhor Presidente, será respondido amanhã. -----

Não havendo Moções de Atualidade e Urgência e não tendo sido apresentados Votos, Recomendações nem Moções, passamos à apreciação de Assuntos de Interesse do Município e formação de perguntas orais pelos Deputados Municipais. -----

Apreciação de assuntos de Interesse do Município; ----- -----

Vamos passar à Apreciação de assuntos de interesse do município. Estão abertas as inscrições para os Deputados e Deputadas que pretendam fazer o uso da palavra. Recorda-se nos termos do n.º 2 do artigo 52 do Regimento, cada intervenção dos Deputados não deve exceder 4 minutos e o direito a resposta 2 minutos. Recorda-se que os Grupos Municipais e Executivo podem ceder tempo até ao limite de 50% dos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

tempos iniciais. Estão abertas inscrições para quem desejar usar da palavra. Maria Esteves, Partido Socialista, tem a palavra. -----

A Deputada **Maria Esteves (PS)** tomou a palavra e disse: Boa noite, senhor Presidente, na pessoa de sua Excelência, cumprimento todos os presentes e quem possa estar a assistir a esta Assembleia Municipal através das redes sociais. ----- Quero iniciar esta intervenção, permita-me, congratulando e felicitando o senhor Deputado João Carlos Santos pelo exercício das suas novas funções numa área que sabemos, conhece muito bem, e que lhe é muito cara. Muitas felicidades, caro Deputado. -----

Indo ao tema, na Europa 27, de acordo com um relatório de 2023, havia cerca de 1.000000 de pessoas sem-abrigo em toda a Europa. Estou a falar de 2022, provavelmente hoje serão bastante mais, portanto, de pessoas em situação de sem-abrigo que é considerada a forma mais extrema de exclusão social de acordo com o Comissário Europeu para o Emprego e os Direitos Sociais. Em Portugal, em 2022, havia cerca de 10.000 pessoas sem-abrigo no Algarve e, segundo o Coordenador da Legos, eram em maio 2024, 744 apenas em 7 dos 16 concelhos, ou seja, os concelhos onde este projeto trabalha. Em 5 de junho deste ano no concelho de Loulé, eram segundo informação do Senhor Presidente para esta Assembleia Municipal, eram 186, sendo sem teto, ou seja, a ver em espaço público alojada em abrigo de emergência ou em paradeiro em local precário, eram 142 pessoas. Elas estão distribuídas territorialmente, 1 união de freguesias, 2 em Salir, 10 em São Sebastião, 40 e São Clemente, 94 em Quarteira, 5 em Boliquiteime, 1 no Ameixial, 1 em Alte, 33 em Almancil. Isto são as pessoas que temos de alguma forma na rua. Escusado será dizer que se existissem ou fossem públicos dados sobre o número de pessoas, famílias a viverem em condições habitacionais indignas, entenda-se a sobrelotação e insalubridade, falta de segurança ou sem condições de habitabilidade. Os números já de si chocante, aumentaria exponencialmente e refletiriam seguramente o falhanço no cumprimento do direito básico consagrado no artigo 65.º da Constituição da República Portuguesa a saber, todos têm direito para si para a sua família, a uma habitação de dimensão adequada em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar. Em 2021, sobre a Presidência Portuguesa do Conselho da Europa, foi assinado em Lisboa uma Declaração de Compromisso para acabar com as pessoas sem-abrigo e mal alojadas, que é outra terminologia que não para sem-abrigo que é outra questão até 2030 a este ritmo e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

sobre as condições atuais, isso não só não será como piorará com cada vez mais pessoas e famílias a serem atiradas para margens da sociedade para a exclusão, potenciando estigma, estereotipagem desta população por um lado, e promovendo o lucro dos especuladores imobiliários por outro, seja no mercado regular, seja o mercado paralelo. O coordenador do Projeto Legos apontava, em 13 de maio deste ano, o elevado custo de um arrendamento no distrito de Faro, como um dos fatores para o aumento pessoas em situação de sem-abrigo. Esta conclusão parece estar preocupantemente em linha com os resultados do inquérito ENIPSA da (Estratégia Nacional para Integração das Pessoas em Situação de Sem-abrigo) que identificava no país 10733 pessoas em situação de sem-abrigo. Destas, 4975 sem teto e 4798 sem-abrigo. No Algarve, sem contar com Olhão e Portimão, porque os dados não puderam ser considerados, eram 714. O mesmo inquérito apontava, este inquérito ENIPSSA apontava como primeira causa para o aumento do número de pessoas sem-abrigo a nível nacional, desemprego ou precariedade no trabalho seguido em ambos os casos de dependência de álcool, ou de substâncias psicoativas. Às tradicionais causas como ruturas, familiares, dependências, problemas de saúde mental juntam-se agora fenómenos migratórios e pessoas que, mesmo trabalhando, não conseguem aceder ao mercado nem de arrendamento, nem de aquisição, tornando-se reféns de um ciclo vicioso de pobreza, exclusão, desorganização pessoal familiar e mental. Dito isto, e considerando que o funcionamento do mercado da habitação se constitui simultaneamente motor de desigualdades e de rendimento e de riqueza, importa salientar o esforço desenvolvido pelo município de Loulé, quer no apoio direto a quem vive na rua, garantindo, através das equipas de equipas multidisciplinares, alimentação e higiene a todos os que deles necessitam e aceitam quer na procura de respostas habitacionais através de apartamentos partilhados ou o “Housing First”. Assim pergunto ao Executivo municipal quais os principais constrangimentos que enfrentam no âmbito das suas competências nesta matéria, e no âmbito da ENIPSSA, portanto, a estratégia nacional e considerando que dispõe de um núcleo de intervenção de apoio às pessoas sem abrigo, se pondera a elaboração de implementação de algum plano municipal para as pessoas em situação de sem-abrigo. -----

E se me permite, senhor Presidente, termino esta intervenção indo um bocadinho para algo que não têm, infelizmente, que não tem, felizmente a ver com isto. Felicitando a autarquia de Loulé pela atribuição pela Associação Portuguesa de Museologia do prémio Edição, a notável monografia Banhos islâmicos e Casa Senhorial dos Barretos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

do lugar ao Museu, testemunho da restauração, valorização e projeção do património histórico e cultural de Loulé e aproveito também para felicitar a senhora Diretora Municipal, Dália Paulo, pela atribuição, neste contexto, do prémio de Mérito Profissional na área da Museologia. Tenho dito obrigado. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigada, senhor Deputada. Senhor Deputado. Hélder Faísca do PSD tem a palavra. -----

O Deputado **Hélder Faísca (PSD)** tomou a palavra e disse: Boa noite, senhor Presidente, permita-me que na sua pessoa cumprimente todos os presentes e quem nos segue lá em casa. -----

Eu trago aqui um assunto que é o Largo de São Francisco, é um espaço que a mim pessoalmente, me diz muito, quer dizer, Largo de São Francisco tem um lado esse lago já antes da declarada falta de água, tinha água poucas vezes, as poucas flores que tem são em vasos e depois tem três canteiros de relva que estão completamente secos. Quem passa ali ou quem lá vai acho que é deprimente. Eu, como é evidente, não venho pedir para que encham o lago, nem para que regem a relva, não querendo de modo algum questionar qual é a relva que é regada ou que não é regada, mas quando era miúdo, o meu pai dizia-me, "se não cortas o cabelo, trata-o". Se o lago não é para ter água a gente, se calhar, nunca mais vamos lá ter água, se calhar, temos que tirar o lago, enchê-lo ou, eu não sou Arquiteto Paisagístico, mas acho que há arranjos, que a coisa fique menos deprimente, é que é deprimente aquela relva seca. Depois temos aquele palacete que é bastante bonito e que eu fico sem saber se ele está em risco, ou se não, porque põe fitas, as fitas partem. As fitas são para 1 dia, 2 dias estão lá as fitas amarelas que já toda a gente partiu. Toda a gente passa pelas fitas, há um passeio que já teve fitas, já deixou de ter fitas, volta a ter fitas, senhor Presidente, aquelas fitas ainda tornam a coisa mais deprimente. Não sei se o senhor Presidente passa lá, eu acho que se aquilo tem perigo, tem que ser tapumado, ou o proprietário tapuma, ou a Câmara tapuma e apresentar conta, agora aquelas fitas que desaparecem ao fim de 2 dias, quer dizer ficam lá amarelas e a abanar. Eu não sei se é pedir muito. Já, agora falando de água da última vez, para aí no ano passado que se falou da água relativamente ali ao chafariz, o senhor Presidente disse-me a mim aqui nesta Assembleia que ia pôr lá a plaquinha, a dizer que era com a água das bicas e que aquilo ficava a funcionar. Não cumpriu, não sei se o senhor deu ordem e não foi feito, muito obrigado. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

O **Presidente da AML** tomou a palavra e disse: Muito obrigado, senhor Deputado, eu há bocado não dei a palavra ao Executivo depois da intervenção da Deputada Maria Esteves, porque não me pareceu que houvesse uma pergunta, houve duas vou passar a palavra ao Executivo para responder às questões da Deputada Maria Esteves e depois do Deputado Hélder Faísca. Senhora Vereadora, Ana Machado tem a palavra.

A **Vereadora Ana Machado** tomou a palavra e disse: Muito boa noite, senhor Presidente, na sua pessoa, cumprimento os presentes, cumprimento igualmente quem está a assistir lá em casa. Relativamente à problemática das pessoas em situação de sem-abrigo, dizer-vos que estamos a falar da problemática mais complexa do mundo. Permitam-me esta afirmação é, de facto, um flagelo que não tem solução e que assola e que existe em todos os países. Dizer que os principais constrangimentos resultam de ser uma situação que tem multi problemáticas, ou seja, isso está intimamente ligado aos constrangimentos com os quais nós nos confrontamos quando diariamente trabalhamos com estas pessoas e estes são e se me permite a enumerar, a saúde mental para a qual nós não temos resposta, no Algarve, não temos e se começarmos na infância dizer-vos aqui que temos meio pedopsiquiatra para os 16 concelhos, meio, ou seja, 20 horas por semana para os 16 concelhos, e se começarmos a ver que é na infância que os problemas podem começar, começa por aí a saúde mental. Temos as adições de seguida e depois a habitação, não se concorda pelos estudos que temos feito no nosso concelho, com aquilo que o Dr. Fábio Simões disse na sua entrevista que tem que ver com problemas de desemprego, de todo, tem que ver antes com problemas de saúde mental para os quais não há resposta. A habitação, será um problema muito forte, mas não é o principal, tanto que muitas dessas pessoas não aceitam ajuda, dizer-vos que o ENIPSA trabalha diariamente e se o número tem aumentado, se calhar, permitam-me dizer que é porque temos mais pessoas na rua, mais pessoas atentas, mais pessoas a referenciar. Dizia-me há pouco a técnica eu não posso ir à praia, já tenho mais 3 para referenciar, é disto que se trata. Estamos cada vez mais sensibilizados e com olhos. Dizer que, nesta altura do ano, os números vão aumentar obviamente, e que passado setembro, a coisa estabiliza. Portanto, respondendo à primeira pergunta, constrangimentos, saúde mental e as adições, apesar de nós termos via verde, para o ICAD, não chega. As respostas são mais céleres pela via verde que temos e porque temos uma excelente articulação, mas, de facto, não chega. Os nossos serviços não têm um plano municipal, não tem e muito sinceramente, dizer-vos não sentimos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

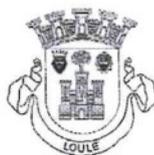
Mandato 2021-2025

necessidade de implementação de um plano municipal, dizer por quê? Toda esta problemática que é atualizada de 6 em 6 meses em sede de plenário de ENPISA, está vertida no nosso plano de desenvolvimento social e, portanto, é aqui que se enquadra dizer que a estratégia nacional foi prolongada por mais um ano e, portanto, até ao final deste ano, não sentimos, de facto, necessidade de elaborar um plano municipal para esta problemática. Dizer que toda a nossa articulação intervenção é articulada, a rede é holística e tenta envolver as pessoas no desenvolvimento do seu plano de vida e que muitas vezes é difícil e esculpem-me voltar por onde comecei e por aqui termino é na saúde mental é mesmo na saúde mental. Espero ter esclarecido. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado, senhora Vereadora. Senhor Vereador Carlos Carmo, tem a palavra. -----

O **Vereador Carlos Carmo** tomou a palavra e disse: Muito obrigado, senhor Presidente, esclarecer o senhor Deputado Hélder Faísca sobre as questões que colocou relativamente ao Largo de São Francisco. Como deve saber, até há 2 dias atrás, se a memória não me falha 2, 3 dias atrás estava em vigor ou esteve em vigor uma resolução do Conselho de Ministros que foi revogada e que tinha contida nela um conjunto de obrigações, indicações relativamente àquilo que eram medidas para a poupança de água, naquilo que são medidas para mitigar a escassez de água que existe no Algarve e uma delas era a proibição de utilização de fontes ornamentais com, digamos, a sua utilização normal e que no município de Loulé são algumas onde nós tomámos a decisão que mesmo aquelas que tinham circuitos fechados, ou seja, em que a diminuição, aliás, que a utilização de água era, diminuta, porque estava em circuito fechado. Nós entendemos que deveríamos fechá-las, porque se por um lado, estamos a pedir às pessoas que tenham medidas para pouparem água, não tinha muito sentido. Nós termos elementos destes a utilizar água, mesmo que a sua utilização fosse diminuta. Vou verificar sobre a questão da placa, mas o que importa agora que saiu uma nova resolução com novas medidas que nós estamos neste momento a analisá-las, mas o nosso foco mantém-se. Nós estamos muito empenhados em que no município de Loulé, aquilo que é a redução do consumo e a eficiência sejam efetivos, portanto, vamos verificar e vamos tomar novas medidas muito em breve nesse sentido. -----

Sobre a questão que referiu dos relvados, pois uma das medidas era mesmo a impossibilidade de rega de espaços relvados com água, potável e é o que existe não



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ
Mandato 2021-2025

só no concelho de Loulé se andar um pouco por todo o Algarve, verifica largas centenas de metros quadrados de relvado completamente secos, portanto, o que nós estamos a fazer é perante essa medida, vamos agora arrancar, aliás, eu já arrancou um conjunto de espaços que vão ser intervencionados com a sua reconfiguração naquilo que é a ocupação do espaço. Pronto, o Largo de São Francisco será um desses locais onde deixará de ter relva, mas irá ter o triplo outro tipo de ocupação devidamente adequado a este novo normal com baixos recursos hídricos para a utilização deste tipo de espaços verdes. Senhor Presidente, era o que tinha para referir. Muito obrigado. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado, senhor Vereador. Tem a palavra a senhora Deputada Ana Poeta, do PAN. -----

A Deputada **Ana Poeta (PAN)** tomou a palavra e disse: Boa noite, senhor Presidente, na sua pessoa, cumprimento todos os presentes e a quem nos assiste pelas redes sociais. Excelentíssimo senhor Presidente da Câmara. A semana passada veio à luz do dia a situação desesperada do canil do ABSOL. Este espaço desconhecido para a maioria dos louletanos é conhecido por si e por todos os Deputados desta Assembleia Municipal, porque a Bancada do PAN, na minha pessoa tem questionado o Executivo sobre o envio de animais para o mesmo. Para recordar Vossa Excelência, passo a ler a minha intervenção de 24 de fevereiro de 2023, aquando a Apreciação da Informação escrita do Presidente da Câmara Municipal de Loulé, sobre a Atividade Municipal e situação do município, cito, "O Relatório refere que têm sido efetuadas, em 2022, 146 adoções, sendo 66 a particulares para o Canil de São Francisco de Assis, 39 e para o ABSOL, 42. Questiono, se se trata de adoções efetivas ou de transferência de animais? É que, ambos os espaços são associações e embora possamos deduzir que os animais possam aí ter mais qualidade de vida, não deixa de ser um espaço de recolha. Desde o final de 2022 e até 11 de junho deste ano, o Gabinete Médico-Veterinário de Loulé enviou para o ABSOL cerca de 228 cães e 2 gatos. As minhas questões são: Quem é que avalia a capacidade da associação para continuar a receber animais? Houve o cuidado de perceber se o espaço possui condições mínimas? Sabe, senhor Presidente, que a culpa deste barril de pólvora prestes a explodir é da sua culpa e da sua responsabilidade, sua e das autarquias que enviam para lá animais sem qualquer controlo, achando que a atribuição do subsídio faz com que o problema desapareça. O município quer limpar as ruas, quer limpar o seu



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

pseudo-canil sem se importar com o que acontece depois, o animal sai do canil municipal, portanto, já não é problema seu, lamento, mas é. É da sua responsabilidade de supervisionar a quem delega o cuidado dos animais que estão ao seu cuidado e é da sua responsabilidade de supervisionar de que modo as associações gastam o dinheiro dos contratos-programa. É hora de assumir as suas responsabilidades, criar condições para os animais, criar políticas efetivas de esterilização e políticas, adoção dos animais. O ABSOL, como todos sabem, é um espaço cuidado, paliativo é um espaço de fim de linha para a maioria dos animais que entram lá. Ali ficam todos os animais indesejados, os velhos e os doentes que ninguém quer já não tem condições para mais recursos humanos, são escassos, faltam sombras, faltam locais frescos, estão sobrelotados e falta água. O ABSOL, tem problemas, sim, senhor sempre teve e você sabe, foi alertado. Agora não podemos negar o problema, tem em mãos é público. A bem da verdade e ainda que sem condições, o ABSOL continua a ser pressionado pelas autarquias e em especial por Loulé, que continuamente continuam a enviar animais para lá. Será que nunca fizeram contas ao número de vidas que foram para lá transportadas, um Excel. Será que alguém visitou? Faz intenções de visitar o espaço? O que é que pensa fazer? Qual o futuro daqueles 500 animais? Não há condições, muito bem e no dia em que o ABSOL assumir que não tem condições e chegar à porta da Câmara e deixar lá 500 animais, o que é que vai acontecer? Obrigada. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado, senhora Deputada. Senhor Presidente? Tem a palavra senhor Vereador Abílio Sousa. -----

O **Vereador Abílio Sousa** tomou a palavra e disse: Vou ser muito sucinto, porque há determinadas situações que para serem validadas, tem que ser devidamente apuradas. Enquanto não forem apuradas, não temos que falar sobre ou julgar. Em relação à ABSOL, é verdade que a ABSOL tem sido uma entidade que tem colaborado com a Câmara Municipal de Loulé, conforme outras entidades que desde que cumpram os termos legais para receberem apoio da Câmara. Para além dela, tem sido também o canil de São Francisco e a ARA. Quem faz a avaliação da capacidade das condições é o senhor veterinário municipal que é a autoridade veterinária sanitária do concelho. A senhora Deputada coloca esta questão de uma forma que parece fácil, mas nós disponibilizamo-nos para aceitar qual é a solução que a senhora Deputada apresenta. Porque se não, queria dizer aqui que, desde 2013, esta câmara aboliu a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ
Mandato 2021-2025

eutanásia aos animais. É claro que os animais começaram a crescer com maior abundância. O abandono derivado também ao COVID cresceu derivado, à situação financeira das pessoas cresceu e nós, se não tivéssemos o apoio destas associações, não sei se existe alguém ligado ao partido que quer disponibilizar espaço para colocar 10 animais num lado, 10 animais noutro que tenham melhores condições. Agora, eu não vejo que seja um problema fácil e acho que isto que está a acontecer só está a agravar toda a situação, porque nós Câmara Municipal, temos em desenvolvimento um projeto para a construção de um novo canil, que até ao final do ano estará concluído, no entanto, não vai ser suficiente, porque animais não param de crescer. A gente vê o canil municipal de Faro já está superlotado e tem que se apoiar também aqui no canil do ABSOL, e eu pronto, a Câmara Municipal de Loulé, estamos disponíveis para perceber o que é que a senhora Deputada propõe que seja feito no imediato. Digamos que devemos considerar e tentar melhorar as condições no sentido de dar melhores condições de sombreamento o que é verdade. É verdade quem lá esteve, eu já lá estive e percebe-se que há alguma falta de sombreamento, mas não sei, se tivesse na nossa situação, não percebo o que é que a senhora Deputada poderia fazer de diferente. Obrigado. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado. A senhora Deputada Ana Poeta já está inscrita. Há outros Deputados inscritos senhora Deputada, muito obrigado. António Vairinhos da CDU tem a palavra. -----

O Deputado **António Vairinhos (CDU)** tomou a palavra e disse: Saúdo o senhor Presidente da Assembleia Municipal e respetivos membros e os membros do Executivo, Deputados Municipais e todos os presentes nesta sala e via online. Portanto, no âmbito do controlo da qualidade da água para consumo humano no município de Loulé foi detetada uma situação não conforme na água recolhida na zona de abastecimento de Montes Novos. Portanto, foi feita uma análise nos parâmetros dos Cloratos, em que os resultados foram acima do que era esperado, portanto, o como se sabe, os Cloratos são subprodutos do reagente utilizado para a desinfeção da água. As medidas corretivas aplicadas inicialmente não foram eficazes na redução dos Cloratos, pelo que, devido à persistência do incumprimento, a autoridade de saúde determinou a 28 de maio de 2024. A existência de perigo para a saúde pública decretou a aplicação das seguintes medidas de restrição ao consumo. Portanto, a não utilização de água para consumo direto para beber cozinhar devendo optar os



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

municípios por outras fontes alternativas como água engarrafada. Pediu inclusive aos municípios utilizar a água para outros fins, como rega ou lavagem de superfície, loiças, descargas sanitárias, etc. Portanto, estas medidas deveriam manter-se até que fossem tomadas ou que fossem dadas novas informações. Fica aqui a questão da parte daqui da CDU. Gostaríamos de perguntar como é que está esta situação? Como é que está a qualidade e o fornecimento de água de Montes Novos na freguesia de Salir? -----

O **Presidente da AML** tomou a palavra e disse: Muito obrigado, senhor Deputado. Senhor Vereador Abílio Sousa tem a palavra. -----

O **Vereador Abílio Sousa** tomou a palavra e disse: Boa noite em relação a isso, é verdade que tivemos um problema com o abastecimento de água no Montes Novos, as últimas análises já foram feitas houve uma redução significativa dentro de, digamos, da média aceitável da redução dos Cloratos, contudo, por salvaguarda, mantém-se as medidas. Mas, queria acrescentar que nesse aviso, não está, mas no que foi feito posteriormente a Câmara Municipal de Loulé disponibilizou um camião-cisterna que se encontra na localidade, para que as pessoas possam se abastecer de água potável. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado, senhor Vereador, a senhora Deputada Isilda Guerreiro do CDS, tem a palavra. -----

A Deputada **Isilda Guerreiro (CDS)** tomou a palavra e disse: Boa noite, senhor Presidente, em si, cumprimento todos os presentes e os que nos assistem lá em casa. Eu trago aqui duas pequenas perguntas, mas, de facto, queria começar pela situação, mesmo de a ABSOL, que a colega do PAN teve oportunidade de relatar e eu recordo que, em 2016 existiu foi criada uma lei onde era proibido a eutanásia dos animais e seria obrigatório então a criação de uma estrutura, e ter centros de recolha de animais, etc. Respondendo à pergunta do Vereador Abílio, eu acho que uma das sugestões seria esterilizar os animais, porque se nós fizermos uma campanha, ou dermos continuidade, as campanhas que já existem como o projeto dos gatos em Almancil, com casas implantadas em Almancil em Quarteira, onde a cuidadoras que gratuitamente do seu tempo e muitas vezes, dos seus bolsos sustentam os animais nestas colónias e se a Câmara Municipal continuasse a ajudar aí teríamos uma



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ
Mandato 2021-2025

contenção dos animais, porque sendo eles castrados já não se reproduzem no ambiente cá fora, não é? Esta é uma, pode ser uma das sugestões. Este assunto da ABSOL, não é um assunto novo, não caiu agora nas redes sociais, na televisão, mas tanto quanto sei, há pelo menos 4 anos que se vai falando do repetido excesso de população, canina, dos retidos, faltam condições do abrigo. Se não estou em erro há cerca de 4 anos atrás a Deputada Helena do Bloco de Esquerda, ainda no tempo da Vereadora Heloísa Madeira, questionou esta situação e na altura, ela disse que não precisávamos de mais nada, de mais condições, porque tínhamos excelentes condições entre a ABSOL e o Canil de São Francisco. 4 anos depois, vimos que não. Esta Câmara Municipal nos últimos anos até tentou não colaborar com a legalização de um abrigo que conhecemos e tem excelentes condições que é no Vale da Rosa, o abrigo Animal Rescue Algarve acabo por concordar e congratular o Executivo que finalmente estas questões destas quezílias foram ultrapassadas e foi reconhecido mérito deste abrigo e fico contente que as legalizações têm caminho. É uma solução apoiar o ARA, é uma solução, senhor Vereador Abílio, de facto, eu não entendo como é que se continua a dar dinheiro e fecham-se os olhos ao que acontece a esse dinheiro. Pergunto por que é que não há fiscalização? Porque se houvesse fiscalização, saberíamos que não há condições para os animais que lá são despejados, mas isto não se passou só com Loulé, passou-se com outras tantas câmaras municipais e estou aqui a questionar Loulé. Agora que sabemos, o que é que a Câmara Municipal vai fazer em relação a esta situação da ABSOL? Sabemos que foi proibido pelas autoridades competentes de despejar lá animais, o que é que se vai fazer daqui para a frente? Soube também que o veterinário municipal é também o diretor clínico da ABSOL. Eu questiono-me se não haverá aqui algum tipo de conflito de interesses? Se é legítimo? Questiono também e até tinha alguma curiosidade se o local onde a ABSOL está implantada, se o Canil está devidamente legalizado? A saber se não tem as condições corretas e exigíveis para os animais, lá estarem, gostava eu de saber se está devidamente legalizado. Alguém há de me saber, responder a esta questão. Por outro lado, isto para dizer que precisamos de um controlo oficial de um planeamento, precisamos de relatórios, porque o dinheiro dos contribuintes, os dinheiros que foram entregues a esta Associação 100.000,00€ para cria ao abrigo 50.000,00€ desta Câmara Municipal, 3.000,00€ da Junta de Freguesia de Almancil, continuava por aqui fora. Eu não digo que seja muito dinheiro para os animais que lá estão porque 500 animais, dá trabalho e comem, mas alguém tem que ir ver se efetivamente o dinheiro foi bem empregue. Eu acho quando tratamos de dinheiros



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

[Handwritten signatures]

públicos, temos de ter um bocadinho mais de consciência. -----
A outra questão que venho aqui colocar é, na última Assembleia dirigi-me à senhora Vereadora Ana Machado e questionei sobre os toldos das Escanxinas que tinham sido identificados como uma necessidade no início da época escolar. Terminámos a época escolar, não há toldos nas Escanxinas, os miúdos continuam a apanhar sol de uma forma exagerada. Sei que no dia a seguir a esta Assembleia, vou já terminar, foram lá verificar as condições, questiono, em que ponto é que está? E, por fim, uma última pergunta, como é que estamos no pavilhão da Almancil? Obrigada. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado, senhora Deputada. Tem a palavra o senhor Deputado Márcio Fernandes do PS. Peço desculpa. Quem é que responde? O senhor Presidente? Tem a palavra o senhor Presidente. -----

O **Presidente da CML** disse: Senhor Presidente, se me permite por uma questão de economia de tempo, como ouvi que a senhora Deputada do PAN está inscrita, talvez não sei, deixo isso ao seu critério. -----

O **Presidente da AML** tomou a palavra e disse: Se os senhores Deputados inscritos permitirem que a Deputada Ana poeta responda à pergunta feita, ou seja, vamos dar prioridade das intervenções sobre o ABSOL, portanto, por ordem, Ana Poeta. -----

A Deputada **Ana Poeta (PAN)** disse: Obrigada, senhor Presidente, eu acho que o Executivo e o senhor Abílio não tem estado nas mesmas Assembleias Municipais do que eu. -----

Senhor Vereador, peço desculpas, isto é a emoção. O senhor Vereador teve coragem de dizer que não sabe muito bem o que fazer. Senhor Vereador desde 2021, que eu peço uma página para a promoção da adoção dos animais do canil. Já me ofereci para facilitar técnicos informáticos, fotógrafos, voluntários para socializar os animais. Já pedi apoio alimentar e veterinário para as famílias desfavorecidas com animais. Já solicitei programas de esterilização massiva, mas o Executivo quer um espaço megalómano, um espaço de milhões. Normalmente, a vaidade não é amiga da causa animal. Senhor vereador, os Louletanos querem um canil pequeno, mas com condições. Nós queremos promover as adoções, tal como os municípios vizinhos fazem, como São Brás de Alportel e Tavira, quer famílias adotar 10 cães. Até podemos conseguir, mas como é que nós sabemos que, cães é que estão no canil? É que,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

neste momento, é mais difícil entrar no canil municipal de no Vaticano. Eu não consigo perceber, isto é um problema que nós temos, nós temos animais e vamos continuar a ter animais no momento em que eu estou aqui a falar de certeza que há cadelas e gatos por aí, que neste momento, estão a ficar prenhas e nós não fazemos nada, o município não faz nada. O município não faz campanhas de esterilização, o município continua a ter aqueles animais ali fechados e não deixa que ninguém vá ver. Não percebo qual é o problema de uma página de Facebook com os animais? Não percebo, não percebe porque é que não fazem promoção das adoções de animais, por que é que não esterilizam? Não consigo perceber de sinceramente, não. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado, senhora Deputada. Deputado Carlos Martins intervém sobre o ABSOL? Não? (Inaudível), então, nesse caso, eu daria a palavra o Deputado Hélder Faísca, que é sobre esta matéria e depois retomamos a ordem das inscrições tem a palavra Hélder. -----

O Deputado **Hélder Faísca (PSD)** tomou a palavra e disse: Obrigado, senhor Presidente. Da resposta do senhor Vereador há pouco, eu deduzi ou percebi, posso ter percebido mal que a responsabilidade para verificar as condições dos canis, nomeadamente o ABSOL e os outros são da responsabilidade do veterinário municipal. A minha pergunta é o veterinário, fez de algum relatório a dizer que aquilo não estava em condições, precisava de sombreamento, não precisava ou não fez, ou não fiscalizou? Qual é a periodicidade com que são feitas essas fiscalizações? Há relatórios disso? Não há? -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado senhor Deputado. Senhora Deputada Sandra Ribeiro do CHEGA tem a palavra. -----

A Deputada **Sandra Ribeiro (CHEGA)** tomou a palavra e disse: Boa noite, senhor Presidente, na sua pessoa, cumprimento todos os presentes e quem nos assiste lá em casa. Ora bem, falando sobre este assunto do ABSOL, eu visitei as antigas instalações do ABSOL em maio de 2022 e aquilo que eu vi pessoalmente, não tem nada a ver com aquilo que se viu agora nesta reportagem que passou na televisão. Aquilo que eu vi foi cerca de 300 animais em 2022 em maio. Bem tratados, bem nutridos e percebi que os animais gostam de quem trata deles, portanto, eu senti isso, eu também tenho animais e nós conseguimos por sentir isso. Portanto, eu vim na



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ
Mandato 2021-2025

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

altura extremamente bem impressionada com aquilo que vi, chocou-me aquilo que nós vimos agora esta semana nesta reportagem que passou, é preciso saber se isto que nós vimos agora, se isto é verdade ou não. Uma coisa é certa de 300 animais para 500 a diferença muito grande e 50.000,00 euros, não, não é muito dinheiro para quem tem que alimentares desparasitar, cuidar, tratar daqueles animais. Aqueles animais são efetivamente com a colega de PAN disse, são animais em fim de linha, são animais que ninguém quer. São animais que ou vão para ali ou são abatidos, porque ninguém vai adotar, ou é difícil alguém adotar um animal doente, um animal velho, um animal traumatizado. Portanto, é sem dúvida, um trabalho de louvar, de quem cuida e trata de animais que ou estão ali, ou vão para abate. Agora é preciso saber realmente quais são as carências, quais são as necessidades, se as há. Eu não sei se aquele animal e eu na altura que a pessoa responsável nos explicou qual era o procedimento da receção e cuidados daqueles animais ali, há animais que chegavam lá e que não eram recuperáveis, animais que chegavam em tão mau estado que não havia nada a fazer, eles acabavam por falecer passado dias. Não sei se aquilo que nós vimos na peça, se seria uma situação dessas, se algum animal tivesse chegado e não tivesse sido socorrido a tempo, portanto, nós não podemos acreditar naquilo que nos contam, temos que acreditar naquilo que vemos. Efetivamente, deveria haver fiscalização, deveria haver inspeções periódicas e deixo aqui uma sugestão, não sei se é possível ou não, porque não dar hipótese do contraditório, portanto, estamos a falar de uma situação contraditória, estamos a falar de uma situação que é pública, eu não sei se não poderíamos chamar a esta assembleia os responsáveis pela ABSOL e explicar realmente o que é que se passa. Portanto, isto é uma sugestão, porque, aquilo que eu assisti em 2022, não é aquilo que se viu agora nesta reportagem e é extremamente importante este trabalho, porque estes cães estão ali a ser cuidados até à sua morte, e só há duas hipóteses ou alguém cuida deles, ou tem que ser abatidos. O Canil de que a colega Ana Poeta falou, é uma questão completamente diferente e é precisamente perceber se há incentivo ou não à adoção e se há essas limitações, porque é que as há, porque obviamente que é extremamente importante e há pessoas que gostariam de adotar animais e se tem as portas fechadas há que perceber o porquê. Muito obrigado. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado. Mais algum senhor Deputado quer falar sobre esta questão do canil? Sim, mas agora especificamente sobre isto para darmos a palavra ao Executivo. Sim, faça o favor, tem a palavra. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

O Deputado **Carlos Martins (BE)** tomou a palavra e disse: Obrigado, senhor Presidente, em seu nome, cumprimento todos os presentes e os que nos estão a ver em casa. A questão da causa animal merece ser tratada por todos com muita atenção, portanto, e eu acho que a atenção que a Câmara Municipal tem dado a esta matéria é dar dinheiro, não resolve problemas. O Canil Municipal que temos está ilegal há 10 anos, pelo menos, tem que sair da zona urbana onde está, não sei lá por quê? Por culpa do Executivo municipal, porque não tratou a tempo de um projeto, não faz uma obra que já devia estar feita e resolvia o problema. Portanto, há aqui uma questão... -

O **Presidente da AML** disse: Senhor Deputado, é direcionar o micro para si, se faz favor. -----

O Deputado **Carlos Martins (BE)** continuou e disse: Obrigado e desculpe senhor Presidente. Há aqui uma situação que foi dito aqui pela Deputada Isilda que eu gostaria que o senhor Presidente respondesse, que a situação do Canil do ARA está resolvida. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado. Mais algum senhor Deputado ou Deputada pretende colocar uma questão sobre esta situação específica do Canil? Tem a palavra o senhor Presidente. -----

O **Presidente da CML** tomou a palavra e disse: Muito obrigado, senhor Presidente, nós estamos perante uma questão difícil, é uma questão que ao longo dos anos, se me perguntarem se tem tido o acompanhamento e a abordagem correta e satisfatória por parte do Executivo da Câmara Municipal de Loulé. Eu digo-vos não, não estou satisfeito, digo-vos isso e assumo isso. Agora, daí a dizer-se que a Câmara não tem feito nada, que têm projetos por mera vaidade, a sua política se limita a dar dinheiro que não promove campanhas de esterilização, que não faz sensibilização pública. Bom, meus senhores, caríssimos Deputados e Deputadas, tenho que discordar frontalmente disso, porque isso também não é verdade. Talvez que eu seja agora, depois daquilo que vos vou dizer, capaz de vos deixar uma ideia diferente daquela que têm, de que é que a Câmara pura e simplesmente não se importa. Não, a Câmara importa-se, até por que eu prezo-me... presido a um Executivo Municipal que preza a vida, não só a vida humana, mas também a vida animal. Temos exigências éticas em relação, à vida dos animais e ao modo como eles são tratados pela comunidade em



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

geral, de que eu não prescindo delas desde o princípio e, portanto, quanto mais não fosse, por isso, este Executivo é sensível desde o princípio, a esta questão. -----
O que é que se passou relativamente ao último, digamos, escândalo, porque é disso que se trata que foi trazido ao conhecimento público. Depois de uma reportagem da SIC, todos viram aquelas imagens, toda a gente ficou muito triste com aquilo que viu, eu fui e, incluo no grupo desses cidadãos e no próprio dia chamei-o responsáveis da ABSOL a vir ao meu gabinete, coisa que o fizeram. Perguntei-lhes como é que se explicavam aquelas imagens que toda a gente tinha presenciado na TV. Os senhores deram várias explicações, algumas mais convincentes que outras, outras, enfim, deixaram numa situação de compreensão em relação às dificuldades que tinham outras pura e simplesmente me deixaram na dúvida. O que vos quero dizer é que, a partir daquilo que ouvi pareceu-me e a opinião com que fiquei é que se trata de pessoas, que estão com uma enorme dificuldade e precisam de ajuda, até porque se não forem ajudadas, então aí, sim, nós vamos ter um problema muito grave. Porque não está lá 500 cães, estão 400 de acordo com aquilo que me foi dito e este é um problema que temos que, conjuntamente numa atitude construtiva e não apontando o dedo acusatório, nem a eles, nem a nós, a Câmara, mas ser críticos, sim, ser vigilantes, ser exigentes, estou de acordo convosco, mas ser construtivos, e não fazer disto um campo de batalha política, sem a elevação nem dignidade e muitas vezes, eu parece-me que se cai e que se resvala para esse terreno. Quero dizer-vos que imediatamente foi nomeada uma comissão que se deslocou ao local com 8 veterinários. Há 6 municípios que prestam apoio monetário de diferente valor àquele espaço, ao ABSOL, àquela organização. 2 deles do ICNF que já agora aproveito que é a entidade com tutela administrativa, no que diz respeito a espaços que são espaços de abrigo para animais. Foi-me hoje ao fim da manhã apresentado o relatório ainda preliminar que descreveu a situação que encontrou. Também se deslocaram ao terreno 1 ou 2 elementos da GNR também conjuntamente com os médicos veterinários. Queria-vos dizer que esta associação, é uma associação sem fins lucrativos, é uma causa que eles abraçaram de grande nobreza, porque, como aqui foi dito, julgo, pelas senhoras Deputadas, houve aqui várias pessoas que disseram isso, são animais velhotes, são coxos, são cegos, são muito doentes e ninguém quer dotar aqueles animais poucas pessoas, aliás, não é verdade que ninguém queira, porque há pessoas que ainda assim, num grande gesto de altruísmo e humanidade, aceitam acolher dentro de casa, animais naquelas condições, mas aqueles animais são animais que estão muito mal e alguns, como foi dito, são entregues num dia



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

passado, 2 ou 3 dias morrem e foi provavelmente uma dessas imagens que foi captada na peça exibida pela TVI, talvez por provocar mais efeito de choque. Admito que sim. A televisão funciona com essa lógica de espetáculo, todos sabemos, todos conhecemos como é que a todas as televisões funcionam. É uma organização sem fins lucrativos, recebe apoio da Câmara. Sim, senhor, como todas recebem, recebe canil de São Francisco que, aliás, levou anos só há pouco tempo é que conseguiu ser legalizada, levou anos a batalhar junto da Câmara Municipal de Loulé para que conseguissem ver a suas instalações legalizadas e não foi por isso que a câmara, este Executivo, o outro Executivo que me antecedeu aqui nunca deixaram de apoiar aquele canil. Por quê? Por razões óbvias, por razões óbvias e pela mesma razão que muitas vezes há determinados lares de idosos que não cumprem todas as condições que devem ser dispensadas a pessoas que se encontra com espaço de aquelas características bom e muitas vezes é um problema, o que é que se vai fazer neste caso àqueles animais e, portanto, o Canil São Francisco ao fim de muitos anos, conseguiu legalizar ao abrigo de um regime que houve na altura de exceção e foi legalizado este aqui que eu saiba a ABSOL ainda por responder à questão, julgo que de da senhora Deputada Isilda, este ainda não está legalizado, mas tem feito diligências, tem feito diligências, mas está numa situação ainda longe de estar legalizado, mas é possível legalizar, até porque os senhores aprovaram aqui um regime jurídico que permite o reconhecimento do interesse público de determinados equipamentos em espaços não urbanos e espaços de reserva agrícola ou de outra natureza, exatamente para construir aqueles objetos que são claramente sem qualquer discussão de grande utilidade pública e é ao abrigo desse regime que quer a ARA, para responder à pergunta que também foi feita que é a ARA está também a promover e esse processo, está mais maduro e vamos ver se chegará ao fim. Eu gostaria que sim, que chegasse ao fim, mas a ABSOL está ainda mais longe de conseguir a partir desse reconhecimento público que virá aqui do interesse em que aquele equipamento possa ter existência legal e possa ser construído no nosso município. -----

Portanto, meus estimados e estimadas Deputados e Deputadas as esterilizações, vamos lá ver uma coisa. Nós apoiamos todas estas organizações, não é só para a alimentação que nós damos dinheiro é para esterilização também, fora os animais que são esterilizados no canil municipal são muitos que estamos sempre a esterilizar e são muitos que outras organizações lá fora, com o apoio da Câmara, também promove essa esterilização, portanto, aquilo que aponta como solução já praticamos. Se me



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ
Mandato 2021-2025

disser, senhor Presidente, é preciso mais. Estou de acordo consigo, temos que ser mais incisivos, mas nós já fazemos isso, portanto, que não se pense que a câmara está no ponto 0 no que diz respeito à política animal, porque isso seria uma tremenda injustiça de apreciação relativamente àquela que é a política da Câmara Municipal de Loulé. Depois queria ainda dizer, ... -----

O **Presidente da AML** interveio e disse: Senhora Deputada, eu estou a dirigir os trabalhos, não interrompi o senhor Presidente, porque ele está a prestar esclarecimento aos Deputados. Fiz sinal ao líder da bancada do PS se dava tempo ao Executivo, portanto, no final acertaria as contas. Já que o senhor Presidente foi interrompido no seu raciocínio, preciso que diga ao líder da bancada que tempo é que precisa para responder a estas questões e as outras que sigam. Quanto tempo é que precisa da bancada? -----

O **Presidente da CML** interveio e disse: 3 minutos, 4 minutos? -----

O **Presidente da AML** disse: Para as outras questões também? São aquelas que ainda há Deputados inscritos para perguntar, senhor Presidente. Preciso que o Partido Socialista me diga que tempo é que dá. -----

O Deputado **Carlos Costa (PS)** disse: Senhor Presidente, damos 5 minutos. -----

O **Presidente da AML** tomou a palavra e disse: Só 1 segundo então senhor Presidente. Pode continuar. Senhor Presidente, o senhor Presidente já tinha excedido em 2 minutos, apesar do tempo aparecer ali, tem 3 minutos para falar. -----

O **Presidente da CML** continuou e disse: Muito obrigado por ter dito. Senhores Deputados, queria dizer que, de acordo com o relatório preliminar que me chegou hoje às mãos, reconhecem que há défice de sombreamento. Pois bem, vamos pedir às pessoas e elas vão fazer porque elas são pessoas de acesso, não se fecham, conversam connosco e de certeza absoluta que vão reforçar o sombreamento tem que ser mais cuidadosos na mudança da água nos bebedouros e tem que ter mais abrigos para que os animais se possam abrigar, porque aqueles que lá estão não satisfazem. E, por outro lado, também temos que promover a desmatização e a limpeza de ervas que crescem à volta dos recintos onde os animais se encontram, porque há



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

M. Mag.
C. J.
Cl.

o perigo de incêndio e ninguém quer que uma situação dessas possa ocorrer. Portanto, estamos conscientes desses problemas. O Relatório definitivo não veio há de vir e, portanto, quando vier, vamos numa postura construtiva e exigente, e agradeço que os senhores Deputados coloquem essa questão aqui quando quiserem, e nós responderemos e aqui estamos para isso. Depois custou-me ouvir dizer a senhora Deputada ainda por cima do PAN, não é que a Câmara de Loulé é uma Câmara que é vaidosa, só quer é coisas grandes e que as Câmaras pequenas até fazem coisas melhores que a Câmara de Loulé. Olhe, eu não sei o que é que as outras Câmaras fazem, espero que aquilo que façam, façam melhor ainda que a Câmara de Loulé ficaria feliz, por isso, ficaria feliz por isso, acredite, estou a falar com sinceridade, agora não pode e discordo frontalmente de dizer que a Câmara de Loulé só pensa em megalomanias. Não, nós levamos muito tempo até encontrar um terreno com uma área crítica que fica isolado, de qualquer população que vai levar muitos animais, fica afastado. (Inaudível), Não desculpe, senhora Deputada, as coisas não se fazem, com um estalinho de dedos, eu gostava que fizessem, eu gostava que fosse mais fácil comprar que não houvesse tanta burocracia que não houvesse tanto concurso para isto e para aquilo que não houvesse tanta contestação, mas isso existe é condição do exercício do poder político seja a que nível for. É uma forte carga burocrática, são decisões que não são tomadas assim de rajada e tenho aqui para lhe mostrar, não é um projeto vaidoso, é um projeto com grande capacidade muito bonito, é um projeto que está adiantado e fica em Benafim, como a Presidente da Junta sabe e está aqui e eu gostaria muito antes de me ir embora deixar a primeira pedra lançada neste Centro de bem-estar animal que vai ficar localizado, mas foi um terreno que custou muito caro à Câmara, muito caro, levou tempo e nós estamos a trabalhar muito bem. Senhora Deputada do PAN, a senhora devia ter uma atitude mais construtiva, ficava-lhe melhor e para mim, isso era o mais esperançoso e era um estímulo a trabalhar melhor ainda. -----

O **Presidente da AML** interveio e disse: Senhor Presidente, esgotou o seu tempo. Tem a palavra, senhora Deputada, seja breve. -----

A Deputada **Ana Poeta (PAN)** tomou a palavra e disse: Mais construtivo do que pedir-lhe e de oferecer ajuda para arranjar pessoas para adotar os animais que estão naquele canil!? Mais construtivo do que arranjar-lhe pessoas para fazer um suporte informático para pôr aqueles animais que estão ali para adoção!? mais instrutivo!?



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

Desde 2021, qual é que é o procedimento e qual é que é a dificuldade para fazer uma coisa destas? Uma página de Facebook básica, por exemplo, qual é o procedimento para uma página de Facebook, não estou a perceber! -----

O Presidente da AML disse: Muito obrigado, senhora Deputada. Vamos retomar as inscrições sobre este assunto. Tem a palavra Hélder Faísca. -----

O Deputado Hélder Faísca (PSD) tomou a palavra e disse: Muito obrigado, senhor Presidente. A minha pergunta não foi respondida que era sobre a periodicidade das vistorias feitas pelo nosso veterinário e desse resultado preliminar de uma inspeção com 8 veterinários os resultados, parece que são tão poucos que o nosso veterinário devia ter visto isso, ou ele não vai lá nunca? Portanto, a minha pergunta é o veterinário vistoria, os canis esse e os outros? Com que regularidade? Faz relatórios, já tinha alertado para isso Executivo ou não faz relatórios? Não faz inspeções é que para ver que falta sombreamento, para ver que falta desmatar isso até eu vejo, se o nosso veterinário não vai lá deveria de ir, não deveria, segundo a primeira intervenção do senhor Vereador, o veterinário municipal é responsável por isso, viu não viu? Fez, não fez? Essa é a pergunta. Porque o senhor Presidente diz que nós queremos fazer política, mas quem faz política é o senhor Presidente nas suas respostas, cada vez está uma resposta, faz uma dissertação e não responde a nada do que nós perguntamos. Muito obrigado. -----

O Presidente da AML tomou a palavra e disse: Muito obrigado, senhor Deputado. Quem é que responde à questão colocada pelo senhor Deputado? Senhor Deputado, importa-se de repetir a questão em concreto, por favor. -----

O Deputado Hélder Faísca (PSD) tomou a palavra e disse: A minha pergunta é, o nosso Veterinário Municipal faz inspeção aos vários canis para onde são enviados cães ou não faz? Porque da intervenção do senhor Vereador, ele disse que o nosso veterinário, na primeira intervenção, disse o nosso veterinário municipal era o responsável por isso. A minha pergunta é faz com que periodicidade, faz relatório está tudo informado? É uma pergunta simples. -----

O Presidente da AML disse: Muito obrigado, senhor Deputado. Tem a palavra senhor Presidente. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ
Mandato 2021-2025

O **Presidente da CML** tomou a palavra e disse: Eu não tenho a certeza, por isso, não lhe vou responder, se faz ou não faz relatórios e, portanto, não quero aqui fazer alguma afirmação que depois se verifique que não seja exatamente, portanto, mas vou saber e se não faz vai passar a fazer. Com que periodicidade, vamos ver 6 em 6 meses, não sei se faz, sinceramente, não sei, vou indagar, vou saber com precisão. E depois trarei a resposta. -----

O **Presidente da AML** disse: Sandra Ribeiro do CHEGA tem palavra. -----

A Deputada **Sandra Ribeiro (CHEGA)** tomou a palavra e disse: Senhor Presidente, o senhor Presidente disse que esta associação precisa de ajuda, a ajuda a que se refere, é uma ajuda de que meios, de recursos humanos, é uma ajuda do maior apoio financeiro? Gostaria que explicasse depois deste relatório preliminar, qual é a ajuda a que se refere a esse Relatório. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado, senhora Deputada. Senhor Presidente, tem a palavra. -----

O **Presidente da CML** tomou a palavra e disse: Senhora Deputada, eu não posso precisar quais são os termos exatos da ajuda que eles precisam. Agora, perante aquilo que todos vimos, é óbvio que eles precisam de ser ajudados para poderem tratar os animais com outra dignidade e com outras condições. Agora, exatamente o quê, bem, é aquilo que eu lhe disse, é preciso mais sombra, é preciso, enfim, aquilo que eu disse não vale a pena repetir. Agora, mais meios humanos? Admito que sim, também possa ser essa uma das carências daquela organização, por exemplo, eu acho que isso é muito importante. Os meios humanos, admito que essa possa ser também uma das carências, mas vamos ver, vamos aguardar o relatório definitivo e aí já teremos, um retrato mais fiel da situação e a possibilidade de saber exatamente o modo em que temos que agir para os ajudar. Porque precisar de ajuda, isso não há dúvida que precisamos. -----

O **Presidente da AML** disse: Tem a palavra senhora Deputada. -----

A Deputada **Sandra Ribeiro (CHEGA)** tomou a palavra e disse: Desculpe a interpelação. Gostaria só de saber se há possibilidade de nós ouvirmos os



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

responsáveis desse abrigo aqui na Assembleia Municipal? Obrigado. -----

O **Presidente da AML** disse: Ficou registado e o assunto, irá ser levada à Conferência de Representantes e penso que tem toda a lógica, muito obrigado. Repita as suas perguntas, por favor. Senhora Deputada. -----

A Deputada **Isilda Guerreiro (CDS)** tomou a palavra e disse: Três perguntas, uma era se não havia conflito de interesses, entre o veterinário municipal, funcionário da Câmara Municipal, ser o diretor clínico desta associação, a ABSOL.-----

Segunda pergunta, Pavilhão da Almancil se já funciona ou quando é que vai funcionar? -----

Terceira pergunta para a Vereadora Ana Machado, toldos das Escanxinas, muito obrigado. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado, senhora Deputada, Eu agradeço. Agradeço respostas sintéticas, porque o Executivo já esgotou o seu tempo, esgotou o tempo que o Partido Socialista atribuiu, portanto, respostas apenas para responder em concreto às perguntas dos senhores Deputados, tem a palavra a senhora vereadora Ana Machado. -----

A **Vereadora Ana Machado** tomou a palavra e disse: muito obrigada. Sinteticamente, o toldo das Escanxinas, de São João da Venda e de todas as outras escolas, O concurso terminou, estão em produção. Aguardamos a qualquer momento que nos digam quando é que é feita a sua colocação. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado, senhora Vereadora. Tem a palavra Senhor Presidente. -----

O **Presidente da CML** tomou a palavra e disse: Presumo que não haverá conflito de interesses, porque não creio, mas também vou clarificar essa situação que seja cobrado qualquer prestação de serviços. Acho que isso não existe, mas vou saber detalhes de qual exatamente a relação entre o Veterinário Municipal, não só com aquela organização, mas com todas as outras. Porque, presumo eu também que aquilo que o apoio que eventualmente dará à ABSOL dará ao canil de São Francisco e não sei se dará à ARA que é uma organização muito mais sofisticada, com outras



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

condições, provavelmente nem necessitará, presumo eu, mas verei. -----
Relativamente ao Pavilhão de Almancil, já disse, e repito, novamente a senhora Deputada que nós estamos em fase de procedimentos para poder adquirir equipamento. Houve concursos que foram abertos, ficaram desertos, não temos ainda o equipamento necessário, tal como nós entendemos que deve ser o equipamento daquele pavilhão. Não estamos ainda em condições de o abrir, quando tivermos, será oportunamente comunicado a toda a gente e, naturalmente, à senhora também. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado, senhor Presidente. Senhor Deputado Márcio Fernandes, Partido Socialista, tem a palavra. -----

O Deputado **Márcio Fernandes (PS)** tomou a palavra e disse: Muito boa noite senhor Presidente, na sua pessoa, cumprimento todos os presentes e a quem nos assiste em casa. Eu queria na minha intervenção dar nota positiva de mais um passo que está a ser dado na estratégia de habitação e reabilitação urbana e que tem a ver com uma notícia pública do município e que se prende com a celebração do contrato entre a autarquia e o Instituto de Reabilitação Urbana, tendo em vista o financiamento ao abrigo do PRR de 3 fogos para habitação pública na cidade de Loulé, no âmbito da reabilitação de um conjunto de 7 fogos, eu chamo a intervenção que se vai efetuar num edifício localizado na Rua de São Paulo, que é um investimento no total dos 7 fogos que ronda 1 400.000,00€ com um financiamento de cerca de 500.000,00 da parte do dos fundos. Também só de sublinhar que esta Estratégia que se iniciou em 2019, já foram submetidas cerca de 21 candidatura já ou ao Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana, permitindo aprovar 186 novos fogos em construção e reabilitações e aquisições no investimento municipal total de cerca de 33 000.000,00€ destas 18 já estão contratualizadas, correspondendo ao valor de financiamento de cerca 17 000.000,00 €. Penso que ainda há mais projetos para aprovação e queria dar nota positiva disto, porque é sempre bom lembrar um investimento que tem vindo a ser feito nesta estratégia local de habitação, que foi um exemplo e uma das primeiras apresentadas no país, obrigado. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado, senhor Deputado. Não há uma pergunta concreta, passo ao senhor Deputado Carlos Martins, Bloco de Esquerda. -----

O Deputado **Carlos Martins (BE)** tomou a palavra e disse: Obrigado, senhor



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ
Mandato 2021-2025

Presidente, vamos agora mudar de assuntos. Eu queria saber quem licencia a concessão nas praias, toldos e outros equipamentos, os licenciamentos são elaborados de acordo com as regras em vigor de antes, ou do aplicado durante a pandemia? A mesma questão se coloca em relação, por exemplo, ao alargamento de esplanadas e ocupação da via pública que foi permitido o alargamento naquela altura? A outra pergunta prende-se com, portanto, as consignações dos trabalhos da construção do troço norte da Circular de Loulé tiveram lugar em novembro de 2022. O prazo era de 540 dias, já expirou, daquilo que verificamos a obra está bastante atrasada, a que se deve este atraso? O prazo foi prorrogado por quanto mais tempo? Quais os custos finais inerentes com este atraso e de quem é a responsabilidade, do empreiteiro ou da Câmara? -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado, senhor Deputado. Senhor Presidente de maneira sintética quem é que vai responder? Senhor vereador Carlos Carmo, tem a palavra. -----

O **Vereador Carlos Carmo** tomou a palavra e disse: Muito obrigado, senhor Presidente, obviamente que a concessão das praias é feita de acordo com a legislação que está em vigor. Antigamente era feito pela Autoridade Marítima e essas concessões ainda estão em vigor e ainda este ano, a Câmara Municipal de Loulé não para esta época balnear, mas para as próximas irá lançar os novos concursos públicos para as unidades balneares, portanto, vulgo toldos, colmos, enfim, tudo isso que o senhor Deputado referiu. Muito obrigado. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado, senhor Vice-Presidente. Repita a questão se faz favor senhor Deputado Carlos Martins. -----

O Deputado **Carlos Martins (BE)** tomou a palavra e disse: Se os recenseamentos são elaborados de acordo com as regras anteriores que estavam antes da pandemia ou se são as que estão dentro da pandemia, por quê? Porque foram restringidos, os espaços foram alargados e ocuparam mais praias. As pessoas têm menos praia para ocupar. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado. Tem a palavra senhor Vereador. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

O **Vereador Carlos Carmo** tomou a palavra e disse: Muito obrigado. Por lapso meu não respondi à totalidade, esse o momento da pandemia, foi um momento extraordinário, todas as medidas e tudo aquilo que é a forma de licenciamento dessas áreas, cumpre tudo o que está na legislação e tudo aquilo que foi concessionado. Esse foi um momento extraordinário, volta àquilo que é normal e será concessionado também no futuro dentro dessas medidas. Muito obrigado. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado, senhor Vereador. -----

O Deputado **Carlos Martins (BE)** disse: Assim não dá! Quer dizer, não é mais é a resposta concreta. -----

O **Presidente da AML** disse: Penso que o senhor Vereador respondeu. -----

O Deputado **Carlos Martins (BE)** disse: Não respondeu! O senhor vereador remeteu para trás, e o que nós queremos saber hoje... -----

O **Presidente da AML** disse: Remeteu para legislação em vigor. Diz que o que está atualmente a ser aplicado são as licenças válidas. -----

O **Vereador Carlos Carmo** disse: Eu posso repetir. -----

O **Presidente da AML** interveio e disse: Agradecia para que explicasse melhor, porque eu, pareceu-me perceber, posso também ter percebido mal, tem a palavra. ---

O **Vereador Carlos Carmo** tomou a palavra e disse: Muito obrigado. Se calhar fui eu que falei rápido demais e a culpa é minha só. O que está em vigor hoje é aquilo que está na legislação e aquilo que estava ao abrigo dos contratos de concessão aquando da data quando foram lançados no momento do COVID, foi um momento extraordinário e que terminou com a cessação dessas medidas, tudo aquilo que está em vigor e tudo aquilo que será lançado à posteriori para o futuro será ao abrigo da legislação e tendo em consideração todas essas regras, acho que fui claro. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado. Tem a palavra. o senhor Vereador Abílio Sousa. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ
Mandato 2021-2025

O **Vereador Abílio Sousa** tomou a palavra e disse: Em relação à Circular, inicialmente houve um atraso que todos conhecemos que tinha a ver com poucas parcelas, mas que atrasaram o início da obra. Posteriormente foi iniciado o processo de expropriação que também fez com a obra atrasasse mais alguns meses e depois existiu uma providência cautelar por um dos proprietários. Tudo isto veio atrasando a execução da obra e muito recentemente foi feita a aprovação de uma prorrogação até maio de 2025. -----

O **Presidente da AML** disse: Tem a palavra, senhor Presidente. -----

O **Presidente da CML** interveio e disse: Muito obrigado, senhor Presidente, também quero acrescentar que houve uma situação que demorou para além do tempo inicialmente previsto, tem que ver com rocha compacta, encontrada ali naquela zona da rotunda num determinado troço da estrada que ainda hoje julgo que não retiraram completamente e que isso também terá motivado, terá sido uma das causas, enfim, do atraso, os trabalhos em relação á data prevista, mas isso o senhor Deputado, infelizmente, acontece em muitos casos. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado, senhor Presidente. Senhor Deputado João Carlos Santos, PSD tem a palavra. -----

O Deputado **João Carlos Santos (PSD)** tomou a palavra e disse: Muito obrigado. senhor Presidente, na sua pessoa, cumprimento todos os presentes aqui nesta Assembleia. Algumas questões bastante simples, estamos a 24 de junho, temos o passadiço do forte novo ainda no mesmo local caído, esmorecido, danificado, uma péssima imagem, um péssimo postal para Quarteira e realmente ainda não se assistiu à retirada do passadiço ou qualquer outra situação para melhorar ali a zona. Falando também na questão de melhoramentos, porque, de facto, Quarteira e o Verão são coisas indissociáveis e o brio e ao tentar sempre em linha e então dizer que do Restaurante Rosa Branca até à Praça do Mar, desafio quem queira andar no passeio que, de certeza, com o piso que lá tem, que vai andar a escorregar na areia, realmente é uma coisa que isso tem que ser acautelado e tem que ser limpa, o tem que ser qualquer coisa, tem que ser feito, porque não se pode continuar assim. -----
Outra circunstância também são os postes de iluminação ao longo do Calçadão de Quarteira, que nós olhamos para a base dos postes, os postos estão negros da urina



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

dos animais, quer dizer, existem aqui situações que esta bancada coloca a evidência que realmente como é que nós recebemos as pessoas que nos visitam, é isto que nós queremos para Quarteira, é esta imagem que nós queremos passar? Realmente é algo que deveria ser visto. -----

Para terminar, agradecer à senhora Deputada Maria Esteves pela menção que fez há pouco, muito obrigado e também deixar uma palavra aos santos populares, as marchas de Quarteira que sempre dentro do grande brilhantismo que elas possuem essa massa dinâmica, quarteirense que, de facto, faz este grande cartaz que é um grande cartaz da cidade e da freguesia de Quarteira. Muito obrigado. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado, senhor Deputado. Quem é que responde às questões, Senhor Presidente? Senhor Vereador Carlos Carmo tem a palavra. -----

O **Vereador Carlos Carmo** tomou a palavra e disse: Muito obrigado, senhor Presidente, sobre a questão do passadiço, a informação que eu tenho, mas amanhã mesmo irei verificar é que a empresa do qual foi adjudicada a retirada do passadiço, iria começar os trabalhos na sexta-feira. Portanto, a informação que eu tenho, se assim não foi irei mesmo amanhã a verificar, mas também dar nota para quem está a ouvir perceber a morosidade da administração pública para contratarmos simplesmente a retirada de um passadiço que foi afetado pelo temporal foram cerca de quase 3 meses para efetuar a contratação de uma empresa que vai retirar e que posteriormente vai reposicionar aquele passadiço. Portanto, muitas vezes, o tempo da urgência não é o tempo das necessidades da contratação pública e esse não é, digamos, a resposta, mas para que as pessoas percebam muitas vezes, quando se diz que vai efetuar uma intervenção mesmo em situação de urgência, se não houver procedimentos em vigor, muitas vezes temos estas situações de do tempo que também é contraproducente, mas amanhã irei verificar e irei dar-lhe essa resposta. --

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado, senhor Vereador, falta a questão dos postes de iluminação e da areia tem a palavra, senhor Presidente. -----

O **Presidente da CML** tomou a palavra e disse: Muito obrigado, senhor Presidente. Bem, Quarteira está muito mais limpo, mas arrumado, mais bonito. As pessoas elogiam Quarteira, os senhores, pois querem andar com uma lupa a ver onde é que está mal o cãozinho urinou no poste... -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

O **Presidente da AML** disse: O quadro, eu aproveito para, não, mas não é isso... ----

O **Presidente da CML** tomou a palavra e disse: O senhor Presidente eu calo-me já, mas quer dizer, este nível de questões, pois não merece resposta diferente. Com todo o respeito pelo senhor, mas a junta tem feito um excelente trabalho em Quarteira, muito bom reconhecido, aliás, por imensa gente não está tudo perfeito, não está tudo polido, é evidente que não nem nunca estará. -----

O **Presidente da AML** tomou a palavra e disse: muito. Obrigado, senhor Presidente. O Deputado Telmo Pinto, simultaneamente Presidente da Junta de Quarteira, está inscrito para falar a seguir à Sandra. Se me permitir, damos lhe primazia para que ele responda para que ele intervenha neste assunto, tem a palavra senhor Deputado. ---

O Deputado **Telmo Pinto (Presidente da Junta de Freguesia de Quarteira)** tomou a palavra e disse: Muito boa noite, senhor Presidente e na sua pessoa cumprimento todos aqui presentes os que estão em casa, o público. Eu quero responder e quem conhece Quarteira e eu tive o privilégio de lá nascer, percebe que a areia é uma limpeza constante, a cota da praia está mais alta em alguns percursos do calçadão do que o próprio passeio, portanto, isso é uma coisa que tem acontecido constantemente, basta haver um bocado de vento e a junta até têm máquinas que adquiriu precisamente só para esse tipo de limpeza, portanto, eu acho que é um pormenor mesmo e agradeço. Sobre os postos e com certeza que não vão ver com água, neste momento, a Junta de Freguesia não irá utilizar a água para limpar os postos em Quarteira, nem penso que em lado nenhum, acho que isso não é tão importante e que seja tão impactante assim, mas eu aqui é importante também dizer que o passadiço a obra está a ser feita, a limpeza está a ser feita e a reconstrução do passadiço já iniciou, com certeza demora algum tempo, mas sim, orgulhamo-nos do trabalho que tem vindo a ser feito da limpeza, é uma coisa que se vê, eu constato e convido a passear comigo por Quarteira para falarmos sobre o assunto, com pequenas coisas que podem falhar, mas a evolução e o crescimento que tem tido e vala que nós temos de fora, quem elogie e quem venha a Quarteira investir mais do que aqueles que cá vivem, falta algum mundo, algumas pessoas no mundo, às vezes passa até por cidades próximas, desafio fazer isso. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado, senhor Deputado, vamos retomar aceite



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

a inscrição. Vamos retomar a ordem das inscrições. Senhora Deputada Sandra Ribeiro do CHEGA, -----

A Deputada **Sandra Ribeiro (CHEGA)** tomou a palavra e disse: Obrigado, senhor Presidente, obrigado senhor Deputado, queria trazer aqui uma questão e não é preciso lupa, porque à distância estamos a ver as viaturas a circular em Loulé, Vilamoura, Quarteira extremamente sujas e nós deslocamos a um, centro de lavagem automática e temos cartazes a dizer estimados clientes, devido às restrições de consumo de água em vigor. Este equipamento encontra-se encerrado até 30 de setembro, 2024. Agradecemos a compreensão e obrigado, sei que há algumas lavagens que estão a fazer obra de reciclagem de água e há outras que não estão a fazer e optam por encerrar até final de setembro. A questão é quais são as medidas, se vamos manter esta situação ou não até ao final do Verão, porque vamos receber muitos turistas, eu que conheça na zona de Quarteira, temos uma lavagem manual em frente ao Pingo Doce, todas as outras estão encerradas e para não falar aqui marcas, mas penso que todos estão encerrados, à exceção dessa e temos recebido algumas queixas na área das viaturas de transporte de turistas, porque parece que há uma obrigatoriedade de limpeza e desinfeção das viaturas de X em X tempo e há este constrangimento. Eu vou-lhe ser sincera, senhor Presidente, eu posso lavar o carro em casa, porque tenho o quintal para levar, mas acredito que gasto bastante mais água a levar a viatura e dou cabo das costas, portanto, eu não sei, nós vamos manter este sistema até ao final do verão, porque acredito que vá haver bastantes reclamações por parte de quem nos vem visitar este ano, porque não têm de lavar o carro. Muito obrigado. -----

O **Presidente da AML** disse: Obrigado, senhora Deputada. Senhor Vereador Carlos Carmo tem a palavra. -----

O **Vereador Carlos Carmo** tomou a palavra e disse: Muito obrigado, senhor Presidente. Senhora Deputada, não é concordar nem discordar, mas está a referir medidas que estavam vertidas numa resolução de Conselho de Ministros que tinha mesmo essa obrigatoriedade, portanto, neste momento, essa resolução foi revogada, portanto, e não foi a Câmara que impediu essas empresas de abrir ou encerrar, foi uma medida que estava vertida numa resolução de Conselho de Ministros que obrigava que essas empresas, se não tivessem uma recirculação de água, não



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

podiam estar a laborar, como sabe, essa resolução foi revogada e foi publicada no final da semana passada, uma nova, portanto, não tive a oportunidade ainda de ler toda e em concreto, mas haverão novas medidas, não sei se essa está vertida ou não, mas que fique claro, não era uma medida da Câmara Municipal de Loulé, ok? -----

O **Presidente da AML** disse: mas não é uma medida! -----

O **Vereador Carlos Carmo** tomou a palavra e disse: não era uma má medida sim, não estou a dizer que era. -----

O **Presidente da AML** disse: Obrigado, senhor Vereador. Senhor Deputado Carlos Martins, Bloco de Esquerda, tem a palavra. -----

O Deputado **Carlos Martins (BE)** tomou a palavra e disse: Pois há a questão da Circular, toda a gente e nós aqui já perguntámos é que o problema foi a consignação total dos trabalhos quando a Câmara não tinha os terrenos na sua posse e o senhor Presidente teimou com a consignação total, já sabia que aquilo ia parar, mas pronto, os custos são para o município, tudo bem. -----

Em relação à resposta que a Câmara deu ao nosso Requerimento, a tática da Câmara é responder praticamente em cima da Assembleia ou no próprio dia da Assembleia, mas ainda bem que responde, pois vamos ter tempo para analisar os assuntos depois de lê-los, como mais calma, no entanto, em relação à queda de materiais que ocorreram, na obra municipal de construção dos 104 fogos na Clona, a fiscalização foi lá e mandou colocar um pano de proteção, como o empreiteiro tinha obrigação de colocar antecipadamente e foi por isso que aquilo caiu, as coisas caíram num local privado, ainda bem que assim foi. Agora, eu acho que o poder absoluto do senhor Presidente da Câmara nesta matéria, que é da concessão sistemática de licenças especiais de ruído, a uma obra, que está a cumprir o seu prazo regulamentar, é um exagero. Uma obra que está prevista para 36 meses e as pessoas terem que estar 36 meses a aturar o seu sábado de descanso com o barulho da obra é inadmissível e, portanto, é inadmissível para senhor, como é para mim, com bem como para qualquer pessoa. Portanto, e aí acho que o senhor Presidente da Câmara devia averiguar bem, quando aprova essas licenças especiais. A outra questão, é o aterro, o aterro que toda a gente vê ali na rotunda do das Beiras Brancas e do que concluímos nós é que o Executivo e a fiscalização andam com problemas de visão, só veem o que querem e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

só intervêm quando dá jeito. Porque se eu derrubar um muro e despejar um carrinho de resíduos vem o fiscal da Câmara e multa-me. Ali estão milhares e milhares de metros cúbicos de terreno num local de paisagem protegida, modelam o terreno e a Câmara, “não está licenciado, não sei, não sei, não vi, não passei lá” ah e mais grave respondem que esteve lá o fiscal e só viu terra, “só viu terra, não viu pedras, á vi umas pedras de calçada”, pois eu levo ao seu fiscal para ver os plásticos que estão lá metidos. Portanto, eu julgo que a GNR há de fazer a sua participação e pronto, obrigado. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado, senhor Deputado. Não há deputados inscritos. João Carlos Santos, Partido Social Democrata. Ah, peço desculpa, não dei a palavra ao Executivo para comentar ou responder, alguém fala? Peço-lhe que seja sucinto senhor Presidente. -----

O **Presidente da CML** tomou a palavra e disse: Tudo o que nós fizemos Circular de Loulé está dentro daquilo que a lei prevê e, portanto, a obra está a andar, felizmente, há de ser concluída. O senhor tem sido muito mais crítico em relação à obra do que construtivo. Eu pensava que essa obra-lhe trazia alegria a si como a esmagadora maioria dos louletanos, mas tem sempre esse balanceamento, umas vezes parece que fica satisfeito pelo facto da obra estar a acontecer. -----

O **Presidente da AML** interveio e disse: Eu peço desculpa, mas é assim, nós estamos quase com 3 horas de assembleia, temos ordem do dia, e ainda não entramos, já excedeu o seu tempo, seja sucinto mesmo, só responder às questões.-----

O **Presidente da CML** continuou e disse: O que fizemos cumpre rigorosamente a lei, ali não estamos fora de qualquer previsão de acordo com aquilo que está estatuído. Depois, sobre um o aterro, recebeu uma resposta muito boa, feita com o maior cuidado, como, aliás, é apanágio nosso quando, respondemos ao senhor Deputado e, portanto, não há lá nem terras sujas, nem terras que possam poluir o solo. O senhor começou a fazer aquelas obras para plantar umas alfarrobeiras, depois veio ao meu gabinete disse, queria plantar uns abacateiros e tivemos até um diálogo difícil, porque eu disse o senhor que a abacateiros não, porque não temos água para isso e, portanto, senhor Deputado Carlos Martins, eu não vejo ali nada que não seja a gestão corrente e o relacionamento normal entre o empresário que tem um bem que pretende



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ
Mandato 2021-2025

rentabilizá-lo, colocando ali uma plantação primeiro de alfarrobeiras e depois de abacateiros e a resposta da Câmara que é uma resposta que se coloca na ótica do interesse público, que nós não temos água para mais áreas agrícolas que necessitam de grandes quantidades de água e é isso que se passou. Demos uma resposta absolutamente clara e que eu saiba aquele espaço ali não se trata de nenhuma área de paisagem protegida. Eu não sei em que é que se baseia para fazer tal afirmação, mas, pessoalmente, desconheço que aquela área seja paisagem protegida. Não, eu não tenho esse conhecimento. -----

O **Presidente da AML** disse: Obrigado. O senhor Deputado inscreveu-se, não? -----

O Deputado **Carlos Martins (BE)** disse: Eu já pensava que o senhor Presidente tinha acabado com esta retórica da perseguição, mas continua com a perseguição, pois bem obrigado. -----

O **Presidente da AML** disse: João Carlos Santos, tem a palavra. -----

O Deputado **João Carlos Santos (PSD)** tomou a palavra e disse: muito obrigado, senhor Presidente. Senhor Presidente da Câmara, frente de mar em Quarteira, creio que é unânime, não há discussão, tem que ter brio o turismo, a Quarteira é preponderante e a frente mar e a nossa grande sala de estar daqueles que nos visitam. -----

Relativamente ao senhor Presidente da Junta, por exemplo, dou-lhe a situação dos tapumes que estavam em frente do edifício sociocultural que nós PSD, de Quarteira na Assembleia de Freguesia, fizemos menção a isso e o senhor Presidente da Junta reconheceu que realmente estava ali uma questão de falta de brio e que chocava com a visão das pessoas e o senhor Presidente da junta meteu as lonas lá em frente para tapar e muito bem. Agora, mundo, eu acredito que no nosso mundo, nós podemos construir o mundo que queremos, basta reconhecer os problemas, ouvir e procurar soluções. -----

Relativamente à areia, penso que é o próximo passo com que periodicidade é que consegue fazer a remoção das areias ali naquele troço de passeio? -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado, senhor Deputado. Senhor Deputado Telmo Pinto, tem a palavra. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

O Deputado **Telmo Pinto (Presidente da Junta de Freguesia de Quarteira)** tomou a palavra e disse: Eu já por mais do que uma vez até lhe disse alguns dos pontos fortes deste concelho e coisas que podia fazer oposição, como já falei consigo, mas pronto. A periodicidade tem acontecido, é ver os trabalhos que a Junta tem feito tem acontecido, acontece que não é uma coisa cíclica que consigamos, não é, a área aparece na avenida, falta-lhe alguma experiência nessa parte. A areia aparece na Avenida quando há mais vento, não quando há menos vento, acho que percebe um bocado isso. Portanto, dizer que tem periodicidade, necessária aquando esses fenómenos acontecem isso é ponto. -----

Sobre os tapumes, o que eu também gostava de o ouvir dizer é que, pela primeira vez na Junta de Freguesia, não era para estar a falar aqui, nós construímos aquele edifício que responde a 700 pessoas e bem, pela primeira vez, a Junta de Freguesia consegue de prédios entre um trabalho conjunto que fez com a Câmara Municipal, em seu nome e trabalha para as pessoas, passava por cima com os olhos dos tapumes e também elogiava isso de vez em quando que ficava-lhe bem. -----

O **Presidente da AML** disse: Senhor Deputado João Carlos Santos, tem a palavra. --

O Deputado **João Carlos Santos (PSD)** tomou a palavra e disse: Obrigado, senhor Presidente, Telmo Pinto, como deve reconhecer tudo aquilo que seja em benefício de Quarteira. Não há nenhum quarteirense que recuse isso, ou que vá contra isso. Agora eu estive presente também na inauguração do edifício. Realmente acredito que é um equipamento que dá resposta a umas necessidades que existiam, nomeadamente à Academia do Saber, projeto que eu durante 9 anos fiz parte e o senhor sabe muito bem e então é a tal situação, não há nenhum quarteirense de seja contra isso e de certeza absoluta que eu não sou esse tipo de quarteirense. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado, senhor Deputado. Agora, sim, não só não há deputados inscritos, como já não há tempo, quase para que se inscrevam, pelo que iremos dar por concluído o Período de Antes da Ordem do Dia. -----

Passou-se ao ponto seguinte; -----

3- Período da Ordem do Dia: -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ
Mandato 2021-2025

a) - Proposta da Assembleia nº 10-2024 [AML] - Informação relativa à Alínea a) -
Apreciação da Informação escrita do Presidente da Câmara Municipal de Loulé,
acerca da Atividade Municipal e da Situação Financeira do Município, ao abrigo da
alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro; -----

O **Presidente da AML** tomou a palavra e disse: Entramos no Período da Ordem do
Dia, imperativo legal, todas as sessões ordinárias têm de incluir a apreciação da
informação escrita do respetivo Presidente Câmara Municipal acerca da atividade
municipal e situação financeira do município, passamos à alínea a) do Período da
Ordem do Dia. Tem a palavra o senhor Presidente. -----

O **Presidente da CML** continuou e disse: Muito obrigado, senhor Presidente, vou hoje
servir-me, portanto, daquela figura que de vez em quando o faço, fico à disposição
dos senhores Deputados para responder a qualquer questão do relatório que lhes foi
enviado. Relatório, aliás, muito circunstanciado e muito rico de informação, portanto,
à vossa disposição. Muito obrigado. -----

O **Presidente da AML** tomou a palavra e disse: Muito obrigado. Senhor Presidente,
estão abertas as inscrições para os senhores Deputados que queiram fazer uso da
palavra. Tem a palavra o senhor Deputado, António Vairinhos da CDU. -----

O Deputado **António Vairinhos (CDU)** tomou a palavra e disse: Eu gostaria de inquirir
aqui, nomeadamente o Executivo, nomeadamente sobre aqui uma questão na página
6, como foi referido na informação escrita sobre a atividade da Câmara Municipal de
Loulé e passo a citar “à data de 05/06 encontravam-se em situação de sem-abrigo
186 pessoas das quais 45 são consideradas sem casa, no entanto, foi criado o NPISA,
Núcleo de Planeamento e Intervenção Sem Abrigo de Loulé, pretendemos saber qual
a evolução do número de sem abrigos, desde a constituição deste núcleo. -----

O **Presidente da AML** tomou a palavra e disse: Muito obrigado, senhor Deputado.
Senhora Vereadora, Ana Machado tem a palavra. -----

A **Vereadora Ana Machado** tomou a palavra e disse: Senhor Deputado, não estou
em condições de lhe dizer, desde 2020. Posso dizer-lhe que, em 2022, estavam
identificadas 120 pessoas, em 2023, 185 e agora 186. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

O **Presidente da AML** tomou a palavra e disse: Muito obrigado, senhora Vereadora. Eu, há pouco fiz referência à nova apresentação dos tempos por reclamação de alguns senhores Deputados que, alegavam que não se via bem, nem os tempos disponíveis, nem os tempos a decorrer, neste momento, está patente de forma mais visível os tempos de cada um, penso que melhorámos nesse aspeto. Portanto, agora temos é que olhar para lá também, para percebermos o amarelo é quando está quase a terminar a vermelho é quando acaba. Não há Deputados inscritos, Carlos Martins, Bloco de Esquerda, tem a palavra, -----

O Deputado **Carlos Martins (BE)** tomou a palavra e disse: portanto, as questões dos sem-abrigo, a Deputada Maria Esteves, apresentou-as muito bem e nós secundamos a mesma posição e dispensamos a pergunta que íamos fazer. Portanto, o que se verifica na situação financeira da Câmara é que, apesar do aumento progressivo dos custos com o pessoal, aumentou 1.400.000,00€. Nestes 5 meses, notamos que a aquisição de serviços aumentou mais 3.000.000,00€ que no mesmo período do ano passado. Concluimos que os aumentos de recursos humanos não têm como objetivo reduzir as despesas com a contratação externa. Eu acho que gostaríamos de saber como é que funciona melhor. Apesar do aumento do volume das despesas, grande parte são para pagar a parte corrente e muito pouco para as obras de investimento. Obrigado. -----

O **Presidente da AML** tomou a palavra e disse: Muito obrigado, senhor Deputado. Senhor Vice-Presidente, David Pimentel tem a palavra. -----

O **Vice-Presidente, David Pimentel** tomou a palavra e disse: Muito obrigado. Senhor Presidente, já agora aproveito a ocasião para cumprimentá-lo a si e a todos os presentes e a quem nos segue a partir das redes digitais. No que diz, respeita à execução orçamental financeira à data de maio, há uma progressão das despesas com pessoal perfeitamente alinhado com aquilo que estava orçamentado, portanto, já era expectável em função do aumento do salário mínimo nacional e das progressões dos vencimentos nas várias tabelas salariais é "timing" em linha com aquilo que perspetivávamos. -----

No que diz respeito à aquisição de serviços posso ser um pouco mais explícito a dizer que, por exemplo, nos transportes escolares, temos um aumento de 579.653,00€ que justificam a boa parte deste aumento nos encargos de instalações, tem a ver com o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ
Mandato 2021-2025

aumento de energia elétrica neste contrato que foi celebrado no final do ano passado e que são mais 523.949,00€, portanto, só nestas 2 rubricas também as um 1.000.000,00€, da prestação de serviços, a deposição de resíduos sólidos, mais 103.170,00€. Tudo isto está na aquisição de serviços, são realidades que nós estamos a gerir muito proximamente. O que posso dizer é que este ano, no que diz respeito o acompanhamento da execução orçamental, pela primeira vez, a Câmara Municipal da Loulé está a fazer reuniões e já o fez duas vezes com toda a estrutura dirigente entre janeiro e fevereiro e foi realizada novas reuniões com todos os dirigentes da Câmara Municipal de Loulé, a acompanhar a evolução execução do orçamento, precisamente por estas questões também dos serviços e que estamos particularmente atentos aquilo que é as progressões que não derivam da gestão interna, porque são aumentos de preços e prestações de serviços, temos que manter e que o possam ser reduções que possamos prestar nos serviços públicos que temos que manter com qualidade, quem é que é reconhecida por todos, mas que sabemos que para fazer o mesmo que fazíamos no passado, temos que pagar um valor superior, porque os preços de mercado subiram e o reflexo da aqui na aquisição de serviços, sem sombra de dúvidas. Obrigado, senhor Presidente. -----

O **Presidente da AML** tomou a palavra e disse: muito obrigado. Senhor Vice-Presidente. Senhora Deputada Bárbara Correia, Partido Social Democrata, tem a palavra. -----

A Deputada **Bárbara Correia (PSD)** tomou a palavra e disse: Muito obrigada, senhor Presidente, na sua pessoa, cumprimento a Mesa, Executivo, Deputados, público e funcionários. Algumas considerações contra a informação do senhor Presidente, pela sua importância, gostaríamos de ter visto um ponto sobre a revisão do PDM. Eu vi uma ligeira referência que refere somente que a proposta da revisão do PDM de Loulé que foi recentemente entregue à CCDR Algarve, mas foi entregue quando? Em que dia? Que reuniões e que já tiveram? E já agora questionar se essa proposta de revisão pode ser consultada pelos particulares? Parece-me que este tema demasiado importante para estarmos a dizer que foi entregue e não darmos datas às coisas e vê-se isso em outros pontos como, por exemplo, na questão da habitação municipal, quando falam que foi celebrada a escritura dos dois lotes de terreno nos Cavacos em Quarteira, não referem a data dessa escritura. Referem ainda que a autarquia Louletana se encontra, neste momento, a construir 94 fogos de habitação um pouco



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

por todo o concelho. O que é que é isto? Um pouco por todo o concelho? Porque é que não dizem exatamente em que locais do concelho deviam ser mais precisos e mais transparentes, dizem que têm 18 fogos em fase de contratação pública da empreitada e 51 em fase de projeto e refere ainda que até 2024 foram adquiridos 51 fogos e 13 terrenos para construção? Dizem até 2024, mas não dizem desde quando. Eu compreendo, não deve ser fácil assumir por escrito que estão neste Executivo desde 2013 e que são estes os números a apresentar no que diz respeito à habitação, mas acho que mais uma vez, alguma transparência, clareza era bastante importante. E depois, ainda dizem que para uma segunda fase, seja lá o que isto for, mais 205 soluções habitacionais, onde e para quando essas soluções? Não descrevem, é vender sonhos e não concretizar. E por falar em habitação, eu gostaria de utilizar esta oportunidade para parabenizar o nosso Governo pela publicação na passada sexta-feira, dia 21, do decreto que autoriza o Governo a isentar o IMT, o imposto de selo, a compra de casa por jovens até aos 35 anos, medida esta de extrema importância para os jovens e que teve, não devemos esquecer, a abstenção do PS e do Bloco de Esquerda. -----

Retomando a análise da informação do senhor Presidente, eu achava que ia ser desta que o senhor Presidente e a apresentar a tabela relativa urbanização edificação, nomeadamente no que aos processos de licenciamento diz respeito, de forma a que se entendesse que tipo de licenciamento estão em causa para que se consiga ter uma perceção daquilo que está a ser aprovado e quanto tempo demora a ser aprovado, estava enganada e vai obrigar a ser repetitiva e a questionar uma vez mais dos projetos aprovados, quando é que os mesmos deram entrada dos projetos aprovados. Quais são licenciamentos ou comunicações prévias desses licenciamentos? Quantos foram para habitação? E quantos para serviços? Que tipo de condicionamentos após a aprovação, estamos a falar? Dos não aprovados, quantos foram pedidos elementos e quantos é que foram indeferidos? Eu não sei se é assim tão difícil pedir alguém que trate de estes dados de forma mais precisa e transparente. -----

Quanto ao Simplex também gostava de ter visto algumas referências, eu questionei este Executivo na assembleia do dia 21 de março, se, para além da realização das formações aos técnicos da Câmara, em especial do Departamento de Urbanismo, estariam também elaborar despacho orientadores relativamente à aplicação das alterações do RJUE, o e, portanto, o regime jurídico de urbanização edificação que foram introduzidas pelo decreto-lei 10/2024. Eu recebi uma proposta, uma resposta por escrito e bem foram céleres e agradeço bastante essa e a questão que fiz na



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

Assembleia e dizem que, de facto, tinha havido uma formação interna e que estavam a realizar todos os esforços para existir colaboração entre a Câmara e particulares. -- Refere ainda nessa resposta que está o dotar o vosso Regulamento Municipal de Urbanização Edificação e que até já tinham identificadas normas expurgar e desaplicar em virtude da entrada em vigor deste diploma. Tendo em conta o tempo correu, portanto, isto foi em abril, no início oito de abril, questiona em que fase é que está a adaptação deste Regulamento Municipal de Urbanização Edificação que, como sabem, pode alterar muito a forma como os particulares vão interpretar essas normas. Refere ainda na informação escrita que estavam a ser classificados os processos após levantamento, segundo critérios de agrupamento ao encontro de edificação. E eu também gostava de questionar em que Estado é que se encontra esta classificação dos processos? Eu no fundo, acho que este tema é demasiado importante para não constar na informação do senhor Presidente. Obrigado. -----

O **Presidente da AML** tomou a palavra e disse: Muito obrigado. Senhora Deputada. Eu vou fazer um "mea culpa" na forma como comecei a gerir este ponto, porque é assim: a este ponto, eu vou passar a ler aquilo que está escrito desde o início, mas que a gente vai na passada daquilo que vem das perguntas, respostas e este ponto é a Apreciação da Informação escrita do respetivo Presidente da Câmara. Ou seja, nós não podemos, aliás, a ser assim, não iríamos ter tempo para discutir, mais nenhum ponto. Não se trata de uma discussão exclusiva sobre o relatório do senhor Presidente numa apreciação dos Deputados sobre esse mesmo relatório, nomeadamente como fez a senhora Deputada, como fizeram os outros deputados, mas, lá está, no fundo, sem que o Executivo tenha que estar a responder questão, a questão. Falarão os senhores Deputados todos de seguida e no final, o Executivo fará uma declaração final relativamente a isto. Portanto, penso que este é o espírito, porque, caso contrário, se começo a dar ao Executivo, a palavra para responder a cada uma das perguntas, não vamos entrar sequer nos outros pontos da ordem de trabalho. Portanto, neste caso, darei a palavra a senhora Deputada Ana Poeta do PAN. -----

A Deputada **Ana Poeta (PAN)** tomou a palavra e disse: Obrigada, senhor Presidente. Começo por parabeniza a Dr.^a Dália Paulo, galardoada com o Prémio Mérito Profissional na área da museologia e também a monografia Banhos Islâmicos e Casa Senhorial dos Barreto, do lugar ao museu que foi ditada pela Câmara Municipal e pelo Museu Municipal e que ganhou o prémio Edição. Aproveito para questionar se a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ
Mandato 2021-2025

mesma será distribuída pelos Deputados municipais, uma vez que o estudo da mesma poderá contribuir para um melhor conhecimento da história e do legado de um espaço que está intimamente ligado à origem da própria cidade de Loulé. -----

No que concerne as descrições das Comemorações do Cinquentenário do 25 de Abril e após leitura de algumas descrições minuciosas, na qual se destacam a Assembleia Municipal Jovem, o momento herança e projeto. A reflexão da Lídia Jorge e o concerto de Sérgio Godinho ficou a faltar destacar e dignificar a belíssima exposição alusiva ao 25 de Abril do médico e artista Louletano, Francisco André. Foram atribuídas 7 Toponímias, 2 em Boliqueime, 3 em Quarteira e 2 em São Sebastião. Eu gostava de saber das 7, quantas é que têm nomes de mulher? -----

Para concluir na parte do desporto, eu lamento não terem parabenizado e reconhecido o mérito do nosso Miguel Nunes, um jovem de 12 anos que é do Louletano e que atualmente defende as cores da Associação Naval do Guadiana e conseguiu, 4 primeiros lugares no Campeonato Nacional de Vela no início do BES na Madeira e que é mais se qualificou para campeão nacional de juvenis e que irá representar Portugal no Campeonato da Europa Itália. -----

O Presidente da AML tomou a palavra e disse: Muito obrigado, senhora Deputada. Não há Deputados inscritos? Não havendo Deputados inscritos, darei a palavra ao senhor Presidente... o senhor Vice-Presidente para comentar as observações feitas pelos senhores Deputados. -----

O Vice-Presidente, David Pimentel tomou a palavra e disse: Muito obrigado, senhor Presidente, tentando ser sintético para preservar algum do tempo, os pontos remanescentes. Senhora Deputada Bárbara Correia, no que diz respeito aos 2 lotes adquiridos em Quarteira, foi no dia 6 de junho, escriturados mencionou, desde quando é que adquirimos fogos e terrenos para habitação é desde a estratégia local de 2019, referiu fogos em fase de construção e em projeto, devo-lhe mencionar que o relatório que é aqui anexado tem 264 páginas do qual cerca de 70 são do município, portanto, nem sempre a informação terá o nível detalhe que eventualmente elencou que gostaria de ter. Posso-lhe dizer que os fogos estão em construção, neste momento, a estratégia local de habitação são 64 na Clona, 12 em Salir, 18 no bairro Municipal aqui em Loulé, se o que 94 em construção em contratação pública. Temos 7 na Rua de São Paulo, 2 na Rua de 5 de Outubro, 5 na Rua Miguel Bombarda e 4 no Ameixial perfaz 18. Em fase de projeto, temos 19 em Boliqueime, 6 em Almancil, 12 numa



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

unidade residencial, 10 em Salir, 2 em Alte e 2 na Rua Joaquim Nunes Saraiva perfaz 51. A segunda fase que tem elencada 205 fogos serão segundas fases de projetos, estão para prestes a serem lançados para a segunda fase, de acordo com 74 fogos, 30 no bairro Municipal Frederico Ulrich e não vou continuar, porque senão iria esgotar o tempo. Olhe os 56 destes 2 lotes, acabados de adquirir em Quarteira, também estão nesta segunda fase, o que perfazem 205. Se entender que esta informação é relevante, poder-lhe-ei fazê-la chegar, de forma mais detalhada, a si a todos os Deputados aqui na Assembleia. -----

Só dar nota, diz respeito aos acordos celebrados com o IHRU, o senhor Deputado Márcio fez questão de elencar, nós temos o valor total aprovado, 17.200.000,00€ nos neste momento, somos (14º) município e, neste momento, está prestes a ser celebrado um contrato de 60 fogos que a Câmara Municipal conseguiu adquirir de uma consulta ao mercado em dezembro do ano passado. Nós já submetemos a candidatura e a breve trecho, aliás, quando esteve cá o senhor Ministro das Infraestruturas e da Habitação foi mencionado que em breve ele voltaria a Loulé, garantidamente para a assinatura deste contrato, isso vai fazer com que Loulé fique no top 6 dos municípios, dos 308 municípios em Portugal. -----

Em termos de capacidade, contratualização só no que diz respeito à habitação de renda apoiada, primeiro direito, porque se formos incluir aquilo que temos a fazer de renda acessível, porque a Clona está a custar cerca de 13.000.000,00€ e temos um financiamento pouco superior, 4.000.000,00€. Quando falo do IHRU e os valores que acabei de mencionar são para renda apoiada, são para primeiro direito, são para as famílias com aquelas carências habitacionais que a senhora Deputada Maria Esteves também elenco logo no início da sua exposição e em condições indignas de insalubridade, sobrelotação, essas são as soluções que estão a ser respondidas via PRR, é preciso assumamos as restantes, mas quando digo 14º a nível nacional e assim que assinamos o próximo contrato, iremos subir para 6º a nível nacional, só no primeiro direito e era isso que queria dizer. Senhor Presidente, obrigado. -----

O **Presidente da AML** tomou a palavra e disse: Muito obrigado nós, senhor Vice-Presidente. E assim sendo, consideramos apreciada a Informação escrita do senhor Presidente. -----

O **Presidente da CML** interveio e disse: A Deputada Bárbara Correia colocou algumas questões que eu gostava de ... -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

O **Presidente da AML** tomou a palavra e disse: Com certeza, tem a palavra senhor Presidente. -----

O **Presidente da CML** tomou a palavra e disse: Vou procurar ser muito sucinto, portanto, senhora Deputada, a revisão do PDM é, de facto, digamos, uma questão que é talvez a questão das questões neste mandato e nós temos prestado todas as informações a uma Comissão de Ordenamento do Território que tem acompanhado aqui com variadíssimas reuniões, é público, quando, portanto, o documento foi entregue na CCDR, já recebemos respostas, questões levantadas, variadíssimas questões levantadas e, neste momento, estamos, a formular respostas, mas esta assembleia tem sido informada a par e passo de todas as diligências que estão a ser feitas junto da CCDR Algarve, portanto, não me parece que haja propriamente carência de informação, não diz é o dia em que foi enviado bem, está bem é um pormenor que dá uma importância que eu respeito, procuraremos dizer o dia e se possível a hora em que enviámos, o documento da CCDR, se pode ou não ser consultado pelo público, bem nesta fase não pode. Há de haver depois desta fase de, digamos, de a resposta à CCDR que neste momento, estamos a preparar havemos de mais à frente, espero que não muito depois colocar para consulta pública aquela que for a proposta de revisão do PDM. -----

Relativamente à produtividade da nossa Divisão de Gestão Urbanística, senhora Deputada, tem aqui um quadro na página 55 que diz urbanização e edificação, e pode ver no o ano 2024 janeiro, fevereiro, março, abril, maio e diz-lhe de acordo com 1, 2, 3 e 4 tipologias de decisões, está lá tudo discriminado bastante detalhado, portanto, está à vista eu, repare é informação que cabe dentro de um relatório que consideramos razoável e que, portanto, alguma coisa mais pode fazer por escrito, se quiser, pode fazer por escrito que responderemos. Agora, mais que isto que aqui está, que é o essencial e que dá uma ideia do trabalho daquela unidade orgânica da Câmara Municipal de Loulé. Quanto a mim, não se justifica. Se a senhora sentir essa necessidade, por favor, dirija um pedido ao senhor Presidente da Assembleia Municipal que nós responderemos com todo o gosto. -----

Senhor Presidente, tenho aqui uma outra questão, a Deputada Ana Poeta, sim, não nos custa nada com todo o gosto distribuiremos a monografia que foi premiada e foi distinguida pela APOM. Se não é mencionado digamos, a exposição do Dr. Francisco José e aproveitou, é um erro, de facto que lamento que não tenha sido sinalizado no relatório, porque bem poderia ser, porque a exposição é muito interessante, muito rica



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ
Mandato 2021-2025

e mereceria estar aqui referida. -----

O Miguel Nunes, também, pois trataremos de na devida altura, embora ele não represente nenhum clube de Loulé, o atleta é de Loulé, mas, neste momento, não compete por nenhum clube de Loulé, segundo percebi. Portanto, mas de qualquer maneira é um Louletano, e merece com certeza essa consideração, muito obrigado. -

a)- Proposta da Assembleia nº 10-2024 [AML] - Informação relativa à Alínea a) - Apreciação da Informação escrita do Presidente da Câmara Municipal de Loulé, acerca da Atividade Municipal e da Situação Financeira do Município, ao abrigo da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro; -----

A Assembleia tomou conhecimento. -----

O **Presidente da AML** tomou a palavra e disse: Muito obrigado, senhor Presidente. Portanto, considera-se apreciada a informação do senhor Presidente da Câmara, passando à alínea b. -----

Passou-se ao ponto seguinte; -----

b) - Proposta da Câmara Municipal n.º 1006-2024 [GAP] - Aprovação, em Assembleia Geral da Inframoura a realizar no primeiro semestre de 2024 nos termos do 54º do Código das Sociedades Comerciais, da alteração do número 4 do artigo terceiro dos estatutos da Inframoura, bem como dar poderes ao senhor Presidente Vítor Aleixo para proceder à outorga do contrato de compra e venda de ações detidas pela Vilamoura World, S.A. no capital social da Inframoura - Empresa de Infraestruturas de Vilamoura, E.M., pelo valor de € 159.250,00 (cento e cinquenta e nove mil, duzentos e cinquenta euros); para deliberação; -----

O **Presidente da AML** disse: Tem a palavra, senhor Vice-Presidente. -----

O **Vice-Presidente, David Pimentel** tomou a palavra e disse: Muito obrigado, senhor Presidente. Dar nota que, no início da sessão, apresentei à Mesa, ao senhor Presidente uma adenda a esta proposta, uma vez que no assunto faltava ser mais explícito, uma vez que há 3 etapas nesta proposta, portanto, esta é uma proposta que já tem tramitados dentro da Assembleia Municipal, da intenção do município em



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

adquirir os 49% do capital que está na entidade privada da Inframoura municipalizando a 100% esta empresa municipal. O assunto, portanto, os e aquilo que foi a adenda que foi entregue à Mesa que, enfim, presto aqui o esclarecimento adicional é de que a primeira etapa é a alteração dos estatutos para de 49% do capital da Lusotur para a Vilamoura World, autorização essa que já foi concedida pela Assembleia Municipal na última sessão no final do ano passado. No entanto, nós não tínhamos solicitado a alteração dos estatutos nesse sentido, depois dotar de poderes ao senhor Presidente da Câmara Municipal para proceder à outorga da escritura de compra e venda das ações detidas em Vilamoura e depois também, portanto, o valor de 159.250,00€, e numa terceira fase, alterar o número 4 do artigo 3º dos estatutos, portanto, do capital social onde ficará inscrito aquilo que aparece de seguida nessa proposta, entregue à Mesa que é o artigo, este artigo 3º tem a numeração que foi alterada, portanto, se na proposta que foi remetida para a Assembleia a numeração deveria ser do número 1 ao 7 e se puderem verificar, não é isso que está na cópia que foi entregue, portanto, a numeração terá que ser do 1º ao 7º e no número 4, lê-se "... o capital social integralmente subscrito pela Câmara Municipal de Loulé, encontra-se representado por 50000 ações correspondentes a totalidade do capital social.". Portanto, esta alteração da redação é aquilo que solicitei amavelmente à Mesa para colocar à consideração dos senhores Deputados antes de procedermos à deliberação deste ponto. Obrigado, senhor Presidente. -----

O **Presidente da AML** tomou a palavra e disse: Muito obrigado, senhor Vice-Presidente. Têm a palavra os senhores Deputados para se pronunciarem sobre a adenda. Tem a palavra senhor Deputado Carlos Martins. -----

O Deputado **Carlos Martins (BE)**, tomou a palavra e disse: Pois, realmente mais como lemos a proposta, ficámos com muitas dúvidas sobre a intenção da proposta e sobre o documento que apresentavam. Portanto, em primeiro lugar, apresentavam na página 2 para alterar o nome do parceiro privado de Vilamoura para Vilamoura World, depois apresentavam na página 4 a anulação das duas alíneas, passando a vigorar como último passando artigo 3.º do capital social e depois aparece uma série de pontos inalterados e aparece um ponto 11 que não corresponde a nada o capital social passa integralmente e tal e ficámos na dúvida sobre o que é que iríamos votar. E também como a proposta da Câmara não apresenta a versão final dos estatutos, ainda ficámos mais confusos, porque a versão que apresentaram foi a versão antiga. Esta



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ
Mandato 2021-2025

adenda, quanto a nós, vem esclarecer a intenção que a Câmara tem. -----

O **Presidente da AML** tomou a palavra e disse: Muito obrigado, senhor Deputado. Mais algum dos senhores Deputados, pretende usar da palavra? Senhor Deputado António Vairinhos, tem a palavra. -----

O Deputado **António Vairinhos (CDU)** tomou a palavra e disse: Relativamente a esta proposta, nós já vimos isto em tempos, votámos e vimos como bastante positiva esta proposta, aliás, como já fizemos, pois permite que a Câmara Municipal fique detentora do capital social da empresa municipal Inframoura não é, 100% municipalizada, mas a CDU como oposição consciente, prefere alertar a câmara sobre os prós e os contras das empresas municipais de promiscuidade entre o poder público, político, aliás, e o poder económico que estas empresas suscitam, até porque agora se fala muito em corrupção e a CDU defende o seu efetivo combate. E disse relativamente a isto, senhor Presidente, pretendia apresentar uma Declaração de Voto em relação a esta proposta. -----

O **Presidente da AML** tomou a palavra e disse: Naturalmente, apresentar no final após a votação? -----

O Deputado **António Vairinhos (CDU)** disse: Sim. -----

O **Presidente da AML** tomou a palavra e disse: Muito obrigado. Portanto, sintetizando, tem a palavra o senhor Deputado. -----

O Deputado **Carlos Martins (BE)** tomou a palavra e disse: Eu tenho dúvidas se a Assembleia pode votar esta alteração, sem ela ter sido aprovada em Sessão de Câmara. -----

O **Presidente da AML** tomou a palavra e disse: Senhor Deputado, esta questão já se levantou quando foi da Estratégia Municipal de Habitação e para mim, até prova e discussão em contrário, o que está na lei é muito claro. Há propostas que a Assembleia Municipal não tem capacidade de alterar, orçamento e grandes opções do plano ou são aprovadas em bloco, ou são reprovadas... Mapa de Pessoal, Inventário, não são suscetíveis de alterações. A lei diz expressamente que estas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

matérias não podem ser objeto de alteração. Todas as outras, parte-se do princípio que não são incluídas naquelas que não podem ser alteradas, poderão ser alteradas. Aliás, esta questão já se levantou aquando da discussão da Estratégia Municipal de Habitação em que na Assembleia introduzimos uma adenda à proposta da Câmara que foi, que tivesse efeitos retroativos ao início do nosso mandato. -----

Portanto, para mim, a questão não se coloca, mas se os senhores Deputados pretendem que ela seja posta à consideração, será. Portanto, do ponto de vista da Mesa, a proposta tem condições de ser aprovada desde que as alterações sejam corrigidas. Esta adenda à proposta vem corrigir as imprecisões que ela tinha, portanto, do meu ponto de vista, ela está em condições de ser votada. Posso pôr à consideração dos senhores Deputados, se aceitam a adenda à proposta nos termos em que ela está, portanto, eu passarei antes de dar a palavra novamente a sintetizar, no assunto eram referidos apenas dois aspetos, e eles efetivamente são três e esclarecendo um bocado uma questão que o Deputado Carlos Martins levantou. -----

A primeira coisa, há uma primeira alteração que tem de ser feita aos estatutos, que é a passagem da Lusotur para Vilamoura World, e só depois dessa alteração aos estatutos ser feita é que a Câmara a pode adquirir à Vilamoura World e só depois disso é que nos estatutos pode passar a Vilamoura World a poder fazer a escritura para que tudo passe para a Câmara Municipal de Loulé. Portanto, este assunto tem três coisas: A primeira alteração de estatutos Lusotur / Vilamoura World, a segunda a outorga de poderes, ao Presidente da Câmara, para que possa fazer a aquisição que, aliás, já foi aprovada nesta Assembleia e agora vem novamente por questões de pormenor, de articulado e ponto três que após essa aquisição seja feita então a alteração final dos estatutos da Inframoura com a venda da Vilamoura World, à Câmara Municipal, portanto, são estas três questões. -----

Depois houve a questão do "copy" e cola de que, no ponto 5, ao invés de retomar do 1. a numeração contínua o que vinha de trás e acho que começa pelo 8., já não me recordo, portanto, no fundo, também não há questões de conteúdo que alterem a decisão que foi tomada em Câmara Municipal e depois houve outro lapso também descrito que é, onde são efetivamente 50000 ações, falava em 50500, se não estou em erro. -----

Portanto, para mim é claro que isto é uma adenda com correções que nada fere nem o espírito da aprovação da proposta, nem o espírito até de decisão que já foi tomada por esta Assembleia de proceder à aquisição das mesmas. Vou pôr à consideração a admissão ou não destas adendas à proposta. Ah, peço desculpa se o senhor



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ
Mandato 2021-2025

Ally
any
Cl

Deputado não, não já terminei ou lhe, dou a palavra ao passo a pôr a votação, tem a palavra. -----

O Deputado **Carlos Costa (PS)** tomou a palavra e disse: Senhor Presidente, portanto, a tramitação que referiu é suficiente, não preciso intervir, não é necessário, porque a sua explicação foi suficiente na tramitação do processo, disse. -----

Passou-se à votação: -----

O **Presidente da AML** tomou a palavra e disse: Muito obrigado, portanto, quem se o apõe à aceitação desta adenda à proposta levanta o braço. Quem se abstém? -----

A adenda foi aceite por **unanimidade**. -----

O **Presidente da AML** continuou: Faça favor de apresentar a proposta senhor Vice-Presidente. -----

O **Vice-Presidente, David Pimentel** tomou a palavra e disse: Feitas as devidas alterações à proposta, portanto, conforme a adenda que agradeço também novamente, senhor Presidente da Assembleia Municipal, o facto de ter esclarecido e colocar à consideração, portanto dotar o Presidente da Câmara da capacidade de finalmente, fecharmos uma decisão que foi tomada conjuntamente por todos os presentes de que se possa adquirir 100% do capital desta empresa municipal dotando o município de uma capacidade de intervenção mais abrangente, do que tem à data. Obrigado. -----

O **Presidente da AML** tomou a palavra e disse: Muito obrigado. Estão abertas as inscrições para os senhores Deputados que pretendem usar da palavra, iremos registar uma declaração de voto do senhor Deputado António Vairinhos, da CDU. Não havendo inscrições, estaremos em condições de passar a votação. -----
Senhora Deputada Sandra Ribeiro do CHEGA tem a palavra. -----

A Deputada **Sandra Ribeiro (CHEGA)** tomou a palavra e disse: Obrigado senhor Presidente. Eu vou ser sincera, a nossa bancada nunca percebeu muito bem os trâmites deste negócio. Porque estas ações, estavam à venda por salvo erro,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

oitocentos e tal mil euros foi dado direito, preferência a câmara e a mesma não, portanto, não aceitou, mas fez uma proposta, essa proposta foi aceite. Isto, segundo parece, foi um timing muito curto de tempo, não haveria nenhum interessado em adquirir estas ações pelo preço inicialmente proposto ou que tivesse feito uma outra oferta? Portanto, eu não sei se me conseguem dar alguma explicação para isto, mas sinceramente, não consigo perceber como é que no espaço tão curto tempo, há esta redução de valor tão grande, não consigo perceber este negócio e já conferenciei isto com a minha colega e nós não vamos acompanhar esta proposta precisamente por não percebemos muito obrigada. -----

O **Presidente da AML** tomou a palavra e disse: Muito obrigado. Senhor Vice-Presidente, quer usar da palavra? Tem a palavra. -----

O **Vice-Presidente, David Pimentel** tomou a palavra e disse: Muito obrigado, senhor Presidente. A proposta de aquisição decorre dos estatutos, nos estatutos a cada 10 anos a Câmara Municipal tem o direito de preferência de adquirir como 130% do valor das ações dos títulos nominais da empresa Inframoura, e isso está salvaguardado nos estatutos, é uma empresa que é municipal é 51% detida pelo município, os estatutos, naturalmente, foram desenhados como uma empresa de serviço público e não é empresa do setor empresarial local que tem um parceiro privado, mas que é uma empresa pública e sempre o foi e na sua génese é uma empresa que tem maioria de capital público e tem salvaguardas nos seus estatutos, precisamente para esta questão sobre o facto de Vilamoura World ter considerado que o valor patrimonial das suas ações era superior aquilo que os estatutos salvaguardam. Era uma apreciação de um diretor financeiro de que os resultados transitados, resultados esses que não podem ser distribuídos, também está salvaguardado nos estatutos que a empresa, tendo resultados líquidos, não pode distribuir dividendos, eles são incorporados nos resultados transitados do capital social, isso valoriza a organização, valoriza o capital da empresa e, por isso, eles assumiram na análise interna que faziam na consolidação de contas no grupo financeiro de que a empresa valia mais do que o que estava definido nos estatutos. Essa é uma questão que eu não posso falar por quem decidiu calcular, escalpelizar os valores dessa forma, o valor de mercado daquela empresa para o parceiro privado, é aquilo que está salvaguardado nos estatutos e foi essa proposta justa que fizemos e como justa foi, foi aceite pelo parceiro privado. Muito obrigado. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ
Mandato 2021-2025

O **Presidente da AML** tomou a palavra e disse: Muito obrigado, senhor Vice-Presidente, não sei se mais algum dos senhores ou senhoras Deputadas pretende usar da palavra? Senhora Deputada Sandra Castro, tem a palavra -----

A Deputada **Sandra Castro (CHEGA)** tomou a palavra e disse: Eu tenho só uma questão que nós não conseguimos perceber o porquê de isto ser assim. Se aparecer um parceiro privado ou se eventualmente tivesse aparecido um parceiro privado, qual é que seria o valor e porque é que é num espaço tão curto de tempo que a decisão é tomada, porque não há tempo sequer para aparecer parceiros privados ou se eventualmente apareceram, qual é o procedimento? Se o valor são os oitocentos mil e ou aproximadamente, não são esses os números exatos, mas e se hipoteticamente aparece alguém que está disponível a dar esses oitocentos mil euros, o que é que acontece ou porque é que não acontece? É essa a nossa questão que não conseguimos perceber. Obrigado. -----

O **Presidente da AML** tomou a palavra e disse: Senhor Vice-Presidente, tem a palavra. -----

O **Vice-Presidente, David Pimentel** tomou a palavra e disse: Muito obrigado, senhor Presidente. Muito obrigado. Senhora Deputada Sandra Costa, desculpe Sandra Castro. Olhe, como eu tenho Costa no meu nome, talvez foi por isso que me induziu, peço desculpa pelo erro. Rebatizei-a, aliás, nesta Assembleia acho que tenho rebatizado algumas pessoas, peço imensa desculpa. Bom, Sandra Castro, a sua questão, não há o interesse de qualquer privado em adquirir uma empresa que é municipal que tem salvaguarda nos estatutos que tem direito preferência, portanto, há um direito de preferência que está salvaguardado estatutos, não só desta empresa municipal, como das mais, isto é, todas as empresas que tem parceiros privados têm salvaguarda nos seus estatutos, logo na sua criação de que existe um direito de preferência pelo município e o município podem exercê-lo e exerce-o no valor que está inscrito e que foi aceite pelo parceiro privado quando entrou no capital social da empresa, portanto, não há aqui nada de novo, a venda a um parceiro externo, não pode ser realizado, porque a Câmara Municipal tem o direito de preferência. Obrigado, senhor Presidente. (Impercetível). -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

O **Presidente da AML** tomou a palavra e disse: muito obrigado, mais algum dos senhores Deputados, pretende esclarecimentos sobre o assunto? Assim sendo, estamos em condições de passar à votação da mesma. Vamos pôr à votação. -----

Passou-se à votação: -----

b) - Proposta da Câmara Municipal n.º 1006-2024 [GAP], com a adenda à mesma, aprovada por unanimidade na presente Assembleia, - Aprovação, em Assembleia Geral da Inframoura a realizar no primeiro semestre de 2024 nos termos do 54º do Código das Sociedades Comerciais, da alteração do número 4 do artigo terceiro dos estatutos da Inframoura, bem como dar poderes ao senhor Presidente Vítor Aleixo para proceder à outorga do contrato de compra e venda de ações detidas pela Vilamoura World, S.A. no capital social da Inframoura - Empresa de Infraestruturas de Vilamoura, E.M., pelo valor de € 159.250,00 (cento e cinquenta e nove mil, duzentos e cinquenta euros); -----

A Proposta foi **aprovada por maioria** com 33 votos a favor (21 PS, 8 PSD, 2 CHEGA, 1 CDS, 1 CDU) e 2 abstenções (1 BE, 1 PAN). -----

Passou-se ao ponto seguinte; -----

c) - Proposta da Câmara Municipal n.º 1062-2024 [DAF] - Demonstrações Financeiras Consolidadas do ano 2023, nos termos do n.º 2 do Artigo 76.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, conjugado com a alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro; **para deliberação;** -----

O **Presidente da AML** continuou: vamos passar à alínea seguinte, tem a palavra o senhor Vice-Presidente. -----

O **Vice-Presidente, David Pimentel** tomou a palavra e disse: Muito obrigado, senhor Presidente. Fazendo uma apresentação sucinta e reservando-me para as questões que possam, eventualmente, os senhores Deputados colocar, as Demonstrações Financeiras Consolidadas resultam daquilo que foi a última Assembleia no dia 29 de abril, onde fizemos a Prestação de Contas, não só do município como das Empresas Municipais e, portanto, aqui o que vem é o perímetro de consolidação que é



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ
Mandato 2021-2025

precisamente a prestação de contas do município, integrando as empresas municipais onde o município exerce controlo, portanto, onde tem mais de 50% do capital. -----
Dar nota muito genérica de que o ativo municipal aumentou em 21.6 milhões de euros, para um total de se 525.700.000,00€ desta progressão. A maior parte praticamente cem por cento do aumento do ativo resulta dos ativos fixos tangíveis, portanto terrenos imóveis e é aí que o município está a agregar bastante património no seu ativo. O património líquido aumentou em 11.500.000,00€ e o passivo crescem 10.100.000,00€ milhões de euros inverte aquilo que tinha sido a tendência desde o início deste 3º mandato do Presidente Vítor Aleixo, até porque nós todos nesta Assembleia, aprovamos um empréstimo de médio longo prazo de 26.500.000,00€ que, neste caso no exercício do ano 2023, foi acionada em 4.600.000,00€, portanto, são é o valor que faz incrementar muito significativamente a que o passivo, resultado líquido deste período de consolidação é de 11.400.000,00€, e a certificação legal de contas está no final do relatório do nosso revisor oficial de contabilidade dão parecer, naturalmente favorável não ter identificado qualquer incorreção, estou disponível para as questões que têm. Muito obrigado. -----

O **Presidente da AML** tomou a palavra e disse: Muito obrigado. Senhor Vice-Presidente. Estão abertas as inscrições para os senhores Deputados que pretendeu esclarecimentos as intervenções. Senhor Deputado Carlos Martins, BE, tem a palavra.

O Deputado **Carlos Martins (BE)** tomou a palavra e disse: Portanto, pouco temos a adiantar sobre as Contas Consolidadas do ano 2023, para além da nossa posição que transmitimos aquando do debate sobre o Relatório de Contas. Confirma-se que o município encontra-se em ótima situação financeira, suporte e garantia de todas as atividades das empresas municipais. -----

Perguntamos, apesar da Associação Intermunicipal Parque das Cidades não constar do perímetro empresarial local, não deveria constar neste documento informações sobre as contas desta empresa associação e da sua situação financeira, já que parte das suas receitas provêm do orçamento aprovado por esta Assembleia? -----

Não consegui encontrar, porque outra pergunta que tinha aqui é que não deveria constar um anexo à proposta da Câmara, Relatório do Revisor Oficial de Contas? Senhor Vereador, percebi que está no final das contas, mas eu sinceramente, não vi, portanto. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

O **Presidente da AML** tomou a palavra e disse: Muito obrigado. Tem a palavra senhor Vice-Presidente. -----

O **Vice-Presidente, David Pimentel** tomou a palavra e disse: Sim, o Relatório do nosso Revisor Oficial de Contas, que certifica esta consolidação está precisamente no final e já agora, senhor Deputado Carlos Martins, é verdade que no anexo ou no link está um documento que agrega totalidade dos documentos, não só do município, como das empresas municipais e uma série de relatórios e demonstrações financeiras, se cederem a plataforma SmartGov. Cada ficheiro estar separado e é aí que conseguem recolher informação de uma forma desagregada. O senhor Deputado, tem sinalizado nas prestações de contas no orçamento e também na consolidação de contas que muitas vezes a informação chegue a toda, enfim, num único ficheiro que são mais de 600 páginas, neste caso, 660, se a memória não falha, mas os documentos desagregados encontram-se na plataforma SmartGov. -----

Sobre a questão em particular que colocou da Associação de Municípios Loulé/Faro, que é a entidade que gere o Parque das Cidades é uma Associação, não é uma empresa e é por isso que ela não está, portanto, a consolidação é do setor empresarial local do município onde ele exerce controlo, neste caso, é uma associação e não uma empresa e também a percentagem do capital o município não tem o controlo tem 50% assim como o município de Faro. Em todo o caso, as Prestações de Contas o Orçamento e o Relatório de Atividades desta entidade que é apoiada em 50% da sua atividade, portanto, aquilo que são os subsídios para despesas correntes e de capital estão elencadas nos documentos, documentos esses que podem ser consultados na página de internet do Estádio do Algarve. Portanto, o senhor Deputado até antes mesmo desta Assembleia, creio que na sexta-feira da semana passada, colocou a questão no sentido de aceder a esses documentos financeiros, portanto, essas demonstrações, neste caso, o orçamento e a prestação de contas, elas estão carregadas numa página que todos poderão aceder. -----

Eu, naturalmente, far-lhe-ei chegar esse link e a documentação, mas se qualquer Deputado que tem interesse em consultar aquilo que é a realidade da Associação de Municípios Loulé/Faro, aliás, muito recentemente, creio que poderão ter tido conhecimento saiu na comunicação social, que é um dos poucos estádios que foram construídos em 2004 para o Euro, que tem resultados positivos nos 2 últimos anos de exercício em 2022 e 2023, já apresenta resultados positivos naquilo que é a exploração do Estádio. Já agora só o número para ficamos entre todos, até porque



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ
Mandato 2021-2025

muitas pessoas no tendo são o ano passado em 2023, houve mais de 150 eventos naquele estádio. Não são eventos desportivos, culturais, musicais, eventos "Corporate", isto é ligado aquilo que é o mundo empresarial há muito a acontecer. --- O Estádio celebra este ano 20 anos e está a ser preparada uma informação mais detalhada para poder ser apresentado também à Assembleia Municipal de Loulé e à Assembleia Municipal de Faro. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal já tinha solicitado, à semelhança do que fizemos com e de acordo com diversas empresas municipais, a possibilidade de conhecerem in loco no terreno realidades do universo das nossas empresas municipais. O que fazem, que serviços prestam, também esta sessão está disponível para receber em breve, serão convidados a conhecer esta realidade mais do que falarmos os números, a ver na realidade é que acontece. Muito obrigado pela sua questão. Senhor Deputado, obrigado. -----

O **Presidente da AML** tomou a palavra e disse: Muito obrigado, senhor Vice-Presidente, naturalmente, congratulamo-nos todos com os resultados positivos alcançados pelo Parque das Cidades. De qualquer maneira, recorro que esta Assembleia continua à espera do envio do orçamento aprovado que nos termos do estatuto do Parque das Cidades, e da Associação Intermunicipal diz que deve ser enviado 1 mês após aprovação e que já passou algum tempo e que ainda não chegou. Mais algum dos senhores Deputados pretende usar da palavra? Tem a palavra o senhor Deputado Hélder Faísca, do PSD. -----

O Deputado **Hélder Faísca (PSD)** tomou a palavra e disse: Obrigado, senhor Presidente, nós só queremos manifestar mais uma vez a nossa preocupação, que já manifestámos na aprovação das contas, que é o aumento com os custos de pessoal. Achamos que 10% de aumento num ano é um bocado exagerado e tem sentido. Iremos manter o sentido de voto que temos mantido nestes assuntos que a abstenção. -----

O **Presidente da AML** tomou a palavra e disse: Muito obrigado, senhor Deputado, mais algum dos senhores Deputados pretende usar da palavra? Assim sendo, passaríamos a votação da proposta de Câmara Municipal. Tem a palavra, senhor Deputado Carlos Martins, do BE. -----

O Deputado **Carlos Martins (BE)** tomou a palavra e disse: É só para confirmar que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

realmente a certificação do revisor torna página 657 só faltam 10 para o fim, portanto, não tive tempo a ler todas, mas obrigado senhor Presidente, está na página 657 do relatório de contas. -----

O **Presidente da AML** tomou a palavra e disse: Obrigado, senhor Deputado. Vamos pôr à votação. -----

Passou-se à votação: -----

c) - Proposta da Câmara Municipal n.º 1062-2024 [DAF] - Demonstrações Financeiras Consolidadas do ano 2023, nos termos do n.º 2 do Artigo 76.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, conjugado com a alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro; -----

A Proposta foi **aprovada por maioria** com 24 votos a favor (22 PS, 2 PSD) e 11 abstenções (5 PSD, 2 CHEGA, 1 BE, 1 CDS, 1 CDU, 1 PAN). -----

O **Presidente da AML** continuou: Passamos ao ponto seguinte e como vem sendo feito do antecedente, a Mesa propõe que se passe à apresentação conjunta das alíneas d), e e), nomeadamente; -----

Passou-se aos pontos seguintes: -----

d) - Proposta da Câmara Municipal n.º 1064-2024 [DAF] - 3ª. Alteração Orçamental Modificativa da Despesa, 2ª. Alteração Modificativa ao Plano de Atividades Municipais e 3ª. Alteração Modificativa ao Plano Plurianual de Investimentos, nos termos previstos na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual; **para deliberação;** -----

e) - Proposta da Câmara Municipal n.º 1079-2024 [DAF] - Assunção dos Compromissos Plurianuais - Abertura de Procedimentos Contratuais conforme estabelecido na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21/02, na redação atual; **para deliberação;** -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ
Mandato 2021-2025

O **Presidente da AML** continuou: Alguém se opõe, à apresentação conjunta e votação em separado? Tem a palavra senhor Deputado António Vairinhos da CDU. -----

O Deputado **António Vairinhos (CDU)** tomou a palavra e disse: Desculpe senhor Presidente, aqui em concreto nesta proposta, estamos a falar aqui de proposta d). ---

O **Presidente da AML** tomou a palavra e esclareceu: Antes de entrarmos na proposta difícil, o que eu estou a pôr à consideração é que o senhor Vice-Presidente, faça a apresentação conjunta logo da d) e da e), uma vez que são matérias que estão conjugadas e depois passamos à discussão em separado, primeiro da d), e depois da e), é o sistema que temos seguido sempre. -----

O Deputado **António Vairinhos (CDU)** tomou a palavra e disse: Porque a única coisa que nós reparámos na bancada CDU, tinha a ver com a votação na proposta d), são alterações modificativas de natureza diferente, mas que fossem votadas separadamente. -----

O **Presidente da AML** tomou a palavra e disse: Sim, é isso mesmo! A apresentação conjunta da d) e da e), apresentação em conjunto e depois votação em separado. Entendo aquilo que está a propor é que dentro da d), cada uma delas seja votado em separado. -----

O Deputado **António Vairinhos (CDU)** tomou a palavra e disse: Corretíssimo. -----

O **Presidente da AML** tomou a palavra e disse: Sim senhor, vamos pôr à votação estas duas coisas em separado. Apresentação conjunta das duas alíneas pelo senhor Vice-Presidente, alguém se opõe? O senhor Deputado António Vairinhos da CDU propõe que, na proposta d), uma vez que ela em engloba, Alteração Orçamental Modificativa da Despesa, Alteração modificativa ao Plano de Atividades Municipais e Alteração modificativa ao Plano Plurianual de Investimentos que cada uma destas alterações seja votada em separado. -----

Tem a palavra os senhores Deputados para se pronunciarem quanto a isto. Senhor Vice-Presidente quer se pronunciar sobre esta questão da votação em separado se ela tem sentido? -----

O **Vice-Presidente David Pimentel** tomou a palavra e disse: Por mim, poderão ser



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

votadas em separado, parece-me que poderá ser razoável, haver um entendimento para as Atividades Municipais, distinto daquilo que é o Plano de Investimentos, porque são questões distintas, elas afetam, de facto, modificativamente o orçamento do PAM e no PPI e, portanto, essa votação em separado, se efetivamente há uma intenção de voto distinta, parece-me que faça sentido que, aliás, acho que faz sentido se é essa a intenção de senhor Deputado António Vairinhos, naturalmente. -----

O **Presidente da AML** tomou a palavra e disse: Pois é que, em termos de apresentação da própria proposta, ela não está por pontos. Portanto, o que temos aqui é uma proposta única. Sim, tem a palavra senhor Vice-Presidente. -----

O **Vice-Presidente, David Pimentel** tomou a palavra e disse: Muito obrigado, senhor Presidente. A proposta ela depois no seu elencar na proposta d), ela demonstra o que é que está a ser alterada em cada uma das questões, portanto, quando falamos do Plano de Atividades Municipais e na exposição posso entrar em maior nível de detalhe, há a inscrição de uma nova rubrica, e um reforço de outra que já estava inscrita na Alteração do Plano Plurianual de Investimentos, vai haver uma nova rubrica e há um reforço de 6 rubricas que já estavam inscritas, portanto ela, de facto, depois no elencar da proposta, ele diferencia, mas não sei, por acaso creio que nunca foi votado em separado, poderá fazer sentido, tem uma intenção de voto distinta, então em cada uma das alterações, senhor Deputado. -----

O **Presidente da AML** tomou a palavra e disse: Senhor Deputado Hélder Faísca, tem a palavra. -----

O Deputado **Hélder Faísca (PSD)** tomou a palavra e disse: A minha pergunta é se uma for chumbada e outra for aprovada, consegue cumprir uma com o chumbo da outra? -----

O **Vice-Presidente, David Pimentel** tomou a palavra e disse: O facto é que pode fazer uma, as modificações ao orçamento decorrem de introdução de novas rubricas, alterações que afetam o Plano Plurianual de Investimentos. Imagine há aqui uma rubrica que é, por exemplo, Quarteirão Cultural que agora o projeto está a chegar à sua fase final e o valor da empreitada é maior e a afetação por ano é distinta. Portanto, podemos ter uma aprovação em Assembleia de uma alteração ao orçamento no que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

Ally
Car
03

diz respeito aos seus investimentos, mas numa determinada atividade, como, por exemplo, a que está aqui de serviços de vigilância privados, pode haver um entendimento da Assembleia que não quer reforçar uma verba por uma determinada atividade que o município desenvolve, mas entende que era deliberar favoravelmente ao investimento ou à alteração dos investimentos propostos e perfeitamente razoável e cabe dentro do nosso racional poder aprovar umas alterações sem as outras, sim. -

O **Presidente da AML** tomou a palavra e disse: Eu pedia só aqui são mais um esclarecimento ao senhor Vice-Presidente, queira esclarecer, se faz favor. Qual é a terceira alteração orçamental modificativa da despesa. -----

O **Vice-Presidente, David Pimentel** tomou a palavra e disse: decorre das outras duas, portanto, basicamente, a despesa será uma tabela que decorre dos investimentos que vão ser feitos no ano em curso que deriva da tabela... -----

O **Presidente da AML** interveio e disse: Não. Em termos aqui da proposta! -----

O **Vice-Presidente, David Pimentel** tomou a palavra e disse: Em termos da proposta, não está elencada, ela deriva das alterações das atividades, portanto, se as atividades forem aumentadas neste ano, vamos ter mais despesas com estas atividades e se os investimentos forem alterados neste ano, vamos ter mais investimentos para este ano. Portanto, realiza-se mais despesa, mas ela já lá não está. -----

O **Presidente da AML** tomou a palavra e disse: Nem sequer podemos estar a votar uma coisa que nem sequer cá está proposta, ou seja, esta alteração modificativa da despesa, é consequência da alteração modificativa ao Plano Plurianual de Investimentos, portanto, não vamos votar uma coisa que nem sequer, tem sentido votar, portanto, -----

O **Vice-Presidente, David Pimentel** tomou a palavra e disse: Correto, não tinha... ---

O **Presidente da AML** tomou a palavra e disse: Eu sinceramente, ou lá está, quer dizer, aqui estão refletidas alterações, uma das coisas já concluí que é em cadeia: portanto a Alteração Modificativa da Despesa é consequência da Alteração ao Plano Plurianual de Investimentos. Tem a palavra. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ
Mandato 2021-2025

O **Vice-Presidente, David Pimentel** tomou a palavra e disse: Se tivéssemos a possibilidade de nesta proposta, estar desagregada a afetação da despesa do PPI e outra tabela ao lado de afetação do Plano de Atividades Municipal, se calhar faria sentido a deliberação em separado, não tendo essa evidência do impacto na despesa desagregada entre as questões do investimento e das atividades, torna-se complexo estarmos a deliberar esta alteração modificativa, ponto a ponto sem que perceba-se efetivamente, o impacto de uma deliberação diferenciada entre o PAM e o PPI. Sim. -

O **Presidente da AML** tomou a palavra e disse: Portanto, eu vou pôr à votação também se é de votar em separado ou se é de manter a votação em conjunto, tanto mais que se for votado em separado, nem sequer temos 3 votações, só temos 2. ---- Quem vota a favor da proposta da CDU de votar em separado as várias alterações? Alguém quer usar da palavra antes, não? Mas eu prefiro pôr à consideração. Eu não tenho conhecimentos legais suficientes sobre isto, de forma que eu prefiro pôr à consideração da Assembleia, tem a palavra o senhor Deputado. -----

O Deputado **Carlos Martins (BE)** tomou a palavra e disse: Na nossa bancada não temos conhecimento contabilísticos para poder pôr dizer que não impossível assim ou que é possível assado, no entanto, uma das coisas, que nós sempre pedimos é discriminação e a justificação destas modificações, realmente em relação à despesa não está aqui nada que modifique a despesa, a não ser por consequência da alteração do Plano de Investimento, não temos nada aqui discriminado a não ser os anexos e verificarmos que realmente está aqui que a despesa aumentou num dos lados e desceu noutro. -----

O **Presidente da AML** tomou a palavra e disse: Sim, mas manteve-se em termos gerais, vou voltar, temos uma proposta em cima da mesa apresentada pelo Deputado António Vairinhos, da CDU de votar em separado, cada uma das alterações constantes da proposta 1064-2024. Vou propor à consideração quem vota contra? Esperem só um bocadinho. Sim, diga senhor Vice-Presidente. -----

O **Vice-Presidente, David Pimentel** tomou a palavra e disse: Ia dizer, senhor Presidente, obrigado primeiro por me ter dado a palavra. Os mapas em anexo desagregam aquilo que é a afetação da alteração na despesa, a alteração do PPI e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ
Mandato 2021-2025

Mag
am
D.

alteração do Plano de Atividades Municipal e, portanto, essa informação existe uma forma explícita agora, de facto, temos votado sistematicamente em conjunto, porque efetivamente a despesa decorre, deixe as alterações nas atividades e nos investimentos, portanto, faz sentido votarmos de uma forma agregada que é assim que os mapas estão construídos e tem sido construídos ao longo deste mandato pelo menos. -----

O **Presidente da AML** tomou a palavra e disse: mantem a proposta senhor Deputado? -----

O Deputado **António Vairinhos (CDU)** tomou a palavra e disse: Sim, mantenho a proposta! -----

Passou-se à votação: -----

Proposta do Deputado António Vairinhos da CDU para que, na proposta d), uma vez que ela em engloba, Alteração Orçamental Modificativa da Despesa, Alteração modificativa ao Plano de Atividades Municipais e Alteração modificativa ao Plano Plurianual de Investimentos que cada uma destas alterações seja votada em separado. -----

Foi **recusada por maioria** com 1 voto a favor (CDU) 5 abstenções (2 PS, 2 CHEGA e 1 BE PSD), e 29 votos contra (20 PS, 7 PSD, 1 CDS e 1 PAN); -----

O **Presidente da AML** tomou a palavra e disse: Foi recusada a proposta de votação em separado. Vamos passar a apresentação conjunta das 2 propostas, senhor Vice-Presidente. -----

O **Vice-Presidente, David Pimentel** tomou a palavra e disse: Muito obrigado, senhor Presidente. -----

Portanto, basicamente, porque é que estamos a fazer a apresentação conjunta, porque a alteração dos compromissos plurianuais deriva precisamente das Alterações Modificativas do Orçamento e o orçamento é alterado, porque no PPI e no Plano Plurianual de Investimentos, há a inscrição de uma nova rubrica e um reforço de 6, naquilo que diz respeito ao Plano de Atividades Municipais, há a alteração inscrevendo uma nova rubrica e o reforço noutra. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

Já agora e respondendo também, até porque recebemos na semana passada, sexta-feira, uma questão de senhor Deputado Carlos Martins, que aqui posso já prestar alguns esclarecimentos. -----

A nova rubrica arrendamento de imóveis, com valor anual, 250.000,00€, é uma rubrica que não existia no Plano de Atividades Municipais, portanto o município de Loulé a variadíssimos anos que aluga espaços, armazéns, lojas pelos serviços para atividades que desenvolve e nunca teve evidenciados no orçamento qual é o valor que inscrevemos no orçamento e qual é o valor da despesa a partir de agora com esta inscrição de uma rubrica específica no Plano de Atividades Municipais. -----

Finalmente, vamos ter a maior transparência daquilo que é os rendimentos que temos em curso da Câmara Municipal, portanto, é isto na prestação de contas, vai permitir também perceber quanto é que dotamos a rubrica e quanto é que Câmara Municipal investe nos arrendamentos que têm. -----

A estratégia do Município e tem sido seguida e já vou demonstrar por que nos últimos anos, é de diminuir os rever os rendimentos sempre que os passos servem serviços que são necessidades permanentes. Portanto, se até agora o Município tem arrendada alguns locais que passaram a ser necessidades permanentes há que adquirir e como prova disso, recentemente, adquirimos um armazém na área empresarial de Loulé no final do ano passado adquirimos no início deste ano outro armazém aqui na Goncinha, adquirimos recentemente e também aqui com conheceu da Assembleia Municipal, 3 frações num prédio aqui na Avenida José da Costa Mealha também para serviços do município e, portanto, há também várias negociações em curso de terrenos, precisamente porque a visão que o Presidente e este Executivo tem é de virmos a construir um edifício para concentrar os serviços da Câmara Municipal de Loulé, a Câmara Municipal e tem vários serviços em diferentes espaços que, naturalmente, não potenciam aquilo que é um serviço público igual em cada ponto de atendimento, com as mesmas condições de trabalho para a equipa de profissionais que temos no município e temos, neste momento, praticamente a fechar uma negociação, a negociação está fechada, agora terá que tramitar por quê? Porque efetivamente temos que alugar às vezes imóveis, quando a intenção é verdadeiramente adquiri-lo, porque aparecem oportunidades no mercado, e leva-se muito tempo até conseguir se concretizar a aquisição de um imóvel. Temos que fazer uma consulta ao mercado, temos que solicitar avaliações a peritos independentes que temos da Câmara, temos de encetar o processo negocial, temos que gerir o orçamento de maneira a cabimentar esse valor, temos de trazer a reunião de Câmara



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

e à Assembleia Municipal e quando os investimentos são muito significativos acima das 700.000,00€, precisamos do visto do Tribunal de Contas, tudo isto faz com que possamos perder oportunidades no mercado e estamos a dotar esta rubrica não só para aquilo que são as responsabilidades já assumidas pelo Município de arrendamento espaços, mas também garantir que qualquer oportunidade que temos, neste momento com vista à aquisição, possa ser desde já celebrado um contrato de arrendamento até que o processo negocial encerre. Depois, há uma alteração de uma dotação financeira também no Plano de Atividades Municipais, que é os serviços externos de segurança privada, questão também colocada pelo senhor Deputado Carlos Martins na sexta-feira da semana passada. -----

O valor executado no ano passado nesta rubrica foi de e, portanto, do ano 2023, 292.678,00€, portanto, este foi o valor real executado. O que é que está a acontecer com a vigilância, o valor hora que nós pagamos por vigilante andava na ordem dos 9,00€ por hora e atualmente estamos a contratar a 12,00€ e a mais dependendo do tipo de eventos e de tipo de profissionais e da quantidade de profissionais que necessitamos, portanto, há um aumento de 33% do valor hora por cada vigilante, neste momento externo. Temos mais edifícios municipais para gerir por causa das delegações de competências, por exemplo, na área da saúde dos centros de saúde. Agora, os vigilantes são também do município e é mais numa garantia de serviço que temos que ter. Depois, também há um custo adicional, porque os vigilantes externos têm que ter uma credenciação na AR, que é que tem que ser assistentes de recintos de espetáculos. Por exemplo, agora no Festival MED, que, naturalmente, todos sabemos que vai acontecer muito em breve aqui na nossa maravilhosa cidade de Loulé, temos duas empresas em simultâneo para garantir a segurança. Sim, porque a segurança é um valor essencial na nossa vida municipal e nos eventos que dinamizamos e, portanto, depois de todas estas questões que julgo ter esclarecido, vem a proposta dos compromissos plurianuais que é precisamente a afetação plurianual das alterações que estamos a fazer, quer seja nas atividades, quer seja no investimento, aliás, a tabela tem anexada depois no ponto que estou a apresentar conjuntamente, que é o ponto e), tem nas suas colunas aquilo que é o tipo A quer dizer, que é uma Atividade e tipo I quer dizer que é um Investimento e, portanto, houve aqui algumas alterações de projetos que vão atingindo uma maior fase de maturidade e, por isso, conseguimos, de facto, associar a verba em função daquilo que é a perspetiva da empreitada em curso. -----

Alguma dúvida, estou disponível para tentar esclarecer no melhor da minha



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

capacidade. Muito obrigado, senhor Presidente. -----

O **Presidente da AML** tomou a palavra e disse: Muito obrigado, senhor Vice-Presidente. Estão abertas inscrições para os senhores Deputados. Tem a palavra senhor Deputado Carlos Martins, BE. -----

O Deputado **Carlos Martins (BE)** tomou a palavra e disse: Nós, uma das coisas que gostaríamos, a transparência, vai-se ganhando aos poucos é bom sinal, mas é que, das vezes que abordamos esta situação da revisão dos orçamentos com o senhor Vereador, é que foi prometido que realmente não se recorra sistematicamente a esta figura para colmatarmos falhas de organização e planeamento, portanto, o que era uma exceção agora passou a regra nos últimos 5 meses. Já é a 3ª Revisão Orçamental. No entanto, há aqui, pelo menos, 2 situações que mereceram e nós solicitámos esclarecimentos complementares ao Executivo para cimentarmos a nossa posição sobre este documento. Uma é realmente o arrendamento dos imóveis que o com valor de 250.000,00€ projetado ao longo dos anos e para permitir maior flexibilidade. Esta flexibilidade, a mim, deixou-me um bocado preocupado, isto é uma espécie de saco azul, quer dizer, onde a Câmara pode realmente utilizar... (Falha no som). Isto está a desligar constantemente, estou sob controlo. -----

A outra questão é a contratação dos serviços externos privados. Nós consideramos, não sabemos qual era o orçamento que estava em 2024. E qual é a justificação que, em parte já foi o senhor Vice-Presidente já explicou. Bem, nós consideramos esta proposta pornográfica. Pornográfica por quê? Porque realmente não se percebe, ainda há pouco tempo, aprovámos aqui uma Polícia Municipal e até funções, temos um quadro de vigilantes altamente aumentado e damos aqui mais a abertura de mais 300.000,00€ que não é todos os anos, portanto, os 300.000,00€ só para a segurança privada, nos compromissos passa de 219.000,00€ para o ano, 708.000,00. No ano seguinte, 410.000,00€, em 2027, 427.000,00€, em 2028, 430.000,00€. Portanto, nós consideramos que isto realmente não temos condições para aprovar esta proposta, porque, em contrapartida, não nos é explicado onde é que foram retiradas as verbas para reforçar estas verbas. É isso que nós também gostaríamos de saber, senhor Presidente, é quais são as verbas que foram reduzidas para irem buscar o dinheiro para estes serviços. -----

O **Presidente da AML** tomou a palavra e disse: Muito obrigado, senhor Deputado.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ
Mandato 2021-2025

Senhor Vice-Presidente, tem a palavra. -----

O **Vice-Presidente, David Pimentel** tomou a palavra e disse: Muito obrigado, senhor Presidente. Muito obrigado pelas suas questões, senhor Deputado Carlos Martins, que permitem também fazer mais considerações e esclarecimentos adicionais. -----
Primeiro aspeto, as questões que o senhor Deputado colocou foram colocadas por escritos, de facto, no passado dia 21, portanto, ainda não recebeu resposta, aliás, acabei de responder a bastantes das questões que foram colocadas e tudo o restante, com certeza, será entregue dentro de um prazo razoável da construção da informação que solicitou, mas é bom que fique claro que a não resposta significa que foi colocado uma questão há 3 dias e desconsiderando o fim de semana foi antes de ontem basicamente. -----

Sobre mencionar um “saco azul” olhe, digo-lhe, até agora esta Assembleia nem tinha conhecimento dos valores dos arrendamentos do Município, se alguma coisa estamos a fazer a tornar muito mais transparente a informação, porque agora, sim, esta assembleia vai estar dotada de capacidade com uma rubrica específica de saber porque são diversos, são dezenas de arrendamentos que a Câmara tem, não é de agora de há muitos anos que tem tido. A estratégia que este Executivo tem tido é de procurar ativamente soluções, porque pagar arrendamentos sistematicamente é uma despesa que não faz sentido, quando é um serviço permanente, se temos um projeto temporário, percebe-se perfeitamente que se alugue um espaço. Necessidades permanentes de serviços do município é procurar soluções permanentes e é verdade o Município necessita foi crescendo in organicamente, porque as necessidades foram surgindo e todos os que a estiveram antes e agora tentou resolver o melhor possível, nem sempre consegue se uma solução a curto prazo que seja o ideal, e o arrendamento foi a solução mais utilizada, mas a estratégia está perfeitamente delineada e dei-lhe vários exemplos do que é que estamos a fazer para diminuir o valor dos arrendamentos e potenciar aquilo que é o património do município porque um dia mais tarde é isso que fica são os ativos, aliás, eu quando apresentei consolidação das contas mencionei, temos mais de 525.000.000,00€ de património de ativo do Município. -----

Em todo o caso, usar como bem entende o “saco azul” e o “usar como bem entende”, é uma expressão que não faz sentido. Quando nós estamos, eu convido os seus Deputados, de facto, analisar as demonstrações financeiras, os relatórios de gestão de outros municípios, mesmo como Lisboa e mesmo como o Porto, que seriam as



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

maiores referências em Portugal. Tenho a clara convicção e consciência que Loulé está tão bem, ou melhor, e é o trabalho de todos nós, e continuaremos a fazer essa otimização e, por favor, continuem a provocar essa otimização. Nunca vos escondi que é isso também que me dá gozo e, com certeza, esta equipa que aqui tenho o privilégio de estar a falar por que é, provocarem a melhoria da qualidade de informação. Agora a informação do Município de Loulé é das melhores do país, garantidamente lhe digo. Depois antes de passar a pedir ao senhor Presidente, para passar a palavra, ao senhor Vereador Carlos Carmo para adicionar mais algumas questões sobre a vigilância. As verbas reduzidas, olhe o que é que vai acontecer na gestão orçamental, por exemplo, o Casino velho de Quarteira foi um procedimento que foi lançado por 3.700.000,00€ e foi adjudicado, se a memória não me falha, 3.400.000,00€. Há verbas que vão sobrando conforme os concursos públicos vão sendo lançados e depois a concorrência faz com que haja uma proposta abaixo dos valores que nós cabimentamos e isso liberta verbas para outras questões. Isso tem acontecido recorrentemente senhor Deputado, mas se entender que é uma informação pertinente para lhe ser partilhada de uma forma estruturada, por favor, sintá-se à vontade para solicitar. Estamos cá para esclarecer. Muito obrigado, senhor Presidente, se permitir aqui então o senhor Vereador Carlos Carmo, agradecia. -----

O **Presidente da AML** tomou a palavra e disse: Antes de passar a palavra, ao senhor Vereador Carlos Carmo, o Partido Socialista, cede tempo ao Executivo, quanto? Senhor Presidente, muito obrigado. -----

Eu aproveito este interregno para dizer o seguinte, começa a ser evidente que esta ordem de trabalhos não vai chegar ao fim nesta assembleia. Falta, para além ainda de algumas matérias financeiras e de taxas, temos depois a classificação da Reserva Natural da Foz do Almargem, que tem uma apresentação para ser feita pelo senhor Vereador Carlos Carmo, tem o Regulamento dessa Reserva Natural... São assuntos que não são para ser discutidos no quarto de hora que falta, digo eu, meia hora. ----- Portanto, nós vamos, enquanto os tempos são regulados, tentar decidir já aqui qual vai ser a data da próxima Assembleia de continuação desta Assembleia. Não. Terá que ser para a semana. Não há disponibilidade dos audiovisuais para isto, portanto, a transmissão só segundas-feiras. Próxima segunda-feira? Dia 1 de julho. Não é dia 1 de julho. Temos marchas nesse dia... a que horas são as marchas? Senhores Deputados pronunciem-se sobre a data da próxima semana. A senhora Deputada da República só pode, se for à segunda ou sexta. Sexta há as festas de Boliqueime!



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

Handwritten signature and initials in blue ink.

Acabamos a Assembleia, vamos todos para Boliqueime para as festas. Dia 8 de julho, também não são propriamente matérias urgentes, digo eu... 8 de julho? 1 de julho? Dia 1 há as marchas de Quarteira? A não ser que reuníssemos mais cedo às 20 horas e tivéssemos despachados à hora das marchas, não sei. Segunda ou sexta? Dia 5 sexta-feira, qual é o inconveniente dia 5? Onde é que estávamos, dias 8? Dia 8 estava consensual, porque é que estamos a fugir do dia 8. Segunda-feira, sim, Armando, se faz favor, 8 não pode ser, quer dizer, primeiro ah, também era para a semana e que podia ser qualquer dia, 8 não pode ser pela transmissão. -----

O **Presidente da CML** tomou a palavra e disse: Senhor Presidente? -----

O **Presidente da AML** tomou a palavra e disse: Sim, senhor Presidente, faça o favor. -----

O **Presidente da CML** tomou a palavra e disse: Dia 8, para mim não me é conveniente. -----

O **Presidente da AML** tomou a palavra e disse: As marchas têm de ser mesmo no dia 1? É que pelo que me apercebi, as marchas já estava para ser hoje. -----

O **Vereador Carlos Carmo** tomou a palavra e disse: Era para ser hoje, mas foram alteradas por causa da Assembleia. -----

O **Presidente da AML** tomou a palavra e disse: Um de cada vez e carreguem no microfone e falem para toda a gente ouvir. Dia 5, qual é o inconveniente? Dia 5 são as festas de Boliqueime, dia 5? Dia 1 as marchas? Pronunciem-se faz favor. Dia 5, vou pôr alternativamente à votação o dia 1 e o dia 5. -----

O **Presidente da CML** tomou a palavra e disse: Senhor Presidente, se me permite. --

O **Presidente da AML** tomou a palavra e disse: Querem se faz favor deixar ouvir o senhor Presidente. -----

O **Presidente da CML** tomou a palavra e disse: Acho que fez uma sugestão, um aceitável. Aparentemente, o Carlos Martins está de acordo aqui também, reúne consenso, porque aqui não é ali, não sei, que era começar no dia 1 às 19 horas, por



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

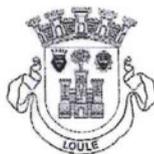
exemplo, e à hora das marchas estávamos livres. -----

O **Presidente da AML** tomou a palavra e disse: Quanto tempo é que, senhor vereador Carlos Carmo precisa de para apresentação? -----

O **Vereador Carlos Carmo** tomou a palavra e disse: 10 a 15 minutos. -----

O **Presidente da AML** tomou a palavra e disse: Eu, 19 horas é uma hora que veria com bons olhos fazer-se uma Assembleia, a essa hora, ainda por cima com a malta a querer despachar para ver o jogo às 20 era mesmo à medida. Vá, vamos lá recentrar. Dia 1, a que horas? Dia 1, às 19h ou dia 5 às 21h? Vamos pôr em alternativa dia 1, as 19h, ou dia 5 às 21h. Toda a gente está consciente, o que é que tem o jogo, é um jogo? Não há abstenções ou num, ou noutro. Quem vota a favor do dia 1 às 19h levanta o braço. Quem vota a favor dia 5 às 21h, levanta o braço, está decidido dia 5 às 21h horas. Senhor Armando, faz favor. Muito bem. -----
Então, vamos continuar. Senhor Vereador Carlos Carmo, para continuar a matéria, tem a palavra. -----

O **Vereador Carlos Carmo** tomou a palavra e disse: Muito obrigado, senhor Presidente. É só um esclarecimento adicional ao senhor Deputado Carlos Martins, relativamente às questões que tem a ver com segurança e vigilantes, para que não haja aqui dúvidas. Uma coisa é a Polícia Municipal. O senhor Deputado, falou na Polícia Municipal, não se confunda as funções e competência da Polícia Municipal. Nada tem a ver com os vigilantes e importa referir que muita da segurança privada que é contratada, há que perceber qual é a tipologia. O meu colega Vice-Presidente referiu, não sei se percebeu a tipologia há vários tipos de vigilantes e seguranças e há um em especial que é obrigatório ter em eventos e no controlo dos acessos, que são os ARE, Assistentes de Recinto de Espetáculos e essa tipologia, os nossos vigilantes não têm, essa formação, portanto, é necessário fazer essa contratação. Mais, falou nas verbas para os anos seguintes. Não nos podemos esquecer, por exemplo, o Pavilhão de Almancil vai ter segurança, portanto, há um conjunto de edifícios que são geridos pelo Município, que hoje carecem de ter um vigilante à porta e quando se fala no vigilante, não se falam de uma pessoa, porque muitas vezes, o horário vai para além daquilo que é o horário normal de expediente, portanto, muitos deles fazem turnos, daí essa necessidade de termos não só aquilo que são os



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ
Mandato 2021-2025

[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

vigilantes, mas também acima de tudo uma, disponibilidade de empresas de segurança para dar resposta às necessidades que muitas vezes são quase diárias e inesperadas, muito obrigado. -----

O **Presidente da AML** tomou a palavra e disse: Muito obrigado, senhor Vereador. Mais algum dos senhores Deputados pretende algum esclarecimento ou fazer alguma intervenção? Assim sendo, passaremos em separado à votação da alínea d), e seguidamente alínea e). -----

Passou-se à votação: -----

d) - Proposta da Câmara Municipal n.º 1064-2024 [DAF] - 3ª. Alteração Orçamental Modificativa da Despesa, 2ª. Alteração Modificativa ao Plano de Atividades Municipais e 3ª. Alteração Modificativa ao Plano Plurianual de Investimentos, nos termos previstos na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual; para deliberação; -----

Foi **aprovada por maioria** com 24 votos a favor (22 PS, 2 PSD), 10 abstenções (5 PSD, 2 CHEGA, 1 CDS, 1 CDU, 1 PAN) e 1 voto contra (BE); -----

e) - Proposta da Câmara Municipal n.º 1079-2024 [DAF] - Assunção dos Compromissos Plurianuais - Abertura de Procedimentos Contratuais conforme estabelecido na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21/02, na redação atual; **para deliberação;** -----

Foi **aprovada por maioria** com 30 votos a favor (22 PS, 7 PSD, 1 CDS), 4 abstenções (2 CHEGA, 1 CDU, 1 PAN) e 1 voto contra (BE).-----

Passou-se ao ponto seguinte; -----

f)- Proposta da Câmara Municipal n.º 1089-2024 [DELCT] - Pedido de Aprovação Projeto Final do Regulamento e Tabela de Taxas e Licenças para incorporação da Taxa Municipal Turística do concelho de Loulé; foi introduzido o conceito de Taxa Municipal Turística, tendo em conta a atividade turística no concelho de Loulé; **para deliberação;** -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ
Mandato 2021-2025

O **Presidente da AML** continuou: Vamos passar à alínea f), quem é que apresenta? Senhor Vice-Presidente, tem a palavra. -----

O **Vice-Presidente, David Pimentel** tomou a palavra e disse: Muito obrigado, senhor Presidente. Portanto, esta é a última etapa de um projeto ou de um regulamento que já tramitou mais do que uma vez, portanto, esta é a segunda vez, aliás, que vem à Assembleia Municipal, portanto, depois da primeira aprovação, ele foi para discussão pública nessa discussão pública, conforme está nos documentos em anexo, houve variadíssimos contributos de várias entidades e há uma incorporação de algumas dessas sugestões. A decisão que aqui vem agora para deliberação, se tiverem alguma questão a colocar sobre as alterações, estarei disponível, mas, no essencial, a Taxa Turística é aplicada já a partir do dia 1 de novembro no Município de Loulé, com a exceção das reservas que foram feitas para este ano, ainda de 2024 antes da aplicação do Regulamento, portanto, essa é a exceção, alguma questão estou disponível para esclarecer. Muito obrigado. -----

O **Presidente da AML** tomou a palavra e disse: Muito obrigado. Têm a palavra os senhores Deputados. Deputado António Vairinhos, da CDU tem a palavra. -----

O Deputado **António Vairinhos (CDU)** tomou a palavra e disse: Portanto, sobre esta proposta, temos a dizer o seguinte, a Bancada sobre a proposta f) - Pedido de Aprovação do Projeto Final, Regulamento e Taxas e Licenças para Incorporação de Taxa Municipal Turísticas em Loulé, portanto, dizemos o seguinte: não podemos acompanhar esta proposta de adoção da Taxa Municipal por a nossa posição ser contrária, desde logo, porque consideramos que a Taxa Municipal Turística, consubstancia na prática, um imposto encapotado ao faltar-lhe natureza bilateral comutativa e sinalagmática, por não proporcionar contrapartidas específicas ou concretas ao sujeito passivo e, como tal, ao tratar-se de um imposto só por ser instituído por Lei da Assembleia da República ou por Decreto-Lei do Governo, munido de autorização legislativa na Assembleia da República que consta do artigo 165.º n.º 1 da alínea i), CRP em concretização do princípio da legalidade fiscal consagrado no artigo 103 da CRP e não pela a AMAL ou por cada município. -----
Realçamos que, são vários juristas que rejeitou a criação da Taxa Municipal Turística pelas autarquias locais, com destaque para Vital de Moreira, que salienta que as ditas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

[Handwritten signature]
[Handwritten initials]
[Handwritten mark]

taxas turísticas não são nem taxas, nem turísticas, mas sim um imposto indireto adicional sobre serviços de hotelaria a acrescer ao IVA estadual. O mesmo é dizer tratar-se de um verdadeiro imposto sobre a aquisição de serviços hoteleiros sem a ligação com nenhum serviço municipal específico. O enquadramento normativo dos poderes de criação, lançamento e cobrança de taxas por parte das autarquias decorre da lei 73/2013 de 3 de setembro que estabelece o regime geral das taxas das autarquias locais e que, no seu artigo 6.º, define as taxas das autarquias locais como tributos que assentam na prestação concreta do serviço local na utilização provada de bens de domínio público e privado das autarquias ou na remoção de um obstáculo jurídico ao comportamento particulares, quando tal seja atribuição das autarquias em termos gerais. Uma taxa surge como contrapartida de uma contraprestação efetiva individualizada, quer seja positiva ou negativa. Porém, se analisarmos os fundamentos para criação deste tributo, não configuram contrapartidas específicas e concretas para o indivíduo que efetuem o pagamento da Taxa Municipal Turística sendo de carácter geral e beneficiando na generalidade a população de determinado município, seja ele, residente e visitante com pernoita ou visitante ocasional. A criação desta taxa redundará num fator de maior desigualdade territorial e de aprofundamento das assimetrias, ferindo ostensivamente tão difundida e anunciada coesão territorial, para além de introduzir efeitos contraproducentes na promoção da atividade turística, como diversas entidades representativas do setor já denunciaram. Consideramos que as insuficiências financeiras das autarquias locais não devem ser ultrapassadas com a criação de novas taxas e impostos, devendo, sim, exigir que o Governo assumira os seus deveres constitucionais, designadamente na promoção e respeito da autonomia local, dando efetivo e integral cumprimento à lei das Finanças locais. Discordamos da política recorrente dos municípios algarvios se substituírem ao Estado Central, na assunção das mais variadas despesas, na educação, na saúde, na habitação e nos transportes. O que se deve exigir a que o Governo cumpra com as suas obrigações constitucionais, realizando investimento público para o bem-estar das populações, promovendo assim a defesa dos interesses da região do Algarve. Se formos capazes de todos nos entendermos para exigir do Governo aquilo que compete ao Governo em defesa das nossas populações. Gostaria de apresentar uma Declaração de Voto em relação a esta proposta. -----

O Presidente da AML tomou a palavra e disse: Essa é a Declaração de Voto? -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

O Deputado **António Vairinhos (CDU)** tomou a palavra e disse: Sim, é esta a Declaração de Voto. -----

-O **Presidente da AML** tomou a palavra e disse: Muito obrigado, senhor Deputado. Estão abertas as inscrições para os senhores Deputados que a pretendam. Senhora Deputada Sandra Ribeiro, do Partido CHEGA, tem a palavra. -----

A Deputada **Sandra Ribeiro (CHEGA)** tomou a palavra e disse: Obrigado, senhor Presidente. Eu gostaria de colocar aqui algumas questões e para quem nos está a ver lá em casa, nomeadamente, está previsto uma receita de 3.300.000,00€ para a Câmara Municipal com cobrança da taxa turística. A minha pergunta é a que é que se vai destinar especificamente este valor, aquilo que se vai destinar, se só será executado, porque vamos receber esta taxa turística, se não a obtivéssemos, não iríamos fazer a obra ou o fim a que ela se destina. -----

Depois gostaria também de perguntar se me confirma que os empresários turísticos que cobrarem esta taxa terão uma comissão de 2,5% sobre a mesma, e, para já, é só obrigada. -----

O **Presidente da AML** tomou a palavra e disse: Muito obrigado, senhora Deputada. Se calhar, vamos respondendo, senhor Vice-Presidente, quer responder? -----

O **Vice-Presidente, David Pimentel** tomou a palavra e disse: Muito obrigado, senhor Presidente. Senhor Deputado António Vairinhos, de facto, a Taxa Turística é um conceito que não é exclusivo de Loulé, há em vários municípios do país aplicado há vários anos, e os entendimentos jurídicos, são entendimentos jurídicos. O que lhe posso dizer é que o turismo traz inequivocamente, uma pressão adicional sobre os serviços públicos que são prestados nos resíduos, nos serviços de mobilidade, olhe, temos transportes urbanos, são absolutamente gratuitos. Como é que acha que é possível os subsidiar? Até porque muitos turistas então também gratuitamente, a limpeza urbana entre os serviços, portanto existem, de facto, aliás, não é só em Portugal, a taxa turística está implementada por vários países por esta Europa fora para este mundo fora. Portanto, eu não vou entrar em discussões jurídicas, não sou jurista, mas seguramente se não fosse plausível de ser aplicada, haveria mais dúvidas do que certezas e ela continua a ser disseminada. -----

Depois entrando aqui na questão da senhora Deputada Sandra Ribeiro, há um princípio que é o princípio da não consignação das taxas, portanto, essa não



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

consignação que deriva do n.º 1 do artigo 9.º da lei 73/2013 determina no seu artigo 9.º n.º 1 que não se pode consignar uma taxa. Ela é arrecadada, poderá haver, depois, decisões num aumento do Executivo Municipal que os Vereadores na sua plenitude, a decidir que tipo de aplicação é que tem, olhe posso dizer por aquilo que tem sido orientação do nosso estimado Presidente, a perspetiva é começar a constituir um fundo de emergência ambiental climático para situações que surjam no nosso município e que seja necessário termos um fundo para suprir essas necessidades prementes urgentes e essa é uma realidade, poderá ser de afetação, mas afetação não pode ficar previamente consignada, tem que ser deliberada ao longo dos momentos de arrecadação dessa taxa. -----

Sobre os 2,5%, ele resulta das despesas que os hoteleiros e o Alojamento Local tem que a cobrança dessas taxas, portanto, o serviço e trabalho adicional que é exigível na cobrança desta taxa, faz com que 2,5% do valor cobrado, fique para a empresa entidade, que está a gerir essa cobrança, mas isso resulta não só aqui como em vários municípios e resultou até da consulta pública, portanto, várias das entidades, representantes de serviço de representantes do turismo, região de turismo associação da hotelaria de Portugal, a AHETA, a AISA, todos eles deram contributos precisamente nesse sentido, que era importante reter uma parte para aquilo que o trabalho dos hoteleiros adicional da cobrança de taxa e de entrega ao município e esses 2,5% deriva daí precisamente, obrigado. -----

Creio que esclareci, eu estava pouco estrito sobre a uma questão que, eventualmente não tenha esclarecido, por favor, coloquem de novo. -----

O **Presidente da AML** tomou a palavra e disse: Tem a palavra a senhora Deputada Sandra Ribeiro, do CHEGA. -----

A Deputada **Sandra Ribeiro (CHEGA)** tomou a palavra e disse: Obrigado, senhor Presidente. -----

Eu pergunto isto porque em 2017, quando o Executivo ponderou cobrar a Taxa Turística, um dos objetivos seria o enchimento das praias. -----

Relativamente aos 2,5%, pois eu considero que seja um incentivo aos operadores turísticos a cobrar a mesma taxa, porque não sei qual é a despesa que dá a cobrança da taxa. -----

E não respondeu à questão que eu coloquei que se não houvesse este encaixe financeiro e vamos supor então, mas da situação do exemplo que deu de uma



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

catástrofe climática, então, se não houvesse este montante, o Executivo não faria face a essa despesa? -----

O **Presidente da AML** tomou a palavra e disse: tem a palavra o senhor Vice-Presidente. -----

O **Vice-Presidente, David Pimentel** tomou a palavra e disse: Só sobre a ponderação em 2017, tal qual como ponderação agora, é natural que o enchimento das praias pode ser um, a atração de eventos de cariz regional pode ser outra. A reserva de um fundo, digo-vos com toda a franqueza e o senhor Presidente dirá melhor do que eu, se nós não começarmos desde já constituir esse fundo para alguma questão que venha a acontecer, vai ser tão mais difícil. É óbvio que qualquer município, quando tiver uma situação de emergência, seja ela climática ou outra catástrofe, vai ter que responder e vai ter que responder com os meios que tem, será tão mais fácil se efetivamente começar a ter algo reservado, para esse fim. Já agora sobre os 2,5% das despesas, por exemplo, quando um hoteleiro recebe um pagamento com cartão de crédito, existem comissões, existem taxas e isso poderá efetivamente suprir essa cobrança adicional que vão ter que fazer a taxa turística, mas não entrando em grandes detalhes, que o senhor Presidente, queria complementar aqui a minha intervenção, obrigado. -----

O **Presidente da AML** tomou a palavra e disse: Tem a palavra senhor Presidente. ---

O **Presidente da CML** tomou a palavra e disse: Muito obrigado, quando começámos a falar nesta taxa, como disse o senhor Vice-Presidente, ela é cobrada em imensos países, em imensas cidades por esse mundo fora. Eu, na altura publicamente, defendi e defendi junto do Governo da altura que o legislador deveria instituir um fundo de emergência climático ou ambiental, o nome é indiferente, para que, localmente, os municípios pudessem constituir uma reserva de dinheiro para acorrer a uma situação que de um momento para o outro nos pode bater à porta e que pode exigir rapidamente uma grande mobilização de recursos financeiros que habitualmente não existem. Nós sabemos hoje que a administração pública, quer a nível central, quer a nível local, a questão da gestão das disponibilidades financeiras é sempre uma questão muito crítica, nunca há dinheiro. Pronto, há um desastre o Governo declara emergência ou catástrofe ambiental, enfim, todas aquelas figuras que nós conhecemos que para depois podermos acorrer e ajudar às populações nos locais



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ
Mandato 2021-2025

onde incêndios, onde chuvas torrenciais destruidoras, inundações de cidades que ficam no litoral costeiro, um sismo eventualmente, tantas coisas que podem ocorrer como essas ocorrências que são manifestações extremas do clima completamente descontrolado e que tendencialmente irá no futuro crescer. Essas manifestações deveriam, portanto, fazer com que pudéssemos aqui sem dependências, se temos esse recurso e se temos essa possibilidade, podíamos ter uma reserva para rapidamente podermos acorrer a essas emergências. Eu defendi isto. -----

O **Presidente da AML** interveio e disse: Senhor Presidente, preciso interromper. Já lhe posso dar a palavra de seguida. Preciso pôr à consideração da Assembleia, se a Assembleia termina à hora ou se esta alínea continuará também ela na próxima sessão não se fazendo ainda a votação? Portanto, termina-se excedendo a hora, muito bem, senhor Presidente, tem a palavra, seja breve por favor. -----

O **Presidente da CML** continuou: Muito obrigado, portanto, esta é a situação, nós devemos todos nós, há aqui Deputados da República, portanto, há no Executivo há nesta Assembleia, penso que todos nós temos de ter consciência que ficarmos situações críticas na dependência de outros organismos, quando nós próprios podemos constituir um dispositivo e uma reserva capaz de respondermos rapidamente, seria um bem para as pessoas vítimas desses acontecimentos que estão sempre a acontecer. Nós todos somos testemunhas disso e, portanto, esta deve ser a nossa linha futura de defesa desta receita, mas isso pressupõe alterações legislativas e é preciso fazer esse caminho, porque estas coisas não se conseguem de um momento para o outro, é preciso ganhar aliados, é preciso ganhar apoios, na opinião pública, é preciso ter consciência de que problemas repentinos graves, muitas vezes exigem de nós respostas rápidas e com meios à disposição. Tem que haver o devido enquadramento jurídico, porque se não isso será muito mais difícil. -----

O **Presidente da AML** tomou a palavra e disse: Obrigado, senhor Presidente. Temos 3 inscrições, eu peço que sejam breves Sandra Ribeiro tem a palavra. -----

A Deputada **Sandra Ribeiro (CHEGA)** tomou a palavra e disse: Obrigado, senhor Presidente. Senhor Presidente, pois eu compreendo tudo aquilo que está a dizer, mas está a pôr hipóteses, pode acontecer isto, pode acontecer aquilo... se me dissesse assim, "vamos aplicar este dinheiro em Creches, vamos aplicar este dinheiro num



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ
Mandato 2021-2025

Centro de Dia, vamos aplicar este dinheiro num abrigo para sem-abrigos” para coisas que são necessárias para já. Porque estas intempéries, nós não sabemos se estamos cá amanhã! Agora, neste momento, realmente há prioridades e podíamos aplicar este dinheiro nessas prioridades, mas não é por isso que ele se destina. Depois, todos os municípios, ou a maior parte dos municípios, cobra esta taxa, mas nós não temos que ser iguais aos outros e nunca me esqueço que o senhor Presidente disse a esta câmara que “dinheiro não é problema, o problema é falta de pessoas.” Não me parece que a Câmara de Loulé necessite desta verba para fazer algo mais e acho que nós podíamos, sim, nos diferenciar dos outros concelhos e das duas, uma, ou não cobramos esta taxa, porque ela não é necessária ou, se cobramos, vamos dar-lhe um objetivo previamente definido para nós, para quem a paga e para os que cá estão, vejam onde é que esse dinheiro é aplicado. -----

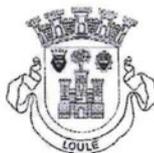
Vereador David Pimentel, a questão da cobrança da Comissão pelo empresário turístico? Quando cobra, o valor está incluído nesta taxa, portanto, não vai pagar mais, por isso, é simples. Ele quando cobra o valor ao turista já está incluído este montante. Não há uma comissão extra por cobrar este montante, a taxa é a mesma, não é por aí. Isto é um incentivo a que os operadores turísticos cobrem a taxa, obrigado. -----

O **Presidente da AML** tomou a palavra e disse: Senhor Deputado Hélder Faísca. Depois responderão em conjunto às questões que ficaram por responder. -----

O Deputado **Hélder Faísca (PSD)** tomou a palavra e disse: Obrigado, senhor Presidente, é só uma questão que me foi colocada, portanto, uma pessoa chega e até pode não vir fazer turismo e vem para trabalhar e vai para um alojamento dos mais baratos, mas fica 10 dias a pensar que nos 10 dias, consegue arranjar um alojamento e paga os 5 dias, ao fim dos 10 dias, ele não conseguiu arranjar alojamento e vai fazer um check-in novo, vai ficar mais 5 dias, volta a pagar mais 5. Há alguma coisa que salvasse isto? Obrigado. -----

O **Presidente da AML** tomou a palavra e disse: António Martins, PS, tem a palavra. -

O Deputado **António Martins (Presidente da Junta de Freguesia de Alte)**, tomou a palavra e disse: Para não perder tempo. Senhor Presidente, na sua pessoa cumprimento, todos os presentes e os que estão lá, em casa. Antes de mais, quero congratular o município, o Executivo, por finalmente, estarmos a um passo de termos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

Mag
any
A

a Taxa Turística. Como o senhor Vice-Presidente disse e muitíssimo bem, estamos aqui na última fase, isto já foi mais do que discutido, portanto, não vale a pena dizer aquilo que já foi discutido, ou seja, que não se perde turismo por termos Taxa Turística, porque todos os outros municípios têm Taxa Turística, aumentaram brutalmente, o turismo incluindo Lisboa depois de implementar a taxa turística, portanto, não há nenhuma ligação direta. Segundo, podemos aplicar aqui o princípio do poluidor-pagador. Senhor Vice-Presidente disse e muito bem e é verdade e numa aldeia tão pequena como Alte, nós sentimos absolutamente isso, o turismo faz uma pressão sobre as infraestruturas, sobre a recolha de resíduos, etc, etc, é grande. ---- É grande e é cara, portanto, quando se diz que não temos um benefício direto com esta taxa, claro que os turistas têm um benefício direto, são eles estão a pagar, são eles que tem ruas mais limpas, são eles que têm casas de banho públicas limpas, são eles que têm resíduos retirados a tempo e horas, esperemos, e, portanto, tudo isto pesa, porque é diferente, temos uma população de 20 000 ou de 100 000, como todos nós sabemos e sabemos o que é que acontece no verão, portanto, é assim, obviamente que esta discussão é vazia. O turismo traz-nos riqueza, mas também nos traz despesa, portanto, o facto do turista pagar uma taxa mínima para que as infraestruturas se mantenham, para que o ambiente se mantenha, obviamente que faz todo o sentido. É assim, não vou discutir mais isto, vou apenas dar mais uma vez os parabéns ao município e só espero que com esta taxa turística, como aconteceu nos outros municípios, o turismo, melhor em qualidade e em quantidade. Muito obrigado.

O **Presidente da AML** tomou a palavra e disse: Muito obrigado, senhor Deputado. Tem a palavra senhor Deputado Carlos Martins, Bloco de Esquerda. -----

O Deputado **Carlos Martins (BE)** tomou a palavra e disse: Obrigado, senhor Presidente. Portanto, é uma evidência que o turismo traz desenvolvimento, mas também traz problemas por vezes. O aumento do turismo obriga a um grande esforço financeiro com diversas áreas da competência do município, nomeadamente no planeamento de futuros equipamentos e infraestruturas, na sobrecarga nas infraestruturas atuais, sejam elas viárias, saneamento, água e espaços públicos. Esta taxa é aplicada em muitos países da Europa e nalguns municípios do Algarve. Como tal, não compreendemos as dúvidas sobre esta aplicação no âmbito da discussão pública, diversas entidades ligadas ao turismo emitiram opinião diversa, mas nenhuma delas se mostrou diretamente contra a aplicação da taxa. Por essas razões, somos a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

favor da proposta e das alterações introduzidas no projeto de Regulamento. Consideramos, no entanto, que só deveria entrar em vigor no dia 1 de janeiro de 2025, portanto, a taxa que inicialmente no projeto era 10 dias passou para novembro de 2024. Por uma questão de eficácia contabilística, deveria entrar em janeiro do ano civil. Mantemos, no entanto, algumas reservas quanto ao destino da verba alcançada com esta nova taxa e a forma como irão ser distribuídos os 3.400.000,00€ das receitas esperadas, assim como de reforço da coesão territorial e desenvolvimento interior. Para um município com uma receita que ronda os 180.000.000,00€, esta verba certamente não resolve o problema climático grave, portanto, julgo que a Câmara deve ter outros mecanismos que se precavejam, quer para apoio social quer para apoio ambiental. Obrigado. -----

O **Presidente da AML** tomou a palavra e disse: Muito obrigado, senhor Deputado. Senhora Deputada, Ana Poeta do PAN tem a palavra. -----

A Deputada **Ana Poeta (PAN)** tomou a palavra e disse: Obrigada, senhor Presidente. O Município de Loulé é apetecível para milhares de pessoas e diversos estudos, relatórios, artigos e estatísticas apontam que os setores da restauração e do alojamento turístico como líderes na criação de emprego, mas, paralelamente, também referem que o turismo tem sido apontado como o principal fator de aumento de preço das habitações do custo de vida do município, existindo diversas críticas, à forma como tem sido gerido aumento do fluxo turístico. Com as taxas estritamente turísticas, é inevitável o consequente aumento da pressão sentida na habitação, na saúde, nos transportes, na recolha de resíduos urbanos e na própria capacidade de saneamento das águas residuais, bem como mais serviços. A agenda 20/30 pelos ODS, refere precisamente a necessidade de se ter um turismo mais sustentável, nomeadamente no seu ODS 8 - Trabalho digno e crescimento económico e no ODS 12-Produção e consumos sustentáveis, de forma a desenvolver e implementar ferramentas para monitorizar os impactos e desenvolvimento sustentável no turismo sustentável que gere empregos, promove cultura e produtos locais e, posto isto, esta bancada irá votar favoravelmente. -----

Relativamente à ponderação da criação de um fundo de emergência climático, esta bancada sugeria que parte do valor da taxa fosse efetivamente investido, era no investimento no interior, obrigada. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

O **Presidente da AML** tomou a palavra e disse: Muito obrigado, senhora Deputada. Senhora Deputada Sandra Ribeiro do CHEGA, tem a palavra. -----

A Deputada **Sandra Ribeiro (CHEGA)** tomou a palavra e disse: Obrigado, senhor Presidente. Respondendo ali ao senhor Deputado, quando diz que, em outros municípios, esta taxa é aplicada e veem-se melhorias na questão da limpeza urbana, posso dar como exemplo, que ainda recentemente houve uma, uma audiência relativamente a isso, houve uma petição dos habitantes e empresários da zona ribeirinha da baixa de Faro, triplicaram as tarifas na conta da água, cobram taxa turística e a cidade está pior. Portanto, nós sabemos que esta taxa vai ser aprovada, agora vai haver um maior escrutínio relativamente a todas essas situações, era só isso que eu queria dizer. -----

O **Presidente da AML** tomou a palavra e disse: Muito obrigado, senhora Deputada. Não temos inscrições, darei a palavra ao senhor Presidente para encerrar, peço-lhe que seja breve. -----

O **Presidente da CML** tomou a palavra e disse: Eu só quero, porque não posso ficar calado quando diz que em dada altura, eu disse que “dinheiro nesta casa não era problema”, por isso, não pode retirar essa afirmação do contexto em que foi dito. Portanto, segundo me lembro, aquilo que disse foi que a Câmara tinha muito dinheiro e podia investir mais e eu referi que o problema da câmara era não ter mais recursos, portanto, faziam falta recursos porque projetos, tínhamos e meios financeiros também os tínhamos para fazer mais obras. Portanto, dito assim, como diz, dá impressão que nós temos aqui recursos, sem fim, o que obviamente não é verdade, nem pouco mais ou menos. -----

Depois, queria também dizer que o dinheiro é sempre um problema, sempre e aqui nesta casa também sempre! Portanto, queria dizer que relativamente a creches, escolas, investimentos no interior, como agora aqui foi dito, esses são os investimentos que decorrem da normalidade de uma gestão de um município, como o Município de Loulé. Isso é normal, isso planeia-se, identificam-se necessidades, orçamenta-se, mandam-se fazer projetos e essas coisas fazem-se. Eu estava aqui a defender e continuo a defender que, para uma situação emergente que ocorre repentinamente e que nos traz prejuízos de grande monta, seria bom ter uma reserva de resposta rápida para poder acorrer às necessidades de milhares de pessoas que podem de um momento para o outro ficar em situação muito, muito, delicada nas suas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

vidas. Foi isso que eu disse, é isso que eu reafirmo e naquilo que depender da câmara e naquilo que depender do legislador, porque muito depende o legislador, nós iremos bater-nos para que uma parte substancial da receita arrecadada com a Taxa Turística possa ser canalizada para acorrer a essas situações extremas. -----

O **Presidente da AML** tomou a palavra e disse: Muito obrigado, senhor Presidente. Eu sei que tem tempo, peço-lhe que seja breve, por favor. -----

A Deputada **Sandra Ribeiro (CHEGA)** tomou a palavra e disse: Obrigada, senhor Presidente. Senhor Presidente, pois que assim seja. E porque não total, em vez de parcial? Porque não tentar destinar essa verba na totalidade para esse fim, para depois não haver a especulação de que o dinheiro foi gasto noutras situações, não havendo necessidade disso. Não pode, mas, como o senhor Presidente diz, pode tentar. -----

Relativamente e respondendo aqui ao colega do PSD, eu não sei se ele sabe, mas a taxa turística cobrada tanto época alta como em época baixa, senhor Vereador, penso que estou certa, 2,00€ época alta e 1,50€ em época baixa. Pronto, eu li 1,50€, mas posso ter visto mal, pronto e para pessoas com idade superior a 13 anos correto? 16! Obrigado, era isso que queria retificar, obrigado. -----

O **Presidente da AML** tomou a palavra e disse: Muito obrigado, senhora Deputada. Algum dos senhores Deputados se quer inscrever? (Inaudível)... Qual foi a pergunta que não foi respondida? Tem a palavra, senhor Vice-Presidente. -----

O **Vice-Presidente, David Pimentel** tomou a palavra e disse: Sim, a Taxa Turística é devida por todas as pessoas que fiquem num estabelecimento de hotelaria ou de alojamento local, nas primeiras 5 noites consecutivas que cá esteja a partir dos 16 anos de idade, correto! A única questão que está acrescentada neste regulamento é que, qualquer pessoa que tenha um problema de saúde durante a sua estadia que implique o internamento hospitalar, efetivamente, essa taxa não é cobrada ou é devolvida no caso de pessoa a ter pago, mas sim, é um facto, mas é preciso notar aquilo que estava aqui a ser dito de novembro a março, a taxa de 1,00€ por dia e na época alta que será a partir de abril e até ao mês de outubro, são 2,00€ por dia e sim, a resposta é, sim, em relação à sua questão. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

[Handwritten signatures]

O **Presidente da AML** tomou a palavra e disse: Muito obrigado. Senhor Vice-Presidente. Penso estarmos em condições de passar à votação. Tanto mais, como foi dito pelo senhor Deputado António Martins, este assunto já foi analisado, discutido, já é a versão final que vem aqui e trata-se apenas e só de aprovar o projeto final do regulamento de taxas. -----

Passou-se à votação: -----

f)- Proposta da Câmara Municipal n.º 1089-2024 [DELCT] - Pedido de Aprovação Projeto Final do Regulamento e Tabela de Taxas e Licenças para incorporação da Taxa Municipal Turística do concelho de Loulé; foi introduzido o conceito de Taxa Municipal Turística, tendo em conta a atividade turística no concelho de Loulé; -

Foi **aprovada por maioria** com 30 votos a favor (21 PS, 6 PSD, 1 BE, 1 CDS, 1 PAN), 1 abstenção (PS) e 3 votos contra (2 CHEGA, 1 CDU). -----

O **Presidente da AML** continuou: Caros e caras Deputadas, há 2 assuntos pendentes, já decididos pelo Executivo Municipal, e que são suscetíveis de serem juntos à próxima Ordem de Trabalhos, nomeadamente o Protocolo da Loulé Global e as Medidas de Quarteira Nascente para tomada de conhecimento. Uma vez que vamos reunir, gostava de pôr à consideração a inclusão destes 2 pontos na próxima convocatória para a reunião de dia 5, alguém quer usar da palavra? Alguém se opõe? Para além da continuação das alíneas, ficaram por discutir, nomeadamente, a Reserva Natural da Foz do Almargem, apreciaremos também o Protocolo da Loulé Global e as Medidas Preventivas de Quarteira Nascente. -----

Fazer aqui só uma pequena síntese sobre duas questões, em nome da Assembleia, dar os parabéns ao João Carlos Santos. Efetivamente, como já foi, referido, e é da mais elementar justiça, á Dália Paulo e à Câmara Municipal também pelos prémios recebidos no âmbito dos Banhos Islâmicos. -----

No que diz respeito à ABSOL, acho que se fez aqui um ponto de situação muito denso, efetivamente, não se pode perder de vista que estamos a falar de animais em fim de vida, em condições perfeitamente deploráveis pelos seus antecedentes. Eles não estão em condições deploráveis por estarem lá, eles estão em condições deploráveis, apesar de estarem lá. E que efetivamente são animais que dificilmente serão adotadas algum caso excecional ou outro, mas o grosso daquelas situações são animais que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

só associações como aquelas é que têm a capacidade, o querer, a vontade e a solidariedade de intervir. Temos que ter noção também que eu vi entrecortado com outras coisas. Aquilo que vi foram pessoas a manifestar-se à porta. Foi a imagem de um cão morto e de um cão ao colo com uma orelha ratada de leishmaniose. Eu já tive um cão que teve uma orelha naquele estado. Depois, efetivamente estavam as entidades lá dentro a fiscalizar... todos os veterinários das câmaras do Algarve, a GNR, o ICNF. Tal, como disse o senhor Presidente, vamos aguardar que esses relatórios cheguem. Eu sinceramente, não me acredito que para além desta ação concertada da ICNF, que não tenha havido esporadicamente outras, aliás, porque estas questões relacionadas com a ABSOL também já vêm de trás, até porque há as questões da localização. Subscrevo aquilo que o senhor Presidente da Câmara disse, esta Assembleia tem um papel importante para providenciar soluções para este género de problemas, trata-se de interesse municipal, trata-se de interesse público e efetivamente, ao abrigo desse mecanismo a Assembleia pode determinar que em sítios onde habitualmente não se constrói em sítio onde os particulares não podem construir, estando em causa o interesse público, pode-se construir. É importante é que esse expediente chegue cá, que essas associações sejam ajudadas a fazer os projetos e as propostas em condições, porque penso que quando chegar aqui que não se levantarão questões, de fundo. -----

Por fim, agradecemos a todos os que tornaram possível a realização desta Assembleia e difusão da mesma, aos cidadãos que nos acompanharam (aqui temos alguns resistentes hoje mesmo presencialmente), aos que nos assistiram em casa, aos senhores Deputados e Deputadas, ao Executivo... e no próximo dia 5 de junho, pelas 21 horas, cá estaremos para continuar a Ordem de Trabalhos, muito obrigado a todos e a todas. -----

O **Presidente da Assembleia** deu por terminada a sessão, e nada mais havendo a registar, foi lavrada a presente Ata cujos documentos anexos passam a fazer parte integrante, que depois de discutida e aprovada será assinada nos termos legais e regimentais. -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA _____

Silva

A 1ª SECRETÁRIA _____

Fernando Bereira Marques

O 2º SECRETÁRIO _____

Alves